



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

**NAIR CASAGRANDE**

**A CRISE DA DEMOCRACIA NA ATUALIDADE BRASILEIRA E  
APRÁXIS DEMOCRÁTICA DOS ESTUDANTES DA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA**

Salvador  
2023

**NAIR CASAGRANDE**

**A CRISE DA DEMOCRACIA NA ATUALIDADE BRASILEIRA E  
APRÁXIS DEMOCRÁTICA DOS ESTUDANTES DA  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFBA**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação do Bacharelado em Ciências Políticas, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, a ser apresentado como requisito parcial para a colação de grau.

Orientadora: Dra. Sue Iamamoto

Co-Orientação: Dr. Bruno C. Barreiros

Salvador  
2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas**  
**Departamento de Ciência Política**  
**Estrada de São Lázaro, 197, Federação – Tel: 3283-6436.**

**ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**BACHARELADO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, às 14:30 horas, através da plataforma de videoconferência Meet, link: <https://meet.google.com/oes-ztku-onx>, foi instalada a Banca Examinadora da defesa de monografia da estudante Nair Casagrande, tendo como título: “A crise da democracia na atualidade brasileira e a práxis democrática dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA”. Constituíram a Banca Examinadora os professores: Profa. Dra. Roberta Carnelos Resende (Professora de TIA e presidente da banca), Prof. Dr. Renato Francisquini Teixeira (convidado), e Prof. Dr. Bruno Barreiros (convidado). O trabalho do estudante foi orientado pela docente Sue Angélica Serra Iamamoto, que não pôde estar presente por estar em gozo de licença maternidade. Iniciada a sessão a palavra foi dada à autora que utilizou 20 minutos para apresentação. Após a arguição e a réplica por parte da autora, os membros da banca reuniram-se, sem a presença do público, atribuindo as seguintes notas: 9,0 Examinador 1; 9,0 Examinador 2. **O trabalho foi considerado aprovado com conceito final 9,0.** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada por mim, Roberta Carnelos Resende e assinada por quem de direito.

Observações: O trabalho foi considerado acima da média, mas necessita de correções metodológicas pontuais para o seu depósito.

Salvador, 12 de julho de 2023.

Roberta Carnelos Resende (Professora de TIA)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** RENATO FRANCISQUINI TEIXEIRA  
Data: 18/07/2023 18:39:08-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Renato Francisquini Teixeira (convidado)

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** NAIR CASAGRANDE  
Data: 18/07/2023 18:13:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Nair Casagrande (estudante)

Bruno Barreiros (convidado)

CASAGRANDE, Nair. A crise da democracia na atualidade brasileira e a práxis democrática dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA. 2023. Orientadora: Sue A. Serra Iamamoto. 120 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

## RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa monográfica de conclusão do Curso de Bacharelado em Ciência Política, da Universidade Federal da Bahia. O tema aborda os desafios que os sistemas políticos, caracterizados como democráticos, têm enfrentado na atualidade, neste início do século XXI, diante das rápidas transformações da estrutura política e econômica, aliadas ao intenso desenvolvimento tecnológico e reconfigurações midiáticas. No Brasil, também podemos observar raízes sócio-políticas e institucionais da crise da democracia nos anos recentes. A **justificativa** do estudo se mostra frente aos abalos provocados em nossa democracia liberal emergente, que impactaram toda a sociedade brasileira, e foram catalisados por um contexto de pandemia global da Covid-19, que teve sua origem em dezembro de 2019, em Wuhan, na China e, em poucos meses, propagou-se pelo mundo. Os impactos, em suas várias dimensões, conduziu o Brasil a uma conjuntura atual de ataques à sua democracia, concomitante à uma crise econômica, ambiental, de saúde coletiva, política, cultural, social, ética, moral, etc. O **objetivo geral** deste trabalho é analisar a práxis de democracia brasileira dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA, em Salvador, Bahia. A pesquisa envolveu estudantes dos cursos de Educação Física, Pedagogia e Ciências Naturais. O estudo buscou levantar tanto elementos subjetivos quanto de ação objetiva prática dos envolvidos na pesquisa, relacionados à sua práxis de democracia, isto é, como concebem e vivem a democracia; sobre a dinâmica social de inserção das pessoas na vida política do país desde seus espaços locais de vida; se participam de espaços de reivindicações coletivas, partidos políticos, dentre outros aspectos. A **metodologia da pesquisa** teve como base a pesquisa quantitativa, através da aplicação de um *survey* exploratório, com aplicação de questionário autoadministrado, através de plataforma online, bem como a revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa. O processamento dos dados foi realizado através do programa Excel, a partir da codificação e sistematização resultados encontrados, expressando os mesmos através de diferentes formas gráficas e ou tabelas. A seleção da amostra ocorreu por forma de conveniência, caracterizando uma amostra não-probabilística. A pesquisa abordou a fundamentação teórica do estudo para a análise de nosso objeto empírico de pesquisa que trata da práxis democrática de estudantes universitários no Brasil. Os **resultados** mostram que os diversos estudiosos do tema parecem ter acordo de que os sistemas democráticos na atualidade passam por uma intensa crise, e destacam diferentes fatores causais, tais como: a intensificação das desigualdades sociais, oriundas das políticas neoliberais; a fixação da esquerda liberal ao multiculturalismo bem como às políticas identitárias; aumento de poder e importância às políticas de nacionalistas evangélicos e cristãos; a expansão de oligopólios de empresas midiáticas transnacionais; a difusão de ideais xenofóbicos de intolerância religiosa, racial, étnica ou de gênero; o racismo duradouro, a desigualdade neoliberal no norte global somada a imigração em massa do sul para o norte, intensificando ideologias de xenofóbica do norte global; etc. Os acontecimentos no Brasil, do último período, corroboram com a leitura de Brown (2019), sobre o fato de a racionalidade neoliberal ter preparado o terreno, para a busca de mobilizar e legitimar as forças antidemocráticas, nessa segunda década do século XXI. Tais evidências teóricas, puderam ser observadas, em dados do estudo. Ao nos direcionarmos aos indivíduos da pesquisa, uma amostra de estudantes do ensino superior público brasileiro, estas

reflexões teóricas nos remetem aos depoimentos de sua satisfação com a democracia, do qual 89,7% do total demonstrou graus de insatisfação em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, e apenas 10,3% apresentou algum grau de satisfação. Nossas **considerações finais** destacam que os resultados apontam que a práxis dos estudantes da FACED/UFBA tende a uma forma contraditória, na sua unidade dos contrários. Ou seja, ao mesmo tempo em que os estudantes evidenciam uma análise bastante crítica da realidade brasileira, a partir da crítica aos elementos que compõem a democracia brasileira, observamos a ausência de uma prática político democrática desses sujeitos, com índices de participação política, e ou engajamento em grupos e ou coletivos organizados, extremamente baixos. Isto é, tendem a apresentar uma intensa contradição entre o que os estudantes demonstram conceber, e a forma como vivem e participam da democracia no Brasil.

Palavras Chave: Teoria Democrática; Crise da Democracia; Práxis Democrática

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>04</b>
<b>2</b>	<b>CRISE DA DEMOCRACIA E OS MODELOS SOCIAIS DEMOCRÁTICOS .....</b>	<b>12</b>
2.1	A CRISE DA DEMOCRACIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	13
2.2	A DEMOCRACIA NO BRASIL - A CRISE NOS ANOS RECENTES.....	26
2.3	A TEORIA DEMOCRÁTICA E OS MODELOS VIGENTE.....	39
<b>2.3.1</b>	<b>O Modelo Minimalista de Democracia.....</b>	<b>40</b>
<b>2.3.2</b>	<b>O Modelo Participativo de Democracia.....</b>	<b>49</b>
<b>3.</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS EMPÍRICOS.....</b>	<b>53</b>
3.1	MÉTODO DA PESQUISA DETALHADO, CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E DILEMAS ENFRENTADOS.....	53
<b>3.1.1</b>	<b>Caracterização da Amostra Participante da Pesquisa.....</b>	<b>62</b>
3.2	A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA E A PRÁXIS DEMOCRÁTICA DOS ESTUDANTES DA FACED/UFBA.....	64
<b>3.2.1</b>	<b>Para Começar a Falar Sobre Democracia – qual a concepção sobre a democracia brasileira dos estudantes da Faculdade de Educação?.....</b>	<b>65</b>
<b>3.2.2</b>	<b>Caracterizando a Democracia brasileira sob a mira dos estudantes universitários da FACED/UFBA.....</b>	<b>75</b>
<b>3.2.3</b>	<b>A Atuação e Participação Política – caracterizando a prática política/democrática dos estudantes universitários da FACED/UFBA.....</b>	<b>90</b>
<b>4.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>106</b>
	<b>APÊNDICE A – Roteiro do Questionário Aplicado na Pesquisa.....</b>	<b>109</b>
	<b>APÊNDICE B – Caracterização Gráfica da Amostra da Pesquisa.....</b>	<b>116</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Os sistemas políticos caracterizados como democráticos tem enfrentado grandes desafios na atualidade, ao início do século XXI, diante das rápidas transformações da estrutura política e econômica, banhadas pelos processos do veloz desenvolvimento tecnológico e reconfigurações midiáticas. No Brasil, também podemos observar raízes sócio-políticas e institucionais da crise da democracia no país nos anos recentes.

Um processo de impedimento da presidenta eleita, Dilma Rousseff, que caracterizamos como um golpe empresarial militar, expressado através do parlamento brasileiro - ocorrido em 2016, durante o segundo ano, de seu segundo mandato - escancarou a insistente dominação de uma burguesia interna no Brasil que prioriza os seus interesses individualistas sob qualquer preço. Mesmo que isso possa significar a destruição de importantes traços de uma democracia emergente no país.

Tal processo decorreu e preparou o terreno para que, em 2018, fossem reunidas as condições para a eleição de um presidente que aspirou ser um autocrata, temperado com todos os traços possíveis do machismo, xenofobia, homofobia, misoginia, e representante de interesses pessoais, familiares e de setores econômicos e políticos conservadores que o apoiam.

Os atos desse atual governante, desde o princípio, demonstram sua investida lenta contra a democracia, visando a sua corrosão gradativa, tais como a desqualificação do sistema eletrônico de votação, partindo para a defesa intransigente do retorno ao voto impresso, bem como o disparo constante de ataques à máxima corte judiciária brasileira.

Os abalos provocados em nossa democracia liberal emergente, impactaram toda a sociedade brasileira, e foram catalisados por um contexto de pandemia global da Covid-19, que teve sua origem em dezembro de 2019, em Wuhan, na China e, em poucos meses, propagou-se pelo mundo. Os impactos, em suas várias dimensões, conduziu o Brasil a uma conjuntura atual de crise econômica, ambiental, de saúde coletiva, política, cultural, social, ética, moral, etc.

A pandemia teve o anúncio de que não representava mais uma emergência de saúde pública, de interesse internacional, somente em maio de 2023, realizado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Nesse período registrou-se um saldo de aproximadamente 7 (sete) milhões de pessoas que morreram por causa da doença no mundo. Desse total, cerca de 10% das notificações tiveram origem no Brasil. Na data de 26 de abril de 2023, o Ministério da Saúde registrava o acúmulo de 701.494 vítimas da doença no país (GZH, 2023), colocando o Brasil dentre os países que tiveram mais casos de mortes pela pandemia.

O país que havia saído do mapa da fome em anos anteriores, retrocede nesses índices. Os dados evidenciavam que em 2022, cerca de 33 milhões de brasileiros se encontram em situação de insegurança alimentar e fome, de acordo o Inquérito Nacional de Insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, em maio de 2023, o Brasil tem 32 milhões de crianças vivendo na pobreza, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), correspondendo a 63% do total.

A taxa cambial do dólar atinge um dos valores mais altos da última década; a inflação volta a ser um personagem assustador presente no dia a dia dos brasileiros e as políticas neoliberais foram retomadas com toda força.

É no interior desse contexto que delimitamos como **nosso objeto empírico de pesquisa** como sendo **a práxis democrática brasileira dos estudantes da FACED/UFBA na atualidade**, visando compreender como se caracteriza esse objeto diante do abalo atual que os países democráticos vêm sofrendo nos seus sistemas de governo.

A categoria práxis será tomada no estudo baseada na referência de Vázquez (1990, p. 208), que “[...] se nos apresenta como uma atividade material, transformadora e ajustada a objetivos. Fora dela, fica a atividade teórica que não se materializa, na medida em que é atividade espiritual pura. Mas, por outro lado, não há práxis como atividade puramente material, isto é, sem a produção de finalidades e conhecimentos que caracteriza a atividade teórica”.

Ainda, na explicitação da categoria práxis, enquanto uma unidade dialética entre teoria e prática, o autor explicita que

A teoria em si – nesse como em qualquer outro caso – não transforma o mundo. Pode contribuir para sua transformação, mas para isso tem que sair de si mesma, e, em primeiro lugar, tem que ser assimilada pelos que vão ocasionar, com seus atos reais, efetivos, tal transformação. Entre a teoria e a atividade prática transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização dos meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação (VÁZQUEZ, 1990, p. 207).

Assim, visamos levantar tanto elementos que dizem respeito aos elementos subjetivos quanto de ação objetiva prática dos envolvidos na pesquisa, relacionados à sua práxis democrática, isto é, como concebem e vivem a democracia; sobre a dinâmica social de inserção das pessoas na vida política do país desde seus espaços de vida locais; se participam de espaços de reivindicações coletivas, se participam de partidos políticos, etc.

Este estudo se insere no debate sobre a democracia contemporânea e o seu atual tema predominante, no campo da ciência política, que focaliza a crise da democracia, acentuada global-



mente nas primeiras décadas do século XXI, tendo seu marco com uma ampla subida da extrema direita ao poder nas democracias liberais mundo afora. Esse tema será abordado visando alcançarmos uma relação particular com os aspectos da práxis democrática, a partir de uma realidade singular, de formação de estudantes em formação, os quais serão futuros educadores.

A ciência política teve sua consolidação e institucionalização enquanto disciplina do conhecimento ao longo do século XX, constituída por dois principais argumentos. O primeiro fundou-se na tríade de autores europeus Gaetano Mosca (1858-1941), Vilfredo Pareto (1848-1923) e Robert Michels (1876-1936), fundadores da teoria das elites, conservadores que desconfiavam do socialismo e da democracia, e consolidaram uma base científica para o estudo da política reivindicando a autonomia e a especificidade da atividade política, somado ao discurso realista e neutro.

A teoria das elites tem como base o princípio minoritário no qual o poder político se encontra predominantemente sob o domínio de uma minoria, contribuindo para reforçar um sentimento antipopular e cético, procurando formular leis gerais para explicar e justificar a desigualdade colocada por uma minoria governante e uma maioria governada (BALLESTRIN, 2018).

Assim, a compatibilização de uma visão realista e do discurso científico, apoiada pelo positivismo que dominou a primeira metade do século XX levou, por um lado, a Ciência Política afirmar o caráter neutro típico do discurso científico disciplinado e, por outro, colocar-se ao lado da democracia sob o sentido abertamente liberal e restritivo.

O segundo argumento constitutivo do campo da ciência política, segundo Ballestrin (2018), relaciona-se com uma inclinação normativa que se coloca ao lado da democracia, tendo como limite a fixação de seu sentido liberal enquanto um núcleo inquebrantável, mesmo que fosse aos modelos não hegemônicos complementares, tais como participativo, deliberativo, radical, dentre outros.

De qualquer modo, nas palavras da autora, “Apesar de a teoria democrática não ser seu monopólio, a preocupação com a temática da democracia nos mais diversos sentidos lhe emprestou um rótulo de ‘ciência da democracia’ (BALLESTRIN, 2018, p.151). E a escolha do economista austríaco Joseph Schumpeter (1883-1950), enquanto autor inaugural do Elitismo Democrático, revelou os primeiros significados da teoria da democracia trabalhada no interior do campo disciplinar.

A trajetória da teoria democrática, segundo Ballestrin (2018), ao longo do século XX foi bastante condicionada pela rejeição e esterilização da democracia desencadeada pelo Elitismo e Elitismo Democrático, respectivamente.

Juntamente com o ‘ressurgimento da teoria política’ (BALL, 2004) a partir dos anos 1970, encontramos Robert Dahl (1915-2014), cientista político norte americano, que foi considerado o fundador da escola behaviorista em ciência política e formulador do conceito de poliarquia. Robert Dahl demonstrou ter restituído o núcleo normativo da teoria democrática, mesmo que nos termos de um pluralismo competitivo. Sua principal obra desse debate foi o livro intitulado “Poliarquia: participação e oposição”, publicado em 1971. O caráter liberal-pluralista de sua teoria, contudo, não permitiu que o traço disciplinar elitista fosse sucumbido.

Assim, conforme Ballestrin (2018, p. 151), “Democracias não guerreiam entre si’ ou ‘democracias não sobrevivem sem economias de mercado’; são duas frases orgulhosamente repetidas pelos seus defensores liberais omissos quanto à capacidade de as democracias declararem guerra, a um país considerado não democrático, e quanto à perfeita adaptação das economias de mercado aos regimes autoritários”. Dessa forma, para a autora, o realismo e liberalismo aceitam tomar parte de um interessado casamento.

A **justificativa** do estudo, no campo pessoal, decorreu de meu intenso interesse pelo campo da política, partir de minha inserção na militância, considerando minha história de vida, como filha da classe trabalhadora, de uma família descendente de italianos, da região nordeste do Rio Grande do Sul, que foi a primeira, do total de treze irmãos, a furar o bloqueio de acesso ao ensino superior no início dos anos 1990.

Minha participação, enquanto ativista e militante, inicialmente, ocorreu no movimento estudantil, desde os anos 1992, durante minha formação inicial em Educação Física, na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A partir daí, decorreram minha aproximação e relação com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, além de participação, também foi tema de meus estudos posteriores de pós-graduação. Ainda, enquanto docente do curso de Educação Física da UFBA, minha atuação, nos anos iniciais de carreira, se deu no movimento sindical docente.

A relação direta com estudantes da Faculdade de Educação (FACED), da UFBA, enquanto docente, com estudantes das áreas de Educação Física, Ciências Naturais e Pedagogia, daquela unidade, estimularam o interesse pelo recorte da amostra para a pesquisa que tem como tema a democracia contemporânea, com o foco na crise democrática da atualidade. Em especial, por nos

permitir estudar o tema da democracia, e da práxis democrática, junto aos estudantes em formação, que serão futuros educadores e formadores das novas gerações.

Essa história de vivências também impulsionou a justificativa da delimitação do campo empírico de estudo, isto é, a delimitação do objeto empírico de pesquisa como sendo a práxis da democracia brasileira dos estudantes da FAGED/UFBA na atualidade.

O tema da práxis democrática também se justifica, no campo empírico, frente ao atual tempo histórico em que estamos vivendo, nas primeiras décadas do século XXI, dado o atual estado das coisas em relação à democracia contemporânea brasileira, e a caracterizada crise política de vários países democráticos, dentre os quais encontra o Brasil, sob a ascensão de governos autoritários ou autocráticos.

Nesse contexto levantamos reflexões diversas que nos levaram a este estudo tais como sobre os níveis de adesão à democracia, índices de confiança política no Brasil, ou qual a compreensão de democracia das pessoas. Ainda, qual a prática política dos brasileiros; ou o que os estudantes universitários, enquanto sendo uma camada da população que acessa a formação superior no país, expressam sobre tais questões. Especialmente porque, como já dito, serão os futuros educadores e formadores das novas gerações.

Esse debate se insere no campo da ciência política, especificamente nos estudos teóricos sobre a democracia, enquanto um tema clássico dessa disciplina acadêmica e de grande relevância nos estudos no contexto atual.

O estudo do campo teórico da democracia, e da teoria democrática, é fundamental para analisarmos a trajetória dessa teoria na atualidade, isto é, nas primeiras décadas do século XXI, frente à possível metamorfose democrática em diferentes países, inclusive no Brasil, e como diferentes perfectivas, ou concepções, de democracia adentram na vida dos brasileiros, na sua práxis de vida e da política. Constatar qual a práxis democrática das pessoas, no atual momento histórico, pode nos permitir evidências sobre o enraizamento cotidiano dos modelos de democracia desenvolvidos até hoje, no campo da teoria democrática.

Nesse sentido, para este estudo, a construção da problemática da pesquisa, foi submetida ao debate teórico dos modelos de democracia, no qual nos debruçamos sob duas vertentes contraditórias de democracia sendo estas a concepção minimalista de Joseph Schumpeter (1961) e a perspectiva participativa, sistematizada por Carole Pateman (1992). Já em relação ao debate da crise da democracia, nos subsidiamos em diversos autores contemporâneos como Urbinati (2019), Levitsky (2018), Appadurai, (2019), Brown (2019), Janine Ribeiro (2019), Ballestrin (2018),

dentre outros. Em relação ao apoio metodológico analítico utilizamos autores como Babbie (1999), Cano (2012), Baquero (2001), Quivy; Campenhoudt (2005), e Vázquez (1990).

Os processos de transição política, históricos, ocorridos no continente americano passaram, e passam, por diferentes formas de adesão a democracia, tendo distintos fatores explicativos para os índices de adesão a um novo regime de governo.

Moisés (2008) analisa como os cidadãos brasileiros participaram do longo processo de transformação do regime autoritário em democrático que se deu através de uma mudança gradual e não brusca. O autor apresenta questões de reflexão tais como “Qual seria o grau de adesão dos brasileiros ao regime democrático: a) como um ideal e, b) como um sistema prático?” (MOISÉS, 2008, p. 11).

O autor desenvolve a premissa de que não apenas a tradição da cultura política, mas ainda a valorização do desempenho das instituições públicas pode influenciar na relação dos cidadãos com o regime democrático. Desta forma, considera que a mescla entre orientações valorativas e orientações pragmáticas criam o ambiente no qual se definem as atitudes e as percepções intersubjetivas dos indivíduos quanto ao regime político.

Outro pressuposto mantido por Moisés (2008) passa pelo entendimento de que a qualidade da democracia influencia a experiência, a avaliação e a percepção dos cidadãos acerca das instituições democráticas. Assim, podem-se reforçar as tendências da cultura política brasileira de desvalorizar as instituições de representação política, tais como partidos e parlamentos.

A partir de seus pressupostos, o autor confirma nos resultados de seu estudo sua hipótese central. Afirma que a variação dos índices de adesão à democracia e de confiança política no Brasil depende, tanto da cultura política, como do funcionamento das instituições democráticas.

Um dos aspectos importantes do estudo de Moisés (2008) indica que a presença destes fatores estimula uma preferência de parcelas significativas de brasileiros por modelos de democracia que descartam uma das características importantes de tal regime. Isto é, descartam as instituições de representação, através das quais os eleitores, além de escolherem governantes, podem fiscalizar e exercer controle sobre a atuação dos mesmos (MOISÉS, 2008, p. 66).

Esses dados, levantados pelo autor, também estariam presentes entre estudantes universitários no Brasil, considerando que este público poderia acumular uma bagagem mais ampliada de conhecimentos e compreensão dos sistemas democráticos?

Considerando o contexto de crise da democracia difundida em diferentes países, segundo Urbinati (2019), Appadurai (2019), Levitsky (2018); a sociabilidade dos governos demonstra passar por metamorfoses e, a escolha de representantes, parece transitar para uma chamada democra-

cia de público (URBINATI, 2013). Assim, destacamos reflexões problematizadoras relacionadas ao nosso estudo, a saber: quais seriam os índices de adesão à democracia, bem como de confiança política no Brasil, entre os estudantes universitários, enquanto sendo uma camada da população que ascende ao nível superior de formação acadêmica? Qual ou quais seriam as formas, desses estudantes, de vivenciar, conceber e praticar a democracia? Ou ocupar e relacionar-se com os espaços de vivências democráticas? A atual onda de autoritarismo em diversos governos, incluindo o brasileiro, estaria relacionada à metamorfose para uma democracia de audiência (URBINATI, 2013)?

Destaco que não pretendemos responder a todos esses questionamentos, no presente estudo, mas estes são base apenas para reflexões que envolvem a delimitação de nosso ponto de partida, isto é, o **problema de pesquisa**, assim delimitado: qual a práxis democrática brasileira, na atualidade, dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA, em Salvador, Bahia?

O **objetivo geral**, delimitado para a pesquisa, é analisar a práxis democrática brasileira, na atualidade, dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA, em Salvador, Bahia.

Os **objetivos específicos** decorrentes para a investigação são os seguintes: **a)** caracterizar a concepção de democracia vinculada à literatura sobre a democracia mínima e participativa; **b)** levantar a compreensão da democracia brasileira em diálogo com a literatura sobre a crise da democracia, internacionalmente e no Brasil; **c)** identificar a prática democrática dos estudantes da Faced/UFBA.

A pesquisa é desenvolvida através de um processo que envolve um conjunto de operações sucessivas e distintas entre si, e ao mesmo tempo interdependentes, que são desenvolvidas, por um ou mais pesquisadores, visando coletar sistematicamente informações válidas e relevantes acerca de um fenômeno observável, a fim de compará-lo ou compreendê-lo. Se trata de um trabalho complexo que exige diferentes capacidades de escrita, sistematização e análise, além de organização pessoal e domínio de técnicas especializadas tais como documentação, instrumentos de pesquisa, dentre outras (CIZZOTTI, 1998, p. 35 apud BAQUERO, 2001, p. 28).

Nesse sentido, a **metodologia** desta **pesquisa** teve como abordagem o método quantitativo, a partir da realização de um survey exploratório, e como técnicas de coleta de dados, a aplicação de questionário autoadministrado, através de plataforma online; além da revisão bibliográfica, sobre o tema de estudo. O processamento dos dados foi realizado através do programa Excel, a partir da codificação e sistematização resultados encontrados, expressando os mesmos através de diferentes formas gráficas e ou tabelas.

O pressuposto levantado no estudo, destaca que a práxis democrática, dos estudantes da FACED/UFBA, tende a se apresentar hegemonicamente próxima ao modelo de democracia elitista, conforme defendida por Joseph Schumpeter (1961), enquanto um sistema de garantia do direito de escolha de seus representantes, através dos processos de eleições livres regulares. Ainda, a partir dos elementos e fatos históricos demonstrados na pesquisa, na história recente do Brasil, levantamos um segundo pressuposto de que o país pode estar vivendo um processo político transitório, passando de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência, ou democracia de público (URBINATI, 2013).

Desde esta configuração, a ‘democracia de público’ evidencia uma forma de plebiscitarismo, destacando a grande importância adquirida pelos grandes meios de comunicação, com seus monopólios, que reforçam a versão plebiscitária da democracia de audiência. Esses processos apresentam um importante efeito antidemocrático que se expressa na perda dos eleitores de sua possibilidade de formar juízos críticos, visto que ocupam o posto de espectadores, tornando a política mais vulnerável e a democracia menos democrática (URBINATI, 2013).

Este trabalho está organizado em dois capítulos centrais, além da introdução e considerações finais. No capítulo primeiro, apresentamos a fundamentação teórica com o debate sobre a crise da democracia na atualidade, internacionalmente bem como no Brasil. Ainda, recuperamos dois modelos conceituais sobre a democracia, minimalista e participativo, com o intuito de confrontar duas concepções opostas, tendo-as como referência de análise para o estudo.

O segundo capítulo apresenta a análise e discussão dos dados empíricos. No primeiro tópico, expomos a caracterização do método de pesquisa, da amostra e os dilemas enfrentados. No segundo tópico deste capítulo, temos a exposição dos dados sobre a concepção e práxis democrática dos estudantes envolvidos no estudo. Finalmente, desenvolvemos as considerações finais do trabalho.

## 2. CRISE DA DEMOCRACIA E OS MODELOS SOCIAIS DEMOCRÁTICOS

As décadas que demarcam a virada do século XX para o início do século XXI demonstram transformações estruturais e impactos significativos na vida humana. Os processos produtivos intensificaram suas transformações com base nas profundas mudanças tecnológicas, expressando uma reestruturação produtiva intensa com forte tendência de precarização do trabalho. O impacto direto no trabalhador recria condições precárias de trabalho com avanço da terceirização, insegurança no trabalho, informalização das relações trabalhistas, alta rotatividade da força de trabalho, etc.

Diversos estudiosos têm se debruçado sobre as transformações no mundo do trabalho, bem como sobre as mudanças em seu campo ideológico. Estes apontam que as principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho são oriundas das profundas transformações, tanto na estrutura produtiva, em sua materialidade, quanto em seu campo mais subjetivo, político, ideológico, em seu ideário que orientam ações práticas e concretas, apresentando uma acentuação de sua lógica destrutiva.

Segundo Antunes (1999), o ciclo de crises cíclicas do capital desencadeou o processo de reestruturação em busca da recuperação de seu ciclo reprodutivo, acentuando sua lógica destrutiva. Este processo, conforme Antunes (1999), pode ser reconhecido em dois elementos fundamentais. O primeiro trata da substituição dos padrões taylorista e fordista pelas formas flexibilizadas e desregulamentadas de produção, das quais a acumulação flexível e o modelo japonês ou Toyotismo são exemplo. O segundo passa pelo ataque ao modelo de regulação social democrático, que deu sustentação ao chamado estado de bem-estar social nos vários países centrais, agora solapado pela (des)regulação neoliberal, privatizante e antissocial.

No campo subjetivo, político e ideológico, a racionalidade neoliberal, segundo Brown (2019) também preparou o terreno visando mobilizar e legitimar forças antidemocráticas nessas décadas iniciais do século XXI, demonstrando que o ataque neoliberal à democracia tem impacto na lei, na cultura e na subjetividade, bem como na política.

Para alguns autores, vivemos em tempos caracterizados pelo aglomerado indistinto de indivíduos que compõe o público, com um ator não coletivo vivendo no espaço privado da domesticidade, que atua como receptor, ou espectador, de um espetáculo que é encenado por especialistas da comunicação midiática e recitado pelos personagens políticos (URBINATI, 2013).

Este capítulo aborda a fundamentação teórica do estudo, para a análise de nosso objeto empírico de pesquisa, e busca caracterizar o debate sobre a crise contemporânea da democracia, bem como retomar a concepção de democracia vinculada à literatura sobre a democracia mínima e participativa.

Inicialmente realizamos o debate da crise da democracia na contemporaneidade e, em seguida, os aspectos relacionados à democracia brasileira. No último tópico confrontamos dois modelos de teoria democrática, isto é, o modelo minimalista e o participativo.

## 2.1 A CRISE DA DEMOCRACIA NA CONTEMPORANEIDADE

Diante dos fatos mais contemporâneos da história brasileira e mundial, esta seção do trabalho visa apresentar a breve revisão dos debates recentes, no campo da ciência política, acerca da crise das democracias na atualidade.

Nessa direção, Appadurai (2019) indaga se a pergunta central de nossa época não seria a rejeição mundial da democracia liberal e a sua respectiva substituição por alguma espécie de autoritarismo populista. Essa questão seria baseada nos recentes exemplos de governos tais como os Estados Unidos, Rússia, Índia e Turquia, além do alarmismo crescente em relação à guinada global à direita. O autor busca apresentar uma explicação e esboço de uma contra ofensiva desde uma ótica europeia, afirmando que a democracia liberal europeia está à beira de uma crise perigosa frente ao fato de o cansaço da democracia ter chegado ao continente.

Para o autor, os meios de análise tradicionais centram-se no entendimento de que as correntes sociais que se destacam na política estão vinculadas a questões tais como o carisma, a propaganda, a ideologia, etc., que interferem na intensa ligação entre os líderes e seus respectivos seguidores. Contudo, as atuais conexões entre estes dois polos podem se basear em coincidências parciais, ou acidentais, entre ambições, ideias e estratégias dos líderes frente aos temores, às feridas e aos ódios daqueles que o seguem, desencadeando uma espécie de endosso ou reprodução das crenças dos líderes que parecem adorar. Esse aspecto poderia estar visível no fato de que os líderes dos últimos anos, que ascenderam com a movimentação populista, apresentarem estilos xenófobos, patriarcais e autoritários.

Segundo o autor, os líderes populistas almejam uma liderança frente a uma crise da soberania nacional, partindo do pressuposto de que o elemento mais relevante da crise de soberania passa pelo fato de que nenhum Estado-nação moderno controla sua economia nacional,



visto que a interdependência global veio para ficar. Sendo assim, a soberania econômica, que sempre foi um preceito duvidoso para a soberania nacional, é, atualmente, cada vez mais irrelevante.

Assim, na ausência de uma economia nacional dos Estados modernos que possa garantir sua fortaleza e proteção, Appadurai (2019) destaca a propensão de que Estados tentem reencenar a soberania nacional através do que chama de chauvinismo cultural dominante, baseado no etnonacionalismo e opressão às dissidências intelectuais e culturais locais.

Para o autor, a perda generalizada da soberania econômica provoca uma mudança em direção à ênfase na soberania cultural, que se manifesta de várias formas, na atualidade, nas ações de governos como Vladimir Putin (Rússia); Recep Tayyip Erdoğan (Turquia); de Donald Trump (Estados Unidos); Theresa May (Inglaterra); Viktor Orbán (Polônia).

Conforme o autor, tais líderes dos novos regimes populistas autoritários têm em comum

(...) a admissão de que nenhum deles pode de fato controlar a economia de seus países, refém de investidores estrangeiros, acordos globais, finanças transnacionais, mão de obra móvel e capital de modo geral. Todos eles prometem a purificação da cultura nacional como via de poder político global. Todos são simpáticos ao capitalismo neoliberal (...). Todos buscam converter poder brando em poder coercitivo. E nenhum deles tem restrições quanto a reprimir minorias e dissidentes, abafar a liberdade de expressão ou usar as leis para sufocar os oponentes (APPADURAI, 2019, p. 25-26).

Appadurai (2019) reforça que as eleições, que era um importante meio através do qual os cidadãos davam voz e mostravam-se satisfeitos ou decepcionados com seus líderes, atualmente transformaram-se numa via de 'saída' da democracia em si, não sendo mais um meio de corrigir e debater a política democraticamente. Com isso, nos casos dos exemplos de líderes que cita, bem como na maioria dos bolsões populistas europeus, se apresenta uma fadiga da própria democracia, à qual é a base do sucesso eleitoral daqueles líderes que se comprometem em revogar elementos independentes, deliberativos e inclusivos das formas nacionais existentes de democracia.

Nesta perspectiva, Appadurai (2019) destaca três elementos que demonstram que, o cansaço da democracia, tem um contexto e uma lógica singulares. A primeira passa pela expansão da internet e mídias sociais aos setores crescentes da população, além da construção identitária, da propaganda e mobilização via *web*, que permitiram criar uma perigosa ilusão de que todos podem encontrar semelhantes, aliados e ou colaboradores, independente de quem sejam as pessoas em tais espaços.

O segundo elemento é demonstrado pelo fato de que todos os Estados-nação acabaram por perder terreno nas tentativas de manter sua suposta soberania econômica.

E o terceiro fator é que a ideologia dos direitos humanos, propagada mundialmente, garantiu algum tipo de apoio às pessoas estrangeiras e migrantes na maioria dos países do mundo. No continente europeu, o debate sobre migrantes é um exemplo que traduz a questão da soberania econômica em questões de soberania cultural, sendo uma expressão e deslocamento que o Appadurai (2019) afirma estar no cerne do crescimento dos populismos de direita em todo o mundo.

Para o autor, esses três fatos, conjuntamente, intensificaram a intolerância global contra os processos legais, bem como a racionalidade e a paciência política exigidos pelos sistemas democráticos.

Esses elementos, somados ao aprofundamento mundial da desigualdade econômica, além da erosão global do bem-estar social e ampliação das indústrias financeiras propagadoras da ideia de que todos corremos o risco de um desastre financeiro, intensificam a impaciência com as temporalidades da democracia.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018) o número de países democráticos cresceu intensamente entre os anos de 1980 e 1990; atingindo um auge em 2005, e estabilizando-se a partir de então. Dessa forma, demarcou-se o período de 1990-2015 como o quarto de século mais democrático da história mundial. Porém, para os autores, ocorre uma percepção crescente na atualidade de que a democracia está recuando em todo o mundo, caracterizando um possível período de recessão democrática. Este recuo tem sido apontado pelos autores em países como a Turquia, Hungria, Polônia, Tailândia, Venezuela.

No bojo das preocupações dos estudos sobre a crise das democracias consolidadas, o debate dos autores visa questionar se as democracias tradicionais podem entrar em colapso. Nesse sentido, observamos que no Brasil, frente a diversos acontecimentos, esta questão histórica também se tornou presente a partir de 2013.

Dentre os achados no enfrentamento desta questão, no trabalho de Levitsky e Ziblatt (2018), encontra-se a mudança nas regras internas de escolha dos candidatos a presidente nos Estados Unidos (EUA), deixando de ser realizada por um pequeno grupo de dezenas de dirigentes para ser realizada por milhões de eleitores. Dessa forma levou, de certa forma, a perda de controle dos tradicionais líderes sobre o processo de escolha do candidato à presidência. Este processo teria facilitado a ascensão ao poder de outsiders tal como o ex-presidente dos EUA, Donald Trump, no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2021.

Segundo os autores, as normas de tolerância e comedimento serviam como grades flexíveis de proteção da democracia norte-americana e contribuíram para evitar a luta sectária

mortal causadora da destruição de democracias em outros países. Porém, no governo de Donald Trump, observam que as grades de proteção da democracia estadunidense encontravam-se enfraquecidas e consideram que a erosão das normas democráticas teve seu início nos anos de 1980 e 1990, tendo-se acelerado nos anos 2000.

Dentre as tradicionais formas de derrubadas de governos democráticos, foram destacados os golpes militares do Egito, que derrubou o presidente Mohamed Morsi em 2013, além da derrubada da primeira-ministra tailandesa Yingluck Shinawatra. Estas formas tradicionais têm como pilares a imposição do poder e da coerção militares.

Contudo, os autores destacam outra maneira de arruinar uma democracia, com base menos dramática, mas igualmente destrutiva. Para os autores, as democracias também podem morrer nas mãos de líderes eleitos, que podem dismantelar uma democracia rapidamente. Conforme os autores,

É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desaparece em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos. [...] O retrocesso democrático hoje começa nas urnas (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 16)

Assim, a via eleitoral é perigosamente enganosa para o colapso da democracia. Apesar de não termos tanques nas ruas, de as constituições e outras instituições democráticas estarem vigentes, das pessoas ainda votarem, os autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia ao mesmo tempo em que corroem a sua essência.

Nesse caso, os esforços dos governos visando subverter a democracia são ações ‘legais’, visto serem aprovados pelo Legislativo ou aceitos pelos tribunais. Até mesmo podem ser retratados como esforços que buscam aperfeiçoar a democracia. Os jornais seguem sendo publicados, mas podem ser ‘comprados’ ou intimidados à autocensura. Os cidadãos seguem a criticar o governo, mas tendem a serem envolvidos em problemas com questões legais ou impostos. Isso cria certa perplexidade e confusão levando as pessoas a não compreenderem imediatamente o que está ocorrendo. E muitos seguem acreditando que estão vivendo sob uma democracia. Assim, a erosão da democracia é algo quase imperceptível (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Para os autores, com a chegada ao poder de aspirantes a ditadores, o teste essencial da democracia é se os líderes e partidos políticos trabalham buscando evitar que eles acumulem

poder, de forma que os mantenham fora de chapas eleitorais dos partidos estabelecidos, ou recusando-se a endossar ou alinhar-se com os mesmos. Um segundo teste crucial é se eles conseguirão subverter as instituições democráticas ou se serão constrangidos por elas, pois as instituições isoladamente não dão conta de conter autocratas eleitos. Nesse contexto, as constituições têm que ser defendidas pelos partidos políticos e cidadãos organizados, bem como pelas normas democráticas. Dessa forma,

As instituições se tornam armas políticas, brandidas violentamente por aqueles que as controlam contra aqueles que não as controlam. É assim que os autocratas eleitos subvertem a democracia – aparelhando tribunais e outras agências neutras e usando-os com armas, comprando a mídia e o setor privado (ou intimidando-os para que se cale) e reescrevendo as regras da política para mudar o mando de campo e virar o jogo contra os oponentes. O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 19)

Os autores destacam ainda como os autoritários eleitos destroem as instituições democráticas. Alguns podem começar com uma cajadada única, mas a frequência é a investida lenta contra a democracia, desenvolvendo sua erosão de forma gradativa. Os pequeninos passos podem parecer insignificantes ou sem aparentar ameaças à democracia, e estas iniciativas costumam ter verniz de legalidade, sendo aprovadas pelo Parlamento ou julgadas constitucionais pelas supremas cortes.

Muitas vezes, sob tribunais cooptados mediante a alteração de sua composição bem como autoridades policiais rendidas, os governos eleitos podem agir com impunidade, infringindo a lei e ameaçando os direitos civis e ou violando a Constituição sem preocupações com a possibilidade de censura ou punição. Do mesmo modo, os aparelhos policiais podem reprimir intensamente manifestações da oposição, em tempo que tolera os atos de violência de assassinos pró-governo. E as agências de inteligência também podem ser utilizadas visando espionar os opositores governamentais (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Outra forma de lidar com oponentes potenciais, conforme os autores, passa pela ‘compra’ através da oferta de posições públicas, favores e prerrogativas às figuras políticas do mundo dos negócios e da mídia. Ou ainda o suborno direto em troca de apoio, ou uma suposta neutralidade. Já os meios de comunicação que forem cooperativos podem alcançar acesso privilegiado ao presidente, em tempo que os empresários amigáveis podem obter concessões lucrativas em

contratos com governos. Mas quando necessário, governos podem também marginalizar 'legalmente' a mídia de oposição, frequentemente por calúnia e difamação.

Ainda, os autocratas eleitos também, por vezes, tentam silenciar figuras culturais, como artistas, intelectuais, atletas, etc., cuja popularidade os faça serem uma ameaça ao seu governo. Por outro lado, podem preferir cooptar figuras culturais ou alcançar uma acomodação recíproca com elas, permitindo-as trabalhar desde se mantenham distantes da política. Por fim, buscando se entrincheirar no poder, os governos autoritários atuais reformam a Constituição, o sistema eleitoral e outras instituições de forma que prejudiquem ou enfraqueçam a oposição, visando inverter o mando de campo e virar a situação de jogo contra os rivais (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Enfim, segundo os autores, uma das grandes ironias de como as democracias morrem é o fato de a própria defesa da democracia ser utilizada como um pretexto para a sua subversão. Nesse caso, os aspirantes à autocracia costumam usar as crises econômicas, os desastres naturais e ameaças à segurança, justificando-as para a tomada de medidas antidemocráticas. As crises econômicas facilitam a concentração e abuso de poder e permitem os autocratas expandirem seu espaço de manobra, além de se protegerem de seus aparentes inimigos. Nesse caso, os cidadãos tendem a se mostrar mais propensos a tolerar, ou apoiar, as medidas autoritárias em momentos de crises de segurança, especialmente quando temem pelo seu bem-estar.

Outro elemento colocado frente como possível ataque às democracias tem sido o populismo. Segundo Urbinati (2019), apesar do populismo não ser algo novo, pois emergiu ao longo dos processos de democratização durante o século XIX, o que é inovador atualmente é a sua intensidade e a disseminação de suas manifestações. Isto é, os movimentos populistas têm surgido em quase todas as democracias, de Caracas a Budapeste, ou de Washington a Roma.

A autora chama a atenção para a fragilidade do conceito até o momento, enfatizando que o termo ainda tem frequentemente sido utilizado como uma ferramenta polêmica e não analítica. Em seu trabalho, ela se propõe a deixar de lado a atitude polêmica e tratar o populismo como um projeto de governo, propondo que o termo seja visto como a transformação de três pilares da democracia moderna, isto é, do povo ou da população, dos princípios da maioria, e da representação.

A pesquisadora não segue a visão de que os populistas são predominantemente oposicionistas e incapazes de governar, mas enfatiza a capacidade que os movimentos populistas têm para construir um regime particular dentro de uma democracia constitucional. Os populismos atualmente no poder são uma nova forma desfigurada, descaracterizada, de governos representativos, e podem ser entendidos como uma tendência global, com um padrão

fenomenológico reconhecível, mas conservando, em cada contexto particular, características do seu contexto local específico.

Urbinati (2019) argumenta que a democracia populista é o nome de uma nova forma de governo representativo, baseado em dois fenômenos. Um deles é a relação direta entre o líder e aqueles que o líder define como boas pessoas, as pessoas corretas; e, outro, trata da superlativa autoridade do público. Seus alvos imediatos são os ‘obstáculos’ para o desenvolvimento desses dois fenômenos: os corpos intermediários de formação de opinião, tais como partidos, os meios de comunicação estabelecidos; e o sistema institucionalizado de monitoramento e controle do poder político.

Para a autora, estes fenômenos delineiam a fisionomia do populismo com uma interpretação de ‘povo’ e ‘maioria’ que é marcada por uma não-dissimulada e entusiástica política da parcialidade. Esta parcialidade pode facilmente desfigurar a regra da lei, bem como a divisão de forças, que inclui referências a direitos básicos, processo democrático e o critério de justiça ou direitos.

Nesse sentido, os governos populistas buscam substituir o partido democrático pela democracia populista e, quando têm sucesso, eles estabilizam suas regras através do uso desenfreado de formas e procedimentos que o partido democrático oferece. Predominantemente, os populistas promovem uma mobilização permanente de seu público visando garantir o apoio ao líder eleito; ou têm como prática a criação de emendas à constituição de modo a reduzir os limites na tomada de decisão da maioria, isto é, o populismo visa ocupar o espaço do poder constituinte (URBINATI, 2019).

Mouk (2019) aponta que a atual ascensão do populismo demonstra ser uma ascensão de sua expressão autoritária. E, ao referir-se aos últimos eventos do caso brasileiro, destaca que, no Brasil, a ameaça populista à democracia é mais séria do que nunca. Para o autor, em sua campanha eleitoral, o atual presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) explicitou suas semelhanças com Donald Trump, presidente dos Estados Unidos de janeiro de 2017 a janeiro de 2021; e com Viktor Mihaly Orban, atual primeiro-ministro da Hungria, empossado em maio de 2010.

Para o autor, o populismo se define pela reivindicação de representação exclusiva do povo se expressando na relutância em aceitar a oposição ou, até mesmo, respeitar a necessidade de instituições independentes que colocam os populistas numa rota de colisão com a democracia liberal.

Segundo Mouk (2019), existe um bom motivo para o risco de que a democracia liberal possa não sobreviver se um de seus elementos for abandonado. Isto porque um sistema no qual as

pessoas têm voz nas decisões assegura que os ricos e poderosos não possam sobrepor ou desconsiderar os direitos dos desfavorecidos.

Dessa forma, a garantia e proteção dos direitos de minorias impopulares, bem como a liberdade de imprensa para crítica ao governo de forma livre, podem assegurar que as pessoas mudem seus soberanos através de eleições livre e justas. Sob esse olhar, os direitos individuais e a vontade popular andam juntos e constituem pilar para a sobrevivência da democracia liberal.

Assim, destaca que no Brasil o povo terá que lutar para garantir a sobrevivência da democracia liberal durante a gestão do atual presidente. Segundo ele,

(...) A probabilidade de um populista causar um estrago duradouro ao grau em que um país pode ser considerado democrático é quatro vezes maior do que a de outros tipos de governantes eleitos. Apenas uma pequena minoria de presidentes e primeiros-ministros populistas deixa o governo por perder eleições livres e justas ou chegar ao fim do mandato. Quase metade conseguiu mudar a Constituição para se conceder poderes expandidos. Muitos restringem significativamente as liberdades políticas e civis desfrutadas por aqueles sob seu governo. E embora na campanha não raro prometam erradicar a corrupção, os países que governam ficaram, em média, mais corruptos (MOUNK, 2019, p. 08).

De fato, o que vem ocorrendo, conforme o autor, nas democracias do mundo todo, são dois acontecimentos aparentemente distintos.

Por um lado, as preferências do povo são cada vez mais iliberais: os eleitores estão cada vez mais impacientes com as instituições independentes e cada vez menos dispostos a tolerar os direitos de minorias étnicas e religiosas. Por outro lado, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível: os poderosos estão cada vez menos dispostos a ceder às opiniões do povo. Como resultado, liberalismo e democracia, os dois elementos centrais de nosso sistema político, começam a entrar em conflito (MOUNK, 2019, p. 26).

Um novo elemento de ataque à democracia está vinculado à lógica totalizante do neoliberalismo. Acerca deste elemento, Wendy Brown (2019, p. 28-29), destaca que o termo ‘neoliberalismo’ foi cunhado no Colóquio Walter Lippmann em 1938, onde foram lançadas suas bases político-intelectuais, em uma reunião de acadêmicos.

O termo é comumente associado a um conjunto de políticas de privatização da propriedade e dos serviços públicos, com a proposta de redução radical do Estado social, amordaçando o trabalho, desregulamentando o capital e produzindo um ambiente de impostos e tarifas favoráveis aos investidores estrangeiros.

Os intelectuais originários, que ficaram conhecidos como ‘pais’ do neoliberalismo foram o economista e filósofo austríaco Friedrich August Von Hayek (1899-1992), e o economista, estatístico e escritor norte-americano, Milton Friedman (1912-2006), sendo este um dos líderes da Escola de Economia de Chicago.

Essas políticas foram experimentadas no Chile, a partir de 1973, sob a ditadura de Augusto Pinochet e seus assessores, os chamados ‘*Chicago Boys*’. Ainda, foram impostas em partes do Sul global sob imposição do Fundo Monetário Internacional visando ‘ajustes estruturais’ na economia, além de terem sido desenvolvidas também por Margaret Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e nos Estados Unidos, respectivamente, já no final dos anos 1970. Estes buscavam a desregulamentação do capital, o combate ao trabalho organizado, a privatização de bens e serviços públicos, a redução da tributação progressiva e o encolhimento do Estado social. Estas políticas espalharam-se pela Europa Ocidental.

O colapso do Bloco Soviético, ao final dos anos 1980, ampliou a transição do comunismo de Estado ao capitalismo neoliberal, em menos de meia década, também em boa parte da Europa Oriental.

Conforme Brown (2019, p. 21-22), a razão neoliberal, principalmente a partir das formulações de Friedrich Hayek, coloca o mercado e a moral como formas singulares capazes de prover recursos para as necessidades humanas com base em princípios e dinâmicas ontológicas. Assim, enraizados na liberdade, capazes de gerar uma ordem e evolução espontâneas, os seus opostos radicais são definidos por qualquer tipo de política, planejamento e justiça sociais, deliberados e administrados pelo Estado.

Assim, para Hayek,

[...] o mercado e a moral, juntos, são o fundamento da liberdade, da ordem e do desenvolvimento da civilização. Ambos são organizados espontaneamente e transmitidos por meio da tradição e não pelo poder político. Os mercados só podem funcionar impedindo-se o Estado de neles se imiscuir ou intervir. A moral tradicional só pode funcionar quando se impede igualmente que o Estado intervenha nesse domínio e quando a expansão daquilo que Hayek chama de ‘esfera pessoal protegida’ confere à moralidade mais poder, amplitude e legitimidade do que as democracias sociais seculares racionais propiciam. Assim, mais que um projeto de ampliação da esfera da competição e valoração de mercado, o neoliberalismo hayekiano é um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação (BROWN, 2019, p. 23).

Segundo Brown (2019), essas novas forças conjugam os elementos familiares do neoliberalismo com seus aparentes opostos. Isto é, conjugam o favorecimento do capital, a



repressão do trabalho, demonização do Estado social e político, ou ataque às igualdades e exaltação da liberdade, com o nacionalismo, a imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais.

Entretanto, Brown (2019) afirma que as várias teorias explicativas para mobilizar e legitimar forças antidemocráticas, na segunda década do século XXI, estão incompletas. Essas narrativas identificam causas em diferentes aspectos tais como as políticas neoliberais; na suposta fixação da esquerda liberal com o multiculturalismo e políticas identitárias; com o crescente poder e importância política de nacionalistas evangélicos e cristãos; com a crescente vulnerabilidade da população às mentiras e conspirações; com a necessidade existencial de horizontes; com a falta de atratividade da visão de mundo globalizado para todos, exceto às elites; ou o racismo duradouro de uma velha classe trabalhadora branca. E, quase todos os debates afirmam a concomitância da intensificação da desigualdade neoliberal no Norte global em conjunto com a imigração em massa do Sul para o Norte, como uma forte explicação.

Para a autora, essa narrativa, que se tornou comum na esquerda,

[...] não considera a demonização do social e do político por parte da governamentalidade neoliberal, nem a valorização da moralidade tradicional e dos mercados como seus substitutos; não reconhece a desintegração da sociedade e o descrédito do bem público pela razão neoliberal, a semear o terreno para os assim chamados “tribalismos” que emergiram como identidade e forças políticas em anos recentes. Não explica como o ataque à igualdade, combinado com a mobilização dos valores tradicionais, pôde aumentar o fogo e legitimar racismos dos legados coloniais e escravagistas [...] ou ainda o caráter de nunca vá suavemente noite adentro da super ordenação masculina, não capta o niilismo crescente que desafia a verdade e transforma a moralidade tradicional em arma de batalha política; não identifica como os ataques à democracia constitucional, à igualdade racial, de gênero e sexual, à educação pública e à esfera pública civil não violenta, foram todos levados a cabo em nome da liberdade e da moralidade. Não compreende como a racionalidade neoliberal desorientou radicalmente a esquerda ao moldar um discurso corriqueiro no qual a justiça social é de uma só vez banalizada e demonizada como ‘politicamente correta’ [...] (BROWN, 2019, p. 15-16)

Em seu trabalho, Brown (2019) argumenta que a ascensão da política anti-democrática foi promovida por meio de ataques à legitimidade e à prática da vida política democrática. A pesquisadora debate questões teorizando sobre como a racionalidade neoliberal preparou o terreno visando mobilizar e legitimar as forças antidemocráticas na segunda década do século XXI. Nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração e o ataque neoliberal à democracia tem refletido na lei, na cultura política, bem como na subjetividade política

Segundo Brown (2019), para compreender as raízes e as forças da situação atual é necessário avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberal, e não apenas as condições econômicas e os racismos que a geraram. Requer avaliar que a ascensão daquelas formações políticas nacionalistas autoritárias brancas teve origens na raiva instrumentalizada dos indivíduos abandonados economicamente e ressentidos racialmente, mas também desenhada por três décadas de assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade.

Não seria exagerado afirmar que o atual modelo hegemônico da democracia liberal vem enfrentando na atualidade a sua maior crise global desde o final da Guerra Fria. Os acontecimentos dos últimos anos, tanto em países da Europa ou EUA, ou o impeachment ocorrido no Brasil em 2016, que destituiu a ex-presidenta Dilma Rousseff, evidencia a emergência de discursos explicitamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos. Ainda uma eventual legitimação, através do voto popular, de partidos ou lideranças políticas populistas; tal como a utilização das instituições democráticas para fragilizar, minimizar ou romper a própria democracia (BALESTRIN, 2018).

No debate sobre a relação entre a democracia liberal e o neoliberalismo, Balestrin (2018) percorre a discussão sobre a noção de pós-democracia. O termo, destacado nas reflexões filosóficas de Jacques Rancière nos anos de 1990, teve desenvolvimento pelo sociólogo Colin Crouch, ao longo dos anos 2000. Contemporaneamente, o conceito segue agregando significados tendo como principal diagnóstico a “[...] esterilização da democracia pelas contradições que sua convivência com o neoliberalismo provoca” (BALESTRIN, 2018, p. 153).

O e o neoliberalismo evidencia uma disputa entre a política e a economia, do povo (soberania popular) e elite (governo), além do nacional e do global. Assim, o poder das corporações globais contribui para o processo de esvaziamento da democracia, pois tais atores não conceito de pós-democracia (re)conecta a política e a economia, sublinhando o esvaziamento da primeira, bem como a ampliação/colonização da segunda em suas múltiplas direções, considerando que a disputa entre a democracia apenas realiza pressão, mas participam ativamente dos processos políticos, tornando a democracia uma vítima do mercado (CROUCH, 2011 apud BALESTRIN, 2018).

Conforme a autora, “A realidade pós-democrática está também relacionada com a privatização do poder político pelo poder econômico em uma escala global, cuja principal característica consiste na interdição da democracia a partir de suas próprias instituições, discursos e práticas.” (BALESTRIN, 2018, p. 153).

Torna-se perceptível que o recuo da democracia a partir da instrumentalização e permissividade da própria democracia, o qual vem acompanhado por um projeto que questiona a indispensabilidade da tímida democracia liberal e dos respectivos direitos por ela possibilitados. As causas de tal processo pode ser variadas e associadas à crise global do neoliberalismo enquanto uma forma para governar as sociedades (DARDOT E LAVAL, 2016 apud BALLESTRIN, 2018).

Para a pesquisadora, a conjuntura pós-democrática atual pode ser caracterizada através de uma série de eventos, observados em escala global, tais como:

a) um recuo democrático no sentido hegemônico e formal possibilitado por dentro das próprias instituições democráticas; b) a crescente autorização pública da ascensão de discursos autoritários, antidemocráticos e anti-humanistas, com apelo e adesão popular/populista; c) a crescente colonização da esfera econômica internacional sobre a vida política nacional; d) o espraiamento da razão neoliberal para todas as esferas da vida pessoal e coletiva, inclusive política; e) o esvaziamento da política e da democracia. A crescente privatização internacional do poder pelas autoridades econômicas e o descontrole público sobre as mesmas evidencia a ausência da democracia liberal nos próprios regimes de governança global. A natureza política do sistema internacional é uma variável importante para o estímulo da onda pós-democrática. A terceira onda reversa se expressa na onda global da desdemocratização. (BALLESTRIN, 2018, p. 157).

Ballestrin (2018) considera que o Brasil teve sua democracia esvaziada substancialmente sem que fosse extinta formalmente (DARDOT E LAVAL, 2016 apud BALLESTRIN, 2018). Esse tem sido um traço fundamental nos processos de desdemocratização contemporâneos.

O Brasil evidencia um exemplo de que as agendas neoliberal e neoconservadora, ao serem contrariadas e aliadas, podem produzir uma ruptura democrática com aparência democrática. Ao se acomodarem candidatos presidenciais de tendências neofascistas em cenários pós-democráticos se evidencia o limite da democracia representativa liberal ocidental, num registro colonial e colonizado.

Assim, o ensaio de *welfare state* à brasileira, realizado pelos governos do PT, foi sucumbido pela racionalidade neoliberal vinculada à racionalidade neoconservadora eleitora de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) à época. Este foi eleito à presidência da república com aproximadamente cinquenta e oito milhões de votos, em outubro de 2018. A campanha eleitoral teve como marco a interdição do debate democrático, somando-se à prisão, em abril do mesmo ano, de Luis Inácio Lula da Silva (PT), candidato com a maior intenção de votos (BALLESTRIN, 2018).

Nas palavras da autora,

A crise política brasileira atual possui características de períodos de transição política. A incerteza e a indeterminação, características típicas de um período de

transição, podem ser observadas através de um conjunto diferenciado de ações executivas, legislativas e judiciárias, amparadas pela burocracia institucional de diversas esferas da administração pública, da representação política e da repressão violenta das forças subnacionais de segurança aos protestos contra o “golpe” e suas reformas. Ao invés do retorno à “ditadura civil-militar” ou ao “estado de exceção”, que vigorou no Brasil por vinte e cinco anos (assumindo o ano de 1989 como seu marco final), a caracterização do estado brasileiro atual como “autoritário-burocrático-judicial”, poderia ser uma adaptação livre da clássica tese de Guillermo O’Donnell sobre os “estados burocráticos-autoritários” no Cone Sul (BALLESTRIN, 2018, p. 159).

As forças vinculadas ao Poder Judiciário, a Política Federal e ao Ministério Público, apresentam um protagonismo inédito na promoção de uma agenda nacional anticorrupção e, assim, descaracterizam e distorcem determinados sentidos da democracia bem como da justiça no país. No Brasil, o combate à corrupção por estes atores não fortaleceu a democracia, mas encaminhou o país à pós-democracia.

Apesar da existência de um conjunto de outros atores heterogêneos, além de instituições e personagens envolvidos e interessados no golpe constitucional de 2016, a predominância do complexo jurídico-econômico institucional voltado para a catalização desse processo demonstra a expansão global do poder judiciário através da judicialização da política, coincidindo com a mesma ascensão das pós-democracias nos anos 1990, mesmo que não se apresentem nexos e causalidades entre estes dois momentos.

Enfatizamos que

É possível sustentar que o Brasil foi introduzido no contexto global de recuo democrático e latino-americano das pós-democracias, onde a ruptura, a fragilização ou a relativização dos princípios básicos democráticos ocorrem por dentro de suas próprias instituições, sem recurso necessário à violência dos históricos golpes militares latino-americanos. Uma análise desse tipo, porém, demanda equilíbrio e ponderação não só quanto aos padrões históricos das rupturas democráticas no continente, mas também quanto a sua combinação à manifestação parcial de características típicas das pós-democracias. (BALLESTRIN, 2018, p. 160).

Os desafios à democracia, bem como à ciência política na contribuição de leitura dessa caracterização, estão colocados para o enfrentamento do atual momento histórico brasileiro, de ataque e riscos profundos que podem corroer ainda mais as frágeis estruturas da democracia liberal do país.

## 2.2 A DEMOCRACIA NO BRASIL - A CRISE NOS ANOS RECENTES

A vitória do campo da extrema direita, no pleito eleitoral de 2018 no Brasil, refletiu o núcleo do golpe parlamentar ocorrido no país em 2016. Este núcleo expressava a aliança do capital alinhado à burguesia interna que se consolidou nas urnas, diante de uma manipulação midiática através das notícias falsas (*fake news*).

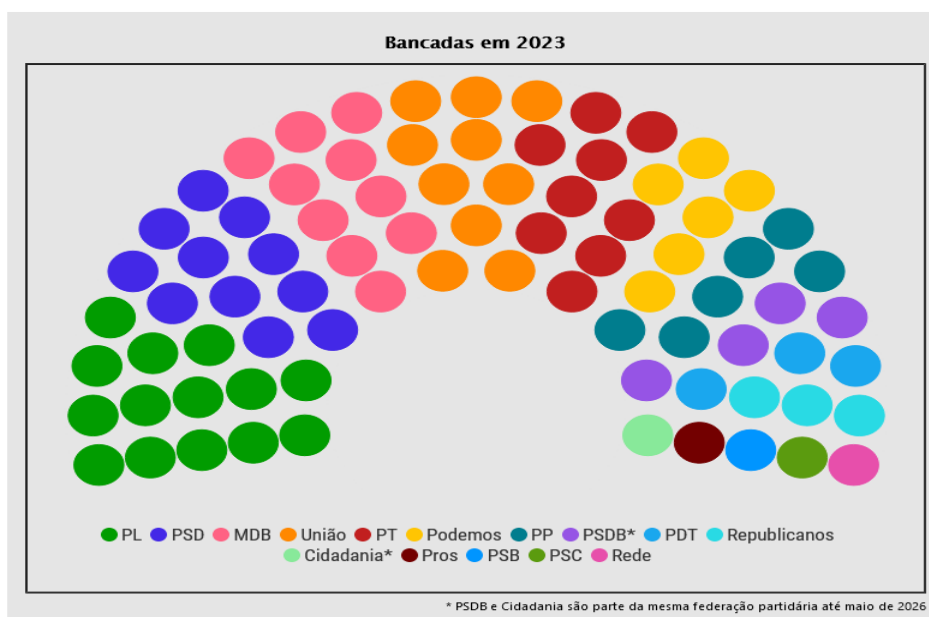
Naquela conjuntura eleitoral, observamos uma ampliação da representatividade partidária, subindo de 15 para 21 partidos no Congresso Nacional. Apesar da força dos partidos de direita, as forças de esquerda, no âmbito eleitoral, conseguiram ser preservadas; sendo o Partido dos Trabalhadores (PT) o partido que mais elegeu deputados federais (56), com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) (10) e com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) (09).

Recentemente, nas eleições ocorridas em outubro de 2022, o candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Luis Inácio Lula da Silva, que teve sua elegibilidade política retomada, venceu as eleições, no segundo turno, com 50,90%, totalizando 60.345.999 milhões de votos. Já, o concorrente que buscava a reeleição para o segundo mandato, Jair Bolsonaro, pelo Partido Liberal (PL), alcançou 49,10%, com 58.206.354 votos (TSE, 2022). Esse resultado evidenciou a polarização intensa na qual a sociedade brasileira estava, e segue, vivendo bem como, de certa forma, a manutenção de força política do candidato derrotado nas urnas.

Essa expressão de força política de um projeto político conservador também pode ser evidenciada na acentuada eleição de parlamentares conservadores para o senado e câmara de deputados. O senado teve representantes de 15 diferentes bancadas representando 15 partidos distintos. Deste total, temos cinco bancadas que perfazem, em conjunto, dois terços do Senado com 54, do total de 81 senadores (SENADO NOTÍCIAS, 2022).

Esses cinco partidos mais representados, no senado, são o Partido Liberal (PL), com 14 senadores; seguido pelo Partido Social Democrático (PSD), com 11; Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e União Brasil, com 10 representantes cada; e pelo PT com 9 senadores. Podemos observar essa distribuição no gráfico abaixo.

**Gráfico 1** – Distribuição Partidária Senado Federal a partir de 2023



Fonte: Senado Notícias (2022).

No Senado Federal temos uma sub representação das coligações de esquerda que também se configuraram na Câmara de Deputados. Isto é, a chamada Federação Brasil da Esperança – Fé Brasil [que reúne PT, PCdoB e o Partido Verde (PV)] e a Federação PSOL e REDE Sustentabilidade, estão completamente sub representadas aqui no Senado Federal. Nesta casa, este campo de esquerda, somam apenas 10 parlamentares sendo PT [9], PCdoB [0]; PV [0]; e a articulação PSOL [0] e REDE [1].

Já, na Câmara de Deputados, observamos que os partidos de esquerda, que compõem a Federação Brasil da Esperança – Fé Brasil (PT/68, PCdoB/7, PV/6), somados à Federação PSOL REDE (PSOL/13, REDE/1), totalizam 95 representantes, do total de 513 deputados. Isto é, menos que um quarto do total de 513 deputados, confirmando uma maioria conservadora eleita para o atual período legislativo, conforme pode ser observado abaixo.

**Gráfico 2** – Composição partidária da Câmara de Deputados no Brasil em 2023



**Fonte:** TSE/Câmara dos Deputados/Diap (2023).

Outra característica importante a ser observada é o percentual de renovação da atual gestão no qual 58% [295] foi reeleito; 3% [17] são ex-deputados novamente eleitos; e apenas 39% [201] entram para uma primeira atuação como deputado federal. Observemos a seguir.

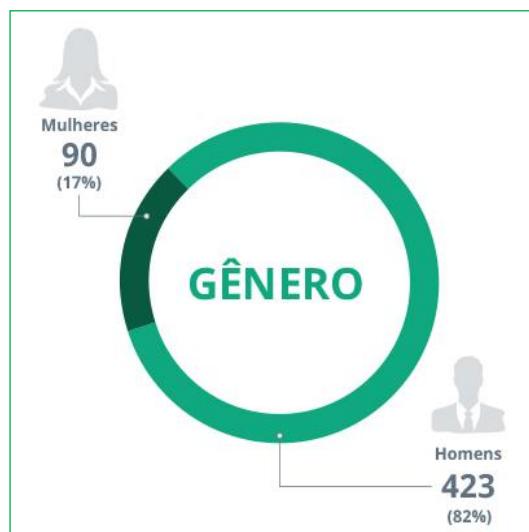
**Gráfico 3** – Percentual de renovação dos deputados eleitos em 2023



**Fonte:** TSE/Câmara dos Deputados/Diap (2023).

Da totalidade eleita, ainda destacamos a divisão por gênero no qual aparece bastante reduzido o número de mulheres com apenas 17% [90] das vagas, frente à 82% [423] de homens. Vejamos:

**Gráfico 4** – Divisão por gênero dos deputados em 2023



Fonte: TSE/Câmara dos Deputados/Diap (2023).

Em relação à representatividade de raça/cor temos 72,12% [370] brancos; 20,86% [107] pardos; 5,26% [27] pretos; 0,97 [5] indígenas; 0,58% [3] amarelos; e 0,19% [1] não informado.

Num panorama geral, analisando os dados citados, observamos que a representatividade parlamentar se concentra com homens brancos, o que parece ser uma sequência histórica desta forma de representação no país, com uma baixa representatividade da diversidade que compõe a sociedade brasileira.

Ainda, destaca-se uma sub representação dos partidos que representam um campo da esquerda política e a continuidade da alta representação de setores conservadores e corporativistas, da chamada da bancada “BBB”, isto é, dos ruralistas (“do boi”)<sup>1</sup>; igrejas evangélicas (“da bíblia”); e armamentista (“da bala”), com grande maioria vinculado aos ideais do governo anterior, de um campo político da extrema direita.

---

<sup>1</sup> Segundo o Observatório do Agronegócio no Brasil (2023), o Partido Liberal (PL) compõe ¼ da bancada ruralista na Câmara de Deputados que chega a 300 deputados em sua composição. Segundo a matéria, “Impulsionada pela eleição de uma bancada recorde do PL em 2022, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) CRESCEU 24% NA Câmara dos deputados em relação à legislatura anterior, chegando a 300 membros. Setenta e sete deles são do partido de Jair Bolsonaro. (...) A Câmara possui 513 deputados. No senado, o crescimento foi de 20%, de 39 para 47 – diante de um total de 81 senadores.”. (SOUZA, Hugo. **PL compõe ¼ da bancada ruralista na Câmara, que chega a 300 deputados**. Observatório do Agronegócio no Brasil, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2023/04/26/pl-compoe-1-4-da-bancada-ruralista-na-camara-que-chega-a-300-deputados/>. Acesso em 09. Out. 2023.)



Entendemos que as experiências recentes, das duas últimas décadas no Brasil, que pela primeira vez elegeu um presidente oriundo e representante da classe trabalhadora a partir de 2003, trouxeram à tona as contradições presentes no âmago desta sociabilidade e da história do país.

As contradições de classe, o fosso da desigualdade social em suas várias dimensões como saúde, educação, moradia e concentração de renda, concentração da terra<sup>2</sup>, mostram as entranhas de uma sociedade desigual, organizada sob uma democracia limitada, sob uma sociabilidade de relações capitalistas de exploração.

Para reflexão e evidências dos conflitos da realidade brasileira, sem que neste trabalho abordemos respostas para tais complexidades, problematizamos: Frente às contradições da política brasileira, como analisamos as perspectivas e limites da democracia brasileira? Como avaliar efetivamente os períodos recentes da história do país, caracterizado por presidentes oriundos partidos políticos construídos pelos trabalhadores brasileiros? Quais perspectivas se colocaram no Brasil num período pós-golpe empresarial militar, em 2016, que sucumbiu os 54,5 milhões de eleitores que elegeram a presidenta deposta? Qual o contexto e perspectivas do Brasil após o pleito eleitoral de 2018, no qual o Partido dos Trabalhadores (PT) foi derrotado nas urnas em frente à eleição de um candidato representante de um setor político de extrema direita? Quais as contradições que se evidenciam no pleito eleitoral de 2022, com a sociedade brasileira extremamente dividida, e com um percentual bastante significativo de votos ao candidato da extrema direita, e com um congresso majoritariamente conservador?

No debate da democracia é necessário analisarmos alguns importantes elementos que incidem na caracterização de um tipo determinado de sistema político, tais como suas características político-institucionais.

---

2 Segundo o Atlas do Agronegócio (2018), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de desigualdade ao acesso à terra. Conforme o documento, “O Brasil possui 453 milhões de hectares sob uso privado, que correspondem a 53% do território nacional. Segundo dados do Atlas da Agropecuária Brasileira, um projeto do Imaflora em parceria com o GeoLab da Esalq/USP, 28% das terras privadas têm tamanho superior a 15 módulos fiscais. Os latifúndios brasileiros seriam o 12º maior território do planeta, com 2,3 milhões de km<sup>2</sup> se formassem um país. Apenas com nossas terras improdutivas poderíamos ainda formar outro país de dimensões continentais: os 66 mil imóveis declarados como “grande propriedade improdutiva”, em 2010, totalizavam 175,9 milhões de hectares. Sozinho, este estoque de terras seria suficiente para suprir a demanda por reforma agrária e conceder títulos aos 809.811 produtores rurais sem-terra.” (SANTOS & GLASS, 2018, p. 14). Em outra matéria publicada pelo governo do Ceará, o índice de Gini da distribuição da propriedade da terra no Brasil foi de 0,73 afirmando a posição do Brasil dentre os países com maior desigualdade do mundo no tema. A desigualdade é maior nos Estados com a maior produção de commodities em grandes imóveis, tais como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, e Bahia. Já se encontra mais baixa em Estados com maior presença da agricultura familiar e diversidade agrícola, tal como Santa Catarina, Amapá e no Espírito Santo (IDACE, 2020).

No Brasil, do ponto de vista de sua história recente, observamos que essas características político-institucionais historicamente têm sido balizadas por ações governamentais autoritárias que impactam diretamente no processo democrático brasileiro.

Um fato histórico, demonstrativo de um permanente ataque à democracia pelos governos que ocupam o Estado brasileiro, através da aniquilação da garantia de direitos, pode ser visto na experiência do país sob a ditadura militar (1964-1985). Se a democracia passa pela garantia de direitos, em diferentes dimensões da vida humana, assistimos a esta violação através da intensa redução dos direitos sociais, como a educação, com sua privatização e rebaixamento de sua qualidade em todos os seus aspectos. A implosão do sistema brasileiro de educação, no período, abriu o caminho a uma política deliberada de estrangulamento do ensino público e expansão do ensino privado, transferindo crescentemente recursos públicos para o setor, privilegiando escolas desprovidas de qualificação e adulterando o ‘ensino técnico’ (FERNANDES, 1989).

No exemplo do golpe militar de 1964, ações autoritárias militares antecederam os atos institucionais e a intensa violência e repressão popular. Porém, na visão das forças armadas, travasse de deter o ‘caos, a desordem e a instabilidade política’. Esta ‘ambiçãõ salvacionista’ traduzia-se na expressão de ‘reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil’ (CODATO, 2004).

O processo de militarização implicou uma severa readequação da estrutura burocrática do Estado, a ascendência do Executivo sobre o Legislativo/Judiciário e a centralização do processo decisório em âmbito federal. A reforma administrativa de 1967 destinou-se à tarefa de modernizar a estrutura do aparelho do Estado. Desta forma, conforme Codato (2004), a militarização do aparelho do Estado brasileiro progressivamente caracterizou-se como uma tendência permanente e irreversível.

Segundo as análises do autor, destacam-se quatro principais pressupostos que caracterizam a conjuntura do período que influenciou a conversão de um ‘regime autoritário’, do pós-1964, em um regime ditatorial-militar a partir do ano de 1968.

Estes pressupostos que fundamentam sua análise são: “[...] a) a configuração política que decorre imediatamente do golpe de 1964 é resultado de um ‘autoritarismo de crise’ e não de um projeto das Forças Armadas para se constituir como grupo politicamente dirigente; b) a militarização do sistema político e o controle estrito da cena política pelas Forças Armadas foram antes um processo que um evento (ou um ‘fato’); c) esse processo de militarização do sistema estatal é simultâneo ao processo de centralização do poder decisório na cúpula do executivo federal e a sua causa imediata; e, por fim, d) o ponto culminante desses dois processos é o período

1969-1979 e esse encontro não é explicável sem referência aos conflitos políticos e sociais de 1968: principalmente à sua forma de solução.” (CODATO, 2004, p. 15).

Um exemplo importante desse momento viu-se no Ato Institucional n. 5 (AI-5), um decreto da ditadura militar do dia 13 de dezembro de 1968, durante o governo de Artur da Costa e Silva. Alguns historiadores apontam o AI-5 como tendo inaugurado o período mais duro e sombrio da ditadura militar instaurada no país desde 1964. Esse ato resultou de uma queda de braços no interior dos meios militares, levando o grupo vencedor a endurecer o regime, visando governar o Brasil de forma autoritária em longo prazo. Dentre as ações desse ato, constituído por doze artigos, proibiu-se a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos, o fechamento do Congresso Nacional pela primeira vez desde 1937, além de autorizar o presidente a decretar estado de sítio por tempo indeterminado, cassar mandatos, demitir pessoas do serviço público e intervir em Estados e municípios.

É importante ainda sublinhar que, de um modo geral, o processo de resistência ao governo, tal como uma frente ampla de oposição, juntamente com o movimento estudantil, apresenta ações que contextualizaram tal endurecimento. A intensificação de protestos estudantis, entre 1967-1968, evidencia a eclosão das manifestações anti-ditatoriais que uniu camadas medias tradicionais, profissionais liberais e o movimento feminista.

Para Codato (2004, p. 22), dois elementos permitiram o encontro político destes diferentes atores, sendo estes a) o caráter anti-ditatorial e anti-repressivo das manifestações e, b) o efeito social provocado pela política econômica acentuadamente excludente.

Frente a este contexto, aumentou a tendência, no cerne do governo, de resolver a crise política através da redução de todo espaço para a agitação popular, intensificando a repressão com os atos institucionais ao longo de 1968, demonstrando o sufocamento de quaisquer garantias democráticas no país.

Até os anos de 1974, houve a intensificação dos chamados ‘anos de chumbo’, com a derrota da esquerda que pegou em armas. A partir de meados desta década, houve então uma abertura lenta, gradual e segura àqueles que estavam no comando do Estado brasileiro, desencadeando assim a suspensão da censura à imprensa e a anulação do AI-5 em outubro de 1978.

Num olhar histórico deste processo, ao chegarmos à década de 1980, observaremos que a crise do regime militar, que enfrentou uma grave crise econômica, bem como a consequente democratização política do Brasil, impulsão crucial dada pela crise do Estado desenvolvimentista

(SALLUM JUNIOR, 1996). Este período também levou à aprovação da eleição direta para presidência da república a partir de 1988.

Para Sallum Júnior (1996), a crise que se instaura no Brasil, a partir de 1983, quebra o padrão hegemônico de dominação vigente desde os anos de 1930, visto que o núcleo governamental não mais consegue dirigir a aliança desenvolvimentista e a sociedade como um todo. Esse processo também foi determinado por fatores externos que, além de precipitarem e acelerar uma crise, também moldou a sua superação.

Assim, a história marcou o período de transição gradual, a partir de 1984/1985, caracterizado por Munck e Leff (1997) de transição através de reformas negociadas, conforme se caracteriza o caso do Brasil.

As reformas negociadas historicamente vêm se consolidando como um conjunto particular de políticas e disposições institucionais que permitem estruturar a representação dos interesses. Com isso, estruturou-se um corporativismo estatal que se refere a um conjunto de disposições que concedem privilégios, ou criam-se grupos de interesse, visando regular o seu número e dando aparência de um monopólio quase representativo com prerrogativas especiais (STEPAN, 1980). Estas práticas de corporativismo estatal são profundamente atuais, considerando-se os dados que caracterizam o parlamento brasileiro em 2023, conforme apontamos ao início deste tópico.

Entendemos que o corporativismo estatal também tem impactado diretamente na garantia dos processos democráticos no Brasil, intensificando, no Estado, relações de interesses corporativistas, de grupos que buscam, a qualquer custo, garantir os interesses de sua minoria em detrimento dos interesses da coletividade social. Estes grupos acabam por se caracterizar como elites políticas em defesa de seus interesses próprios e corporativos. Ainda, tal como os dados citados anteriormente evidenciam, a representação por raça e gênero no congresso brasileiro também explicita grande disparidade na representatividade social<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Conforme já nos referimos anteriormente, chamada bancada do “boi, bala e bíblia” (BBB) se trata de uma coalização de representantes do agronegócio brasileiro, da linha dura na segurança pública e, ainda, do fundamentalismo cristão. Esta bancada passou por uma reconfiguração aumentando o seu número representativo na legislatura de 2019-2023, frente ao período anterior. Nesse caso, entre 2014-2018, os ruralistas eram 109 e passaram para 77 representantes. Porém, cresceram os evangélicos, que passaram de 75 para 85 representantes; e os defensores da indústria armamentista, que passou de 35 para 61 deputados. Computados, estes três setores corporativistas, juntos, passaram de 219 para 223 deputados na atual legislatura de 2019-2023 (TATEMOTO, 2019). No quesito representação por raça e gênero, em matéria do senado federal, datada de 26 de novembro de 2021, foi publicada a avaliação do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça e do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal. Na análise da 56ª Legislatura (2019 - 2022), constatou-se que havia apenas 04 homens eleitos autodeclarados negros do total de 81 senadores. Já na Câmara de Deputados, do total de 513 deputados, 125 se autodeclararam negros (104 pardos e 21 pretos), correspondendo a 24,3% do total frente a 75% de brancos. Em relação a composição de gênero, na Câmara encontramos 436 deputados homens e apenas 77 mulheres, representando um percentual de 15%

Conforme Stepan (1980), através do sistema político vigente no Estado brasileiro, muitas elites, passadas e presentes, têm usado essas políticas corporativas para estruturar a representação dos seus interesses, caracterizando um sistema democrático baseado nas elites representativas de interesses corporativistas. Esse modelo de democracia elitista corresponde à perspectiva da do modelo minimalista que será apresentada mais adiante, nesse capítulo, e que sofre críticas na sua aplicação à realidade brasileira por Miguel (2014).

A predominância de um modelo democrático elitista na história empírica recente no Brasil também evidencia repercussões no campo acadêmico. O debate do sistema democrático baseado numa perspectiva elitista tem sido presente no campo da ciência política.

Com relação à consolidação da democracia contemporânea no Brasil, Janine Ribeiro (2019) afirma que chegamos a um impasse, pois todos os problemas acumulados, ao longo de séculos, explodiram. Desde a constituição de 1988, o país se defronta com a exigência, pelos mais pobres, que se quite uma dívida histórica, demonstrando que o passado nos condena. Para o autor, nosso país tem dificuldade de lidar com seu passado, por não saber ou por não querer. A exemplo disso temos a leniência com os antigos criminosos torturadores da ditadura militar (1964-1985), e a falta de uma postura clara da sociedade no repúdio àquilo que é antidemocrático e desumano. Ou, ainda, o discurso de ódio que foi posto fora da lei em diversos países europeus, no Brasil, ainda segue tendo livre circulação.

Miguel (2017) desenvolve a análise da democracia brasileira, a partir do processo de redemocratização fixado no ano de 1985, no retorno dos civis ao cargo presidência; em 1988, com a promulgação da nova Constituição do país; e, ainda, do ano de 1989, quando ocorreram eleições diretas para o cargo de presidente da república.

Nas suas conclusões, Miguel (2017, p. 52), destaca que a disputa política não se limita à sua expressão dentro das instituições pois, nos últimos anos no Brasil, estamos percebendo que a democracia eleitoral não é a única opção de ação política. A partir desta afirmação, aponta três constatações.

Inicialmente evidencia que, para entender a dinâmica do conflito político no país, é necessário considerar as forças sociais bem como os interesses que não se expressam nos canais institucionalizados. Estas forças e interesses sociais, às vezes, não têm potência suficiente para

---

diante do fato de que a população brasileira seja majoritariamente de mulheres que totalizam 51,5% da população segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (AGÊNCIA SENADO, 2021).

serem ouvidos por meio destes canais; outros têm força demasiada para aceitar serem contidos por eles (MIGUEL, 2017, p. 52).

Diante dos interesses do capital, a relação com o poder político nunca é contida completamente pelas regras vigentes da institucionalidade. O agravamento das tensões políticas dos últimos anos evidenciou que, para as classes dominantes do país, os pequenos avanços dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) já se mostravam excessivos. Ou seja, para entender a política e o funcionamento das instituições, é necessário considerar, centralmente, a relação do Estado com as classes dominantes (MIGUEL, 2017).

A segunda constatação mostra a necessidade de levar em conta o controle da informação<sup>4</sup>, já que as narrativas da história política do Brasil tendem a ignorar a mídia ou dar-lhe um papel secundário. Assim, “(...) isso tem implicações tanto do ponto de vista da análise quanto da ação política: o controle da informação por um punhado de grupos privados permanece sendo um dos principais gargalos para a democracia no Brasil. Se conseguirmos restaurar os procedimentos democráticos mínimos e quisermos avançar um pouco a partir deles, essa é uma questão que não pode ser ignorada” (MIGUEL, 2017, p. 53).

A terceira conclusão é de que as instituições são, de forma simultânea, resultados, arenas e partícipes da luta política. Isto é, o mundo da política não pode ser visto como balizas fixas da disputa de projetos e interesses, alheias às disputas do complexo social. O golpe empresarial militar, que derrubou a presidenta Dilma Rousseff<sup>5</sup> em 2016, mostra como o sistema de freios e controles não o preveniu ou o barrou, mostrando o que o sistema político pode expressar uma

---

4 Segundo a Organização Não Governamental Repórteres Sem Fronteiras (RSF), as 50 maiores empresas de comunicação pertencem a 26 grupos econômicos. Ainda, políticos são proprietários de veículos de comunicação, mesmo diante da proibição constitucional. Segundo a matéria, o mercado da mídia no Brasil é dominado por ‘dinastias familiares’, que concentram poder político e econômico, detendo uma rede de poder em uma malha estendida por todo o território nacional. O relatório da ONG afirma que mesmo a tecnologia digital ou avanço da internet, ou mesmo esforços regulatórios pontuais limitaram a composição de oligopólios midiáticos. O relatório afirma que “Assim como os ruralistas, antes chamados de latifundiários, os proprietários dos meios de comunicação possuem um vasto território nas ondas das TVs e das rádios, combinando interesses econômicos e políticos com o controle rigoroso da opinião pública.”. “Mídia no Brasil ainda é controlada por poucos, diz estudo”. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/midia-no-brasil-ainda-e-controlada-por-poucos-diz-estudo,d3f0e0330108eb3944b6ed9fe681066b94j2hbbv.html> . Consulta em 31 de maio de 2021.

5 Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), a primeira mulher eleita presidente no Brasil, teve seu primeiro mandato entre 2011 e 2014. Na eleição de 2014, a então presidenta reconduziu sua candidatura a um segundo mandato tendo sido reeleita em números absolutos com 54,5 milhões de votos, totalizando o percentual 51,64% do montante válido. O candidato de oposição, já no segundo turno das eleições, era Aécio Neves (Partido da Social Democracia Brasileira), o qual obteve em números 51,04 milhões, representando 48,36% dos votos. O segundo mandato da presidenta deveria estender-se de 2015 a 2018. O golpe parlamentar decorrido ao longo deste segundo mandato a depôs em 31 de agosto de 2016. GLOBO. Dilma Rousseff é reeleita com 54,5 milhões de votos no segundo turno. Edição de 27/10/2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-com-545-milhoes-de-votos-no-segundo-turno.html> . Acesso em 31 de maio de 2021.

institucionalidade que é desigualmente porosa, ou seja, sensível a alguns interesses e quase impermeável a outros.

Segundo o autor, desconsiderar este fator “[...] é abolir do nosso horizonte algo central que permite entender a política como uma disputa de interesses, vinculada aos grupos sociais que buscam reforçar ou contestar os mecanismos de dominação que atravessam a sociedade” (MIGUEL, 2017, p. 54).

Estas análises apontam para uma limitação da democracia brasileira, que parece se restringir nas garantias formais da competição política, sem considerar processos participativos mais amplos e contestação pacífica do poder. Estes últimos elementos políticos observados na realidade brasileira parecem coadunar com a transição para de um governo representativo na forma de democracia de público, tal como analisa Urbinati (2013).

Para Urbinati (2013),

(...) na democracia contemporânea, os partidos políticos, atores essenciais do sistema representativo desde seu surgimento na Inglaterra (...) mudaram sua função, mas não perderam importância ou acabaram, como se frequentemente se ouve dizer; a esta mudança deles correspondeu uma transformação da democracia de representativa em plebiscitária, com os esclarecimentos de que o plebiscitarismo contemporâneo não é feito de massas mobilizadas por líderes carismáticos(...). O novo plebiscitarismo é o de *audience*<sup>6</sup>, o aglomerado indistinto de indivíduos que compõe o público, um ator não coletivo que vive no espaço privado da domesticidade e, quando é agente sondado de opinião, atua como receptor ou espectador de um espetáculo encenado por técnicos da comunicação midiática e recitado por personagens políticos. A personalização do poder e da política é um sintoma e um sinal tanto da transformação dos partidos quanto da formação da democracia da *audience* (p. 85-86).

Desta configuração emerge a ‘democracia de público’ atravessada pelo plebiscitarianismo, que sublinha a grande importância adquirida pelos grandes meios de comunicação, com seus monopólios, que reforçam a versão plebiscitária da democracia de audiência. A autora destaca um importante efeito antidemocrático que se expressa na perda dos eleitores de sua possibilidade de formar juízos críticos, visto que ocupam o posto de espectadores, tornando a política mais vulnerável e a democracia menos democrática.

Segundo Urbinati (2013), esta erosão do partido-organização não significou o fim do partido em si, mas o fim daqueles que buscavam a inserção na sociedade aspirando construir um consenso e obter uma afirmação, não apenas numérica, mas também de projeto. Assim, o declínio

---

<sup>6</sup> É importante explicitar aqui as possíveis traduções do termo em inglês “audience”, o qual pode significar, público, audiência, plateia, espectador, ouvinte, audição.

dessa forma de partido teve correspondência ao crescimento proporcional do partido eleitoralista, exclusivamente dedicado à reprodução de si mesmo, enquanto organismo interno às instituições, isto é, à reprodução da classe política.

Conforme Urbinati (2013), os indivíduos se caracterizam num aglomerado indistinto que compõe o público, com um sujeito que vive no seu espaço privado doméstico, atuando como um receptor ou espectador de um espetáculo hegemonizado pela comunicação midiática e orientado pelos personagens políticos.

O Brasil sempre dependeu de líderes autoritários, populistas e exaltados. Nas eleições de 2018, a direita aderiu massivamente à extrema direita, sem nenhuma preocupação com os direitos humanos, ambientais, com a independência na política externa ou com a importância do papel da educação no desenvolvimento econômico. No pleito de 2018, a esquerda saiu enfraquecida, mas com a direita democrática ficando ainda em pior condição (JANINE RIBEIRO, 2019)

Para o autor esta situação desequilibrou o quadro partidário brasileiro, considerando que temos cerca de trinta<sup>7</sup> (30) partidos dos quais aproximadamente três foram relevantes nos últimos anos, sendo estes, o Partido dos Trabalhadores (PT), de centro-esquerda; o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), de centro; e o atual Movimento Democrático Brasileiro (MDB), disposto a dar governabilidade a qualquer dos dois anteriores.

O autor sublinha que a história brasileira se desnudou nas dimensões trabalhista, social e ambiental, e tornaram-se evidentes a corrupção, o patrimonialismo e a desigualdade, enquanto um projeto nutrido de sociedade, projetos meticulosamente elaborados de Estado. Ele sustenta que a desigualdade e a corrupção, no Brasil, existem porque foram planejadas e o país tornou-se um sucesso na desigualdade, na exclusão social e na corrupção. Assim, não há mais como esconder a cara horrível e desfigurada da redução das liberdades pessoais e políticas e dos direitos sociais e do poder aquisitivos dos mais pobres, no interior do que poderia ser a grande democracia dos trópicos.

Assim, sobre os elementos que qualificam uma real democracia, Moisés (2008) destaca dimensões nas quais a qualidade da democracia pode ter variação. Estas dimensões são a primazia da lei; a garantia da participação; a garantia da competição política; a existência das modalidades

---

<sup>7</sup> Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em junho de 2023, temos registrado o montante de 30 partidos políticos registrados no TSE. Deste total de partidos registrados, temos o mais antigo com registro de 30.6.1981 [Movimento Democrático Brasileiro – MDB]; enquanto o registro mais recente data de 8.2.2022 [União Brasil – UNIÃO]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-registrados-no-tse> . Consulta em 01 jun. 2023.



de *accountability*<sup>8</sup> (vertical, social e horizontal); o respeito às liberdades civis bem como aos direitos políticos; a garantia da igualdade política e seus correlatos como a igualdade social e econômica; a responsabilidade de governos e representantes na garantia de que os cidadãos possam avaliar e julgar se as políticas públicas e o funcionamento prático do regime - leis, instituições, procedimentos e estrutura de gastos públicas – de fato correspondem aos seus interesses e preferências (DIAMOND e MORLINO, 2004 apud MOISÉS, 2008, p. 15).

Podemos perceber que, com base nestas características definidoras da qualidade da democracia, de sua natureza, confrontadas aos dados da realidade brasileira, o Brasil se encontra distante de um real sistema político democrático, mesmo que no interior das amarras capitalistas. Entendemos que os limites e perspectivas da democracia brasileira se colocam como grandes desafios, frente a estes referenciais, reforçando a avaliação de Janine Ribeiro (2019).

Considerando os fatos recentes da democracia brasileira, a tese defendida por Urbinati (2013), de que estamos sim vivendo fenômenos que podem caracterizar um processo político transitório de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência, pode vir a ser confirmada.

Para tanto, a verificação de como se encontra a práxis democrática, a partir de um recorte de estudantes do ensino superior do país, pode nos dar um parâmetro inicial, de uma pesquisa piloto, como referência para o confronto de qual referência de democracia vem sendo hegemônica na realidade brasileira, um modelo de democracia minimalista ou um modelo democrático participativo.

Nesse sentido, como vem sendo a compreensão e a prática da democracia no Brasil? Como os sujeitos comuns materializam sua práxis democrática no interior da sociedade brasileira? Ou mais especificamente, relacionando-se ao nosso objeto de estudo, como os estudantes universitários, que deveriam ter acesso a um processo de educação formal crítico, vêm desenvolvendo sua práxis democrática? Estas questões estarão problematizando a pesquisa.

A seguir discorreremos sobre dois modelos teóricos acerca da concepção de democracia.

## 2.3 A TEORIA DEMOCRÁTICA E OS MODELOS VIGENTES

---

<sup>8</sup> Trata-se da responsabilização, da prestação de contas frente a processos públicos. Exemplo “Public companies have an accountability towards society.” (Empresas públicas têm responsabilidade perante a sociedade.).

Segundo Sales (2005), a despeito da existência de inúmeros detalhes divergentes em relação ao que venha a caracterizar um regime democrático, a moderna teoria política reconhece a democracia enquanto sendo formada por, ao menos, duas dimensões, isto é, a competição e a participação política.

Essa bidimensionalidade de uma poliarquia – a qual a autora maneja como sinônimo de “democracia” – foi originalmente desenvolvida por Robert Dahl, na sua clássica obra ‘Poliarquia: participação e oposição’, publicada em 1972, tendo sido traduzida para o português somente em 1997.

Conforme Sales (2005), essa obra apresenta a hipótese de que a democratização é constituída por um processo progressivo de ampliação da competição política e do direito de participação (DAHL, 1972, p. 11 apud SALES, 2005, p. 234). Isto é, a democracia, por si, necessita a combinação destas duas dimensões – competição política e direito de participação – para que se exerça a sua natureza de ser.

Sales (2005) demonstra concordar com Dahl (1972) sobre a identificação da democracia com avanços contínuos na direção dos dois eixos – competição e participação – visualizando-a como uma figura bidimensional, na qual a democracia é descrita como sendo constituída por relações estratégicas, resultantes de um cálculo de custos e benefícios, realizado por atores políticos em conflito (DAHL, 1972, p. 11 apud SALES, 2005, p. 234). Assim, afirma Sales (2005, p. 234-235), “Diante disso, a democracia, (...), firma-se sobre um equilíbrio de forças, visto nenhum grupo social estar em condições de eliminar os demais”.

Considerando este debate da bidimensionalidade, presente na teoria democrática, aqui apresentada a partir destes respectivos autores, tomamos por decisão de recorte de estudo, traçar um paralelo comparativo dois modelos que se confrontam em termos de concepção de democracia, a saber, o modelo minimalista e o participativo.

Neste tópico do trabalho iremos apresentar duas principais perspectivas das concepções de democracia que foram tomadas como balizamento teórico da pesquisa, isto é, o modelo de democracia minimalista de Joseph Schumpeter e o modelo de democracia participativa, sistematizado por Carole Pateman (1992), em seu trabalho intitulado ‘Participação e Teoria Democrática’. Apresentamos, a seguir, uma síntese destes modelos teóricos.

### **2.3.1 O Modelo Minimalista de Democracia**

O primeiro modelo que abordaremos de democracia, trata-se da teoria minimalista de Joseph Schumpeter (1883-1950), que teve seu princípio sistematizado na famosa obra

*Capitalismo, Socialismo e Democracia*, publicada em 1942, demarcando-se como um clássico das ciências sociais do século XX.

No debate realizado, com base em exemplos históricos analisados, Schumpeter (2017) parte de referências de que “[...] A democracia é um *método* político, quer dizer, certo tipo de arranjo institucional para chegar a decisões políticas – legislativas e administrativas – e, por isso, não pode ser um fim em si, independentemente das decisões que produza em determinadas condições históricas. E esse deve ser o ponto de partida de toda tentativa de defini-la” (2017, p. 3128-329).

Desse entendimento decorrem algumas afirmações para que não haja dúvidas, tais como: 1. Que a democracia, sendo um método político, não pode ser um fim em si mesma; 2. Tal como qualquer outro método, a democracia não produz sempre os mesmos resultados, nem favorece os mesmos interesses ou ideais.

Contudo, a execução destes dois elementos, deve pressupor certas condições da sociedade na qual a democracia possa operar de maneira que agrade. Ou seja, as afirmações sobre o funcionamento da democracia não têm sentido se não forem relacionadas a determinados períodos, lugares e situações (SCHUMPETER, 2017)

Para Schumpeter (2017), as teorias legais de democracia evoluídas nos séculos XVII e XVIII destinaram-se a fornecer definições vinculadas a certas formas reais ou ideais de governo à ideologia do governo do povo, visto que, nesta época, o manto da autoridade de origem divina recaía sob os ombros da realeza. Assim, a ‘vontade do povo’, ou o ‘poder soberano do povo’, sobressaía-se como um substitutivo mais aceitável.

Em seu esforço de teorização, Schumpeter critica a definição consagrada da doutrina clássica da democracia predominante no século XVII. Esta filosofia atribuía à democracia a seguinte definição: “[...] o método democrático é o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realiza o bem comum fazendo com que o próprio povo decida as questões mediante a eleição de indivíduos que se reúnem para lhe satisfazer a vontade” (SCHUMPETER, 2017, p. 339).

Segundo Sales (2005), a crítica mordaz de Schumpeter à teoria clássica inicia pelo ataque aos dois pilares que estruturam a concepção, ou seja, o bem comum e a vontade geral. Assim, na visão Schumpeter, tomar como verdadeiras as suposições da teoria clássica, atribui à democracia um significado inequívoco e satisfatório, exceto pelo único inconveniente que é o de como levar isso a cabo. Isto é, Schumpeter parte da premissa de que não existe algo que seja um bem comum,

única e perfeitamente determinado, no qual todas as pessoas concordam através de argumentos racionais, visto que o bem comum está fadado a significar diferentes coisas.

Mesmo que o bem comum definido se mostrasse aceitável para todos, ainda assim não haveria soluções igualmente definidas para todos os casos individuais. Além disso, mesmo que os desejos e opiniões fossem definidos e independentes, não necessariamente resultariam em decisões políticas que representassem algo que se pudesse chamar de ‘vontade geral’ do povo.

Nas palavras de Schumpeter:

[...] E, a menos que haja um centro, o bem comum, para o qual gravitam, pelo menos em longo prazo, *todas* as vontades individuais, não obteremos esse tipo especial de *volonté générale* “natural”. O centro de gravidade utilitarista, por um lado, unifica as vontades individuais, tende a fundi-las, por meio da discussão racional, na vontade do povo e, por outro, confere a esta dignidade ética exclusiva reivindicada pelo credo democrático clássico. *Esse credo não consiste simplesmente em cultuar a vontade do povo como tal*, mas se apoia em certas hipóteses acerca do objeto “natural” dessa vontade, o qual é sancionado pela razão utilitária. Tanto a existência quanto a dignidade dessa espécie de *volonté générale* se esfumam tão logo nos falte a ideia do bem comum. E ambos os pilares da teoria clássica se esmigalham inevitavelmente (2017, p. 342).

Considerando os problemas intrínsecos à doutrina clássica, Schumpeter também coloca abaixo a celebrada soberania popular. Na perspectiva do autor, o povo não poderia jamais governar, visto que “O senso reduzido de responsabilidade e a falta de volições efetivas explicam, por sua vez, essa ignorância do cidadão comum e a falta de julgamento em questões de política nacional e externa [...]” (SCHUMPETER, 2017, p. 354).

Para o autor, o cidadão típico desce para um nível inferior de rendimento mental assim que entra no campo político, torna-se primitivo novamente e o seu pensamento torna-se de caráter puramente associativo e afetivo. Isto acarreta ainda duas consequências. A primeira delas é que o cidadão típico, na esfera política, tenderia a ceder a preconceitos ou impulsos irracionais ou extra racionais, visto a fraqueza de seu processo racional aplicado à política, bem como a ausência real de controle lógico sobre os resultados. Outra consequência expressa que

[...] quanto mais frágil for o elemento lógico nos processos da mente pública e mais completa for a falta de crítica racional e da influência racionalizadora da experiência e da responsabilidade pessoais, melhores são as oportunidades para os grupos com interesses escusos. Esses grupos podem ser constituídos por políticos profissionais, ou por defensores de um interesse econômico, ou por idealistas de um ou de outro tipo, ou por pessoas simplesmente interessadas em encenar e dirigir os shows políticos. (SCHUMPETER, 2017, p. 356)

Assim, Schumpeter expressa a compreensão de povo como um feixe indeterminado de impulsos vagos e que circulam em torno de palavras de ordem ou, até mesmo, de impressões

equivocadas não sabendo o que exatamente quer e, conseqüentemente, não podendo jamais governar (SALES, 2005, p. 236).

Sob essas críticas à teoria clássica de democracia, Schumpeter nos apresenta sua teoria, defendendo ser mais veraz acerca dos fatos da vida. Para o teórico, “[...] o método democrático é o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo.” (SCHUMPETER, 2017, p. 366)

Na própria avaliação do autor,

[...] essa concepção nos oferece um critério razoavelmente eficiente para distinguir os governos democráticos dos outros. Vimos que a teoria clássica topa com dificuldades nessa esfera, porque tanto a vontade quanto o bem do povo podem ser – e foram em muitos exemplos históricos – tão bem ou mais bem atendidos por governos que não podem ser considerados democráticos conforme qualquer uso aceito desse termo. Agora estamos em uma situação um pouco melhor, em parte porque decidimos enfatizar um *modus procedendi* cuja presença ou ausência é fácil de comprovar na maior parte dos casos. (SCHUMPETER, 2017, p. 366)

Przeworski (1999), defensor da concepção de democracia minimalista schumpeteriana, reafirma que para esta teoria a democracia se trata de um sistema no qual os governantes são selecionados, eleitos através de eleições competitivas. E no seu debate sobre representação aponta que a afirmação central da teoria democrática é que a democracia oferece mecanismos que sistematicamente motivam que os governos sejam representativos.

No debate acerca da democracia e racionalidade, Przeworski (1999) defende que a democracia permite decisões racionais fazendo-o da melhor forma do que quaisquer outros sistemas alternativos. Segundo o autor,

[...] *While I conclude that democratic decisions cannot be in general expected to be rational, this is not a deficiency of the method - making collective decisions by voting - but of the underlying structure of interests. When individual interests are harmonious to the point that individual decisions generate no externalities or when they are compatible to be coercively enforced, democracy generates rational decisions and does it better than alternative systems.*<sup>9</sup> (PRZEWORSKI, 1999, p. 31)

Na leitura de Sales (2005), Schumpeter destaca a sua concepção de democracia como um método, ressaltando o aspecto vital da liderança, o que era negligenciado na doutrina clássica que atribuía ao eleitorado um grau irrealista de iniciativa. A perspectiva da democracia como método

---

9 Tradução da autora: “[...] embora eu conclua que não se pode esperar que decisões democráticas sejam em geral racionais, isso não é uma deficiência do método - tomar decisões coletivas por votação - mas da estrutura subjacente de interesses. Quando os interesses individuais são harmoniosos para que as decisões individuais não gerem externalidades ou quando são compatíveis para serem aplicadas coercitivamente, a democracia gera decisões racionais e o faz melhor do que os sistemas alternativos.”

possibilita a aceitação das regras do jogo democrático, o que é imprescindível à sua existência. Tal respeito às regras, enquanto normas fundamentais que regem o funcionamento do sistema, viabiliza o pluralismo, isto é, a coexistência de interesses e fins divergentes.

Assim, na concepção da democracia minimalista, um regime democrático exige consenso em relação aos meios – regras do jogo -, visando haver dissenso a respeito dos fins. O cidadão vota para produzir governo, para decidir quem será o líder e, conseqüentemente, aceitando a sua liderança sobre o votante. Essa é a real função do eleitorado.

Segundo Schumpeter, a escolha não é iniciativa do povo, idealmente glorificado, mas é criada artificialmente. E essa criação constitui parte essencial do processo democrático. Os eleitores, em relação a uma candidatura, se limitam a aceitar preferencialmente a outras, ou a recusar-se a sufragiá-la, isto é, recusa a apoiar com o seu voto.

Na explicação de Schumpeter (2017, p. 398), “Fora do Parlamento, os eleitores devem respeitar a divisão do trabalho entre eles próprios e os políticos eleitos. Não devem retirar a sua confiança com demasiada facilidade no período entre as eleições e precisam compreender que, uma vez que elegeram um indivíduo, cabe a ele a ação política, não aos eleitores. Isso significa que estes têm de se abster de lhe dar instruções sobre o que fazer. [...]”. Nesse caso, sob esta afirmação, levantaríamos no mínimo uma contradição dessa teoria, visto que, nesse caso, o político eleito, então não representaria os interesses diretos dos indivíduos que, em alguns casos, tornam-se coletivos de uma maioria.

Tal recomendação de que o eleitor deve evitar instruir o político em que votou, passa pelo entendimento de que o senso de realidade do indivíduo diminui conforme os problemas distanciam-se daqueles imediatamente pessoais. Tal raciocínio leva Schumpeter a argumentar, apoiado em Weber, que a racionalização é uma parte necessária de um mundo complexo, o qual exigem um ordenamento imparcial e funcional. Apenas os governos de especialistas têm condição de dirigir os aparatos administrativos do Estado. Daí decorre a afirmação de que apenas um modelo altamente restritivo de democracia pode ser sustentado nas circunstâncias contemporâneas (SALES, 2005).

Assim, explicita-se o elitismo democrático intrinsecamente associado à concepção minimalista de democracia, ou seja, na redução dos conceitos de soberania popular ao processo eleitoral, bem como na justificativa de um governo de elites baseado numa concepção estreita da racionalidade política do povo.

Já na visão de Przeworski (1999), quando as pessoas sabem o que é bom para elas, ou mesmo que não o saibam, se os eleitores e os políticos estiverem perfeitamente informados, então

os políticos oferecem, e os eleitores votam, em plataformas que maximizem o seu bem-estar. Se as condições exógenas se desdobrarem de acordo com as antecipações, os eleitores terão propostas políticas as quais eles realmente preferem, eles aderirão 'às mesmas'. Este modelo parece explicar bem a formação de políticas na Europa Ocidental.

Nesse sentido, para Przeworski (1999, p. 36)

[...] even if citizens are unable to control governments prospectively, they may be able to do so retrospectively, if they can force governments to account for the outcomes of their past actions. Governments are "accountable" if citizens can discern whether governments are acting in their best interest and sanction them appropriately, so that those incumbents who act in the best interest of citizens win re-election and those who do not lose them.<sup>10</sup>

Em relação ao partido, para Schumpeter, este não é, como queria a doutrina clássica, um grupo de homens cujo papel é promover o bem-estar público baseado em algum princípio comum. Para ele, ao contrário,

[...] Um partido é um grupo cujos membros se propõem a agir de modo concertado em uma luta competitiva pelo poder político. Se não fosse assim, seria impossível a partidos diferentes adotarem exatamente ou quase exatamente o mesmo programa. Mas isso acontece, como todos sabem. O partido e a máquina política são simplesmente a reação ao fato de a massa eleitoral ser incapaz de uma ação que não seja o 'estouro da boiada' e a constituem uma tentativa de regular a competição política de um modo exatamente igual às práticas dos grupos empresariais. A psicotécnica da direção de um partido e a propaganda partidária, as palavras de ordem e os *jingles* não são meros acessórios. São a essência da política. Assim, como o 'cacique' político. (SCHUMPETER, 2017, p. 383)

Na visão de Schumpeter, a democracia prospera em ambientes sociais que revelem certas características que podem ser agrupadas em quatro elementos. Sendo assim a primeira condição é que o material humano da política, isto é, os homens que são eleitos para servir o parlamento e compõem a máquina partidária, devem ser de qualidade suficientemente alta, ou seja, indivíduos com as necessárias qualidades e padrões morais. Assim, o método democrático seleciona não entre a população, mas entre os elementos da população que estiverem dispostos a encetar uma carreira política, ou seja, que se candidatam.

---

10 Tradução da autora: “[...] mesmo que os cidadãos sejam incapazes de controlar os governos prospectivamente, eles podem fazê-lo retrospectivamente, se puderem forçar os governos a prestar contas pelos resultados de suas ações passadas. Os governos são "responsáveis" se os cidadãos puderem discernir se os governos estão agindo em seu melhor interesse e sancioná-los adequadamente, de modo que os titulares que agem no melhor interesse dos cidadãos sejam reeleitos e, aqueles que não, a percam.”

A segunda condição para que a democracia tenha êxito é que o domínio efetivo da decisão política não seja desmedidamente dilatado. Mas à medida que pode ser estendido depende não apenas das limitações gerais do método democrático, mas também das circunstâncias particulares de cada caso individual (SCHUMPETER, 2017, p. 395)

A terceira condição passa pelo fato de que o governo democrático, na moderna sociedade industrial, deve ser capaz de contar, em todos os campos, com os serviços de uma bem treinada burocracia, a qual goze de uma boa posição e tradição, sendo dotada de um forte sentido de dever e um forte *esprit de corps*.

Já o quarto conjunto de condições passa pelo autocontrole democrático, ou seja, “Todo mundo naturalmente há de convir que o método democrático não pode funcionar sem atrito, a menos que todos os grupos importantes de uma nação se disponham a aceitar todas as medidas legislativas enquanto elas vigoraram e todas as ordens executivas dadas pelas autoridades legalmente competentes.” (SCHUMPETER, 2017, p. 398)

Na concepção de Schumpeter, a democracia não significa que o povo governa, mas que o povo tem a oportunidade de aceitar, ou recusar, as pessoas designadas para que o governe. Segundo o economista,

[...] de acordo com o critério por nós adotado, democracia não significa nem pode significar que o povo realmente governe em nenhum dos sentidos óbvios dos termos ‘povo’ e ‘governar’. Democracia significa tão somente que o povo tem a oportunidade de aceitar ou rejeitar os homens que hão de governá-lo. Mas como o povo também pode decidir isso por meios absolutamente não democráticos, tivemos de restringir a nossa definição acrescentando outro critério identificador do método democrático, a saber, a competição livre entre os aspirantes à liderança política pelo voto do eleitorado. Ora, é possível exprimir um aspecto desse critério dizendo que democracia é o governo do político. (SCHUMPETER, 2017, p. 386)

Enfim, Schumpeter apresenta a compreensão de democracia como um método, um meio que permite o alcance de determinado fim, sendo este a tomada de decisões políticas, legislativas e administrativas, por parte dos líderes eleitos pelo povo. E, segundo o autor, nas democracias modernas de todos os tipos, excetuando-se a Suíça, a política inevitavelmente será uma carreira (2017, p. 387).

Para Sales (2005, p. 236), na concepção de Schumpeter, “[...], a democracia não representa nada além de um instrumento – e não um fim em si mesma -, em que indivíduos, por meio de eleições competitivas, adquirem os votos do povo para, dessa forma gozarem do poder decisório



em seu lugar”. Isto significa que os eleitores devem respeitar os políticos que elegeram e, uma vez que os elegeram, a ação política é tarefa dos políticos eleitos e não dos eleitores.

Segundo Sales (2005), para a visão minimalista de democracia, o conceito de competição pela liderança se relaciona intrinsecamente ao de competição na esfera econômica. Tal como na economia, a competição nunca deixará de estar de todo ausente, da mesma forma, na vida política, na qual sempre se constata alguma forma de concorrência pela adesão ao povo. Contudo, Schumpeter restringe o tipo de competição pela liderança à livre competição pelo voto, isto é, a competição política significa a concorrência entre (possíveis) líderes, pelo voto do eleitor (SALES, 2005, p. 237).

Desde essa visão, o minimalismo schumpeteriano é considerado uma teoria econômica da democracia, já que o sistema democrático é entendido como um método para chegar às decisões políticas através da livre competição pelo voto, fazendo da democracia um mercado, no qual empresários políticos disputam preferência dos eleitores, consumidores de bens públicos. Assim, nesse mercado, o voto torna-se a única moeda possível de o eleitor valer-se para comprar a realização do bem comum (SALES, 2005, p. 237).

O ato de votar torna-se semelhante à compra-e-venda, isto é, os líderes em potencial, em sua competição pela liderança política, compram os votos do eleitorado, o qual vende a um corpo intermediário o seu poder decisório.

Em Schumpeter, as lideranças políticas têm papel crucial na organização da vontade do eleitorado, partindo do pressuposto de que toda ação coletiva necessita de uma liderança que possa canalizar as preferências das pessoas em fatores políticos. Assim, em sua visão, o processo eleitoral canalizará a vontade das pessoas para alcançar determinado resultado; diferentemente da visão clássica na qual a vontade antecede o processo eleitoral para canalizar um resultado.

Nessa perspectiva, é que a competição pelo voto exige grande dose de tolerância frente às diferenças de opinião, sendo que um regime competitivo é aquele em que o governo tolera a oposição e não a reprime. Por outro lado, a oposição tolera o governo aceitando a possibilidade de subir ao poder diante da participação em eleições livres, ao invés de utilizar meios revolucionários.

Para Przeworski (1999),

*[...] the miracle of democracy is that conflicting political forces obey the results of voting. People who have guns obey those without them. Incumbents risk their control of governmental offices by holding elections. Losers wait for their chance to win office. Conflicts are regulated, processed according to rules, and*

*thus limited. This is not consensus, yet not mayhem either. Just limited conflict; conflict without killing.*<sup>11</sup> (PRZEWORSKI, 1999, p. 49)

Nesse sentido, Przeworski (1999) destaca que a sua defesa da concepção minimalista segue em duas etapas, isto é, "I take it as obvious that we want to avoid bloodshed, resolving conflicts through violence. Starting with this assumption, I first argue the mere possibility of being able to change governments can avoid violence. Secondly, I argue the being able to do it by voting has consequences of its own"<sup>12</sup> (PRZEWORSKI, 1999, p. 45).

Por outro lado, Miguel (2014), analisa criticamente a teoria das elites, bem como sua tese da 'democracia concorrencial', de Joseph Schumpeter, que se tornou uma corrente dominante na teoria democrática. O autor destaca que esta perspectiva é tão carregada de valores quanto suas teorias adversárias. Segundo o autor,

Ao aplicar o rótulo, politicamente prestigioso de 'democracia' aos regimes eleitorais do Ocidente, ao virar do avesso o conceito de democracia para adequá-lo à tais regimes e ao negar a possibilidade de qualquer avanço em direção a um regime mais participativo, ela cumpre um relevante papel legitimador do status quo. Isto é, possui um inocultável caráter político conservador (MIGUEL, 2014, p. 59-60).

Para Miguel (2014),

O significativo é que essa teoria da democracia, hoje predominante, tenha adotado, como visto, os pressupostos de uma corrente de pensamento destinada precisamente a combater a democracia: o elitismo. O principal ideal da democracia, a autonomia popular, entendida no sentido preciso da palavra, a produção das próprias regras, foi descartado como quimérico. No lugar da ideia de poder do povo, colocou-se o dogma elitista de que o governo é uma atividade de minorias. A descrença na igualdade entre os seres humanos – que, tradicionalmente, era vista como um quase sinônimo da democracia – levou, como corolário natural, ao fim do preceito do rodízio entre governantes e governados (MIGUEL, 2014, p. 60).

Em síntese, podemos expressar a concepção de democracia de Schumpeter como um método de escolha, através do voto, de liderança política especializada, de uma elite política, caracterizada pela especialização no interior da divisão do trabalho, sob as seguintes

---

11 Tradução da autora: "[...] o milagre da democracia é que forças políticas conflitantes obedecem aos resultados da votação. Quem tem armas obedece quem não tem. Os titulares arriscam seu controle de cargos governamentais realizando eleições. Perdedores esperam por sua chance de ganhar o cargo. Os conflitos são regulados, processados de acordo com regras e, portanto, limitados. Isso não é consenso, mas também não é caos. Apenas limita o conflito; conflito sem matar."

12 Tradução da autora: "Considero óbvio que queremos evitar derramamento de sangue, resolvendo conflitos por meio da violência. Partindo dessa suposição, primeiro defendo que a mera possibilidade de mudar governos pode evitar a violência. Em segundo lugar, argumento que poder fazê-lo votando, tem consequências próprias."

características: é um método que permite alcançar a tomada de decisões políticas, legislativas e administrativas, por aqueles líderes eleitos pelo povo; isto é, um sistema institucional para se chegar a decisões políticas; o povo tem a oportunidade de aceitar ou recusar aqueles que o governarão através do seu voto a cada eleição; a democracia pressupõe a concorrência livre entre possíveis candidatos pelo voto do eleitorado, isto é, caracteriza-se pela competição intra lideranças (intra elites) pelo voto do eleitorado, a luta competitiva pelo voto do povo; a democracia é vista com mercado de troca de votos; a democracia se trata de um governo dos políticos, sendo assim, é para aqueles especialistas que se predispõem a atuar na política; enfatiza o papel vital da liderança política e a aceitação e respeito às regras do jogo democrático, tal como normas que regulam o funcionamento do sistema; e a garantia do pluralismo com seus distintos interesses e finalidades.

A seguir abordaremos as características do modelo participativo de democracia.

### **2.3.2 O Modelo Participativo de Democracia**

Pateman (1992), em seu trabalho publicado em 1970, intitulado ‘Participação e Teoria Democrática’, estabelece uma teoria participativa da democracia. Para tanto apoia-se nos teóricos ‘clássicos’ da democracia, tais como Jean Jacques Rousseau, John Stuart Mill, além de G. D. H. Cole, teórico político do século XX, os quais apresentaram suas teorias da democracia relacionadas ao debate da participação.

A autora constatou que no campo da ciência social, mesmo que a democracia seja tomada como o ideal de um governo do povo, e que seja garantida a máxima participação do povo, foram evidenciadas sérias dúvidas quanto à possibilidade de que este ideal de democracia seja realmente posto em prática.

Pateman (1992), parte da afirmação de que os indivíduos e suas instituições não devem ser considerados de forma isolada, considerando que as instituições representativas em âmbito nacional não são suficientes para a garantia da democracia. Isto porque a participação máxima das pessoas, bem como a sua socialização ou ‘treino social’, deve ocorrer em diferentes esferas da vida em sociedade permitindo o desenvolvimento de suas atitudes e qualidades que ocorrem pelo próprio processo vivido de participação.

Nesse sentido, a participação, na teoria da democracia participativa, tem como principal função o processo educativo, no seu sentido amplo, que pode impactar tanto no aspecto psicológico quanto na aquisição de práticas das habilidades e procedimentos democráticos

(PATEMAN, 1992, p. 60-61). Aqui, destacamos uma dimensão de análise que trata da ‘função educativa da participação’.

Conforme Pateman (1992) a estabilidade de um sistema participativo pode se autossustentar a partir do impacto educativo do processo participativo. Isto é, a participação pode promover e desenvolver as qualidades necessárias proporcionalmente ao grau de participação, sendo melhor capacitados para fazê-lo quanto mais participam os indivíduos.

Assim, a participação pode ter um efeito integrativo e que contribui na aceitação das decisões coletivas. Com isso, a teoria da democracia participativa apresenta um modelo de um sistema autossustentado.

Essa perspectiva pode estar apoiada nas afirmações de Stuart Mill (apud PATEMAN, 1992), que destaca que é no âmbito local que se cumpre o verdadeiro processo e efeito educativo da participação, já que as questões tratadas localmente afetam diretamente o indivíduo, sua vida cotidiana e este, ainda, pode servir no corpo administrativo local, caso seja eleito para alguma função. Segundo este teórico, é através da participação local que o indivíduo pode ‘aprender a democracia’, ou seja, é com a prática de um chamado ‘governo popular’ em pequena escala que o povo terá alguma possibilidade de aprender a exercitá-lo numa escala maior<sup>13</sup>.

Outro aspecto importante da teoria da democracia participativa passa pelas chamadas ‘esferas de atuação’, tal como a indústria, que podem ser vistas como esferas de atuação política por excelência (PATEMAN, 1992, p. 61). Ainda, outro importante papel da indústria, nessa teoria, se relaciona com a substancial igualdade econômica necessária para que o indivíduo possa ter independência e segurança que permitam a participação igualitária, além da necessária democratização das estruturas de autoridade da indústria.

Sob essa perspectiva, segundo Pateman (1992), uma forma de governo democrática necessita a existência de uma sociedade participativa, onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados, de forma que a socialização, através da participação, possa se dar em todas as áreas de atuação ou vida local da sociedade. Assim, podemos levantar ainda uma segunda dimensão de análise ligada à ‘participação local’.

Na direção destas duas dimensões analíticas podemos buscar apoio na afirmação de Barber (1984, p. 117) que tem sugerido que uma democracia forte é a única forma na qual a democracia

---

13 Cabe ressaltar, porém, que Stuart Mill, apesar de afirmar este ponto de vista, tinha como uma de suas maiores preocupações saber como alcançar um sistema político onde o poder estivesse nas mãos de uma elite, a elite educada no seu sentido restrito, já que um intelecto bem cultivado viria acompanhado de ‘prudência’, temperança e justiça, ou de todas as virtudes importantes ao relacionamento com as pessoas (PATEMAN, 1992, p. 47).

pode prover uma resposta adequada ao dilema da política moderna. O autor afirma que uma democracia forte é uma forma distintamente moderna de democracia participativa. Está baseada na ideia de uma comunidade autogovernada de cidadãos que se encontram unidos, menos por interesses homogêneos do que por uma educação cívica. Estes se tornam capazes de um propósito comum, bem como ações mútuas, em virtude das suas atitudes cívicas e das instituições participativas e não pelo seu altruísmo ou sua boa índole.

Nessa esfera, na atualidade, poderíamos também localizar outras instituições como a escolas, universidades, organizações de bairro, etc. sendo estes espaços onde a maioria dos indivíduos despende considerável parte de suas vidas. Mas para tanto, tais instituições precisam ser organizadas visando garantir a participação dos indivíduos na tomada de decisões, permitindo que exerçam mais controle sobre suas próprias vidas.

Na teoria participativa, cabe sublinhar que a ‘participação’ refere-se à participação igualitária na tomada de decisões. E a ‘igualdade política’ caracteriza-se por ser a igualdade de poder na determinação das consequências das decisões. O modelo participativo exige a máxima participação; com a possibilidade de tomada de decisões e com o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo.

Dentre as diversas crises pelas quais a humanidade se depara, no início deste século XXI, passamos pela crise dos modelos democráticos de governo, tal como diversos autores visitados tendem a concordar. Estes destacam diversos fatores que passam desde o ataque às instituições democráticas; a ascensão, através de eleições, de governos autoritários que ressoam discursos de exclusão, racismo, xenofobia, etc.; ou o espraiamento da razão neoliberal à todas as esferas da vida; provocando um grande esvaziamento da política bem como da democracia.

O Brasil, que não passa ileso por essa quadra histórica, também vivenciou em seu âmago, nos seus recentes quatro anos, estes espectros autoritários de ataques à nossa jovem democracia. Talvez essa experiência recente, vivida no país, pode servir para nos mostrar as diferenças de caminhos a tomar, frente aos diferentes modelos de democracia, tais como os modelos da democracia minimalista e participativo nos propõe.

O próximo capítulo deste trabalho visa, a partir dos dados empíricos, contribuir para respondemos nossa questão de pesquisa que trata da pergunta sobre qual a prática democrática brasileira, na atualidade, dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA, em Salvador, Bahia. Assim, apresentamos, a seguir, os resultados e a discussão dos mesmos, a partir dos elementos teóricos expostos até o momento.

### **3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS EMPÍRICOS**

Este trabalho trata da temática da práxis democrática de estudantes universitários no Brasil. Buscamos verificar, na realidade, como vem se dando, entre estudantes universitários brasileiros, a vivência prática da democracia, quais suas formas de participação, qual a sua compreensão do que é a democracia no Brasil, dentre outros aspectos. Para tanto, realizamos um recorte de amostra junto aos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA.

Neste capítulo abordamos os resultados e a discussão dos dados apresentando a concepção de democracia, bem como a práxis democrática dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA. Para tanto, retomamos a nossa questão de partida da pesquisa: qual a práxis democrática brasileira, na atualidade, dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA, em Salvador, Bahia?

Na primeira parte do capítulo, no tópico 3.1, detalhamos o caminho da pesquisa percorrido, caracterizando o método utilizado, a amostra envolvida, bem como os dilemas, enfrentados na realização do estudo. Na segunda parte deste capítulo, no item 3.2, expomos os resultados acerca da concepção sobre a democracia brasileira e sobre a práxis democrática, desde a visão da amostra da pesquisa. Isto é, abordamos a caracterização da democracia brasileira sob o olhar dos estudantes, além de sistematizarmos os dados sobre a atuação e participação política democrática, expondo as respostas das questões sobre ativismo, participação, voto nas últimas eleições, dentre outros aspectos.

#### **3.1 MÉTODO DA PESQUISA DETALHADO, CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E DILEMAS ENFRENTADOS**

As pesquisas nas Ciências Sociais passam por distintos desafios colocados à produção do conhecimento, dentre os quais alguns ligados à formação profissional em Ciências Sociais.

Dentre esses observamos a fragmentação entre as pesquisas qualitativas e quantitativas, explícita por uma espécie de hostilidade aos métodos quantitativos, bem como à estatística. Desse fator, segundo Soares (2005), decorre outro agravamento, visto que esse lugar não foi ocupado por métodos qualitativos rigorosos, mas pela ausência de métodos e de rigor nas pesquisas; caracterizando-se como métodos qualitativos pela sua simples oposição aos quantitativos.

Outro desafio passa pela deficiência na formação metodológica observada nas análises

apresentadas nos trabalhos publicados no campo da ciência política, apresentados nos livros, artigos, teses e dissertações. Para Cano (2012, p. 11), “[...] as ciências sociais brasileiras privilegiam a teoria em detrimento da pesquisa, promovendo um conhecimento antes erudito do que técnico”. Outro limite na formação metodológica passa pelo fato de que a metodologia de pesquisa, na formação das ciências sociais no Brasil, está centrada nas técnicas de pesquisa qualitativas, em detrimento das quantitativas, sendo apresentadas uma em oposição à outra.

Babbie (1999) debate duas questões centrais que passam pela a) possibilidade de aplicar métodos de investigação científica ao comportamento social e; b) pela busca de demonstrar a possibilidade do uso de vários métodos de pesquisa para observar e entender o referido comportamento social.

No primeiro eixo de reflexão, o autor discute a possibilidade, ou não, do comportamento humano poder ser submetido ao estudo científico. Desse modo, se propõe a abordar as especificidades das ciências sociais destacando que, em muitos casos, “[...], o movimento para as ciências sociais significa uma passagem da ênfase na descrição para a explicação sistemática.” (BABBIE, 1999, p. 57).

Babbie (1999) defende o pressuposto de que o comportamento social humano pode sim ser submetido a um estudo científico de forma tão legítima quanto os átomos e células. Isto é, tanto quanto os cientistas físicos, os cientistas sociais buscam descobrir as regularidades e a ordem no comportamento social a partir da medição e observação cuidadosa das relações; tanto quanto através da elaboração de modelos e teorias.

O autor sublinha que a *análise das regularidades* requer considerar que as normas sociais existem e que podemos observá-las e, quando mudam com o tempo, podemos observar e explicar as mudanças. Isto é, as regularidades sociais existem, pois fazem sentido para os envolvidos.

A construção da teoria científica deve levar em consideração

(...) que a realidade se encontra em permanente evolução e que, por isso, o conhecimento não pode jamais esgotar a infinidade intensiva e extensiva de suas determinações. (...) Na verdade, todo trabalho contém em si uma ação sobre o conhecido e um salto para o desconhecido. Todo ato de trabalho se apoia em um conhecimento já obtido do ser-precisamente-assim existente e, ao mesmo tempo, questiona, amplia, este mesmo conhecimento (LESSA, 1997, p.47).

Este processo do pesquisar reúne o pensamento e a ação de uma ou mais pessoas, no esforço da elaboração de conhecimentos sobre aspectos da realidade que deverão ser úteis para a formulação de propostas e soluções aos problemas envolvidos na pesquisa.

Desta forma, enquanto uma atividade humana e social, a pesquisa, inevitavelmente, carrega consigo valores, preferências, interesses e princípios que orientam o pesquisador; o que elimina a chance do pesquisador de se abrigar em uma posição de neutralidade científica. Isso, por outro lado, não significa ausência do rigor que o trabalho científico deve possuir.

Neste sentido, apontamos a perspectiva materialista histórica dialética, como apoio teórico-metodológico deste estudo, (...) enquanto uma postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas sínteses no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica (FRIGOTTO, 1998, p. 73).

Assim, nesta perspectiva, o método vincula-se a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto, de forma que a postura antecede ao método. Este se constitui na mediação do processo de apreender, revelar e expor a estrutura, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais.

Porém, em relação à *criação de teorias sociais*, Babbie (1999) destaca que as ciências sociais não têm teorias formais comparáveis àquelas existentes em outros campos do conhecimento. Isto decorre porque não se têm aplicado métodos sistemáticos, 'científicos', ao comportamento social, por tanto tempo como se tem feito nos fenômenos físicos. A relutância em aceitar que o comportamento social pode se submetido ao estudo científico, tem limitado os recursos disponíveis para o desenvolvimento das ciências sociais.

Assim, no cerne do debate, o autor enfatiza as características das Ciências Sociais sublinhando que a ciência social é determinística, é geral, é parcimoniosa, específica, empiricamente verificável, intersubjetiva, e aberta a modificações.

Quanto ao segundo foco do debate, proposto por Babbie (1999), ou seja, a busca de demonstrar a possibilidade do uso de vários métodos de pesquisa, para observar e entender o referido comportamento social, o autor destaca diversos métodos de pesquisa apropriados ao campo científico social. Dentre estes são apresentados o experimento controlado, a análise de conteúdo, a análise de dados existentes, o estudo de caso e a observação participante.

Babbie (1999) sublinha que as “[...] 1) situações diferentes de pesquisas sociais requerem métodos diferentes e, 2) o melhor formato muitas vezes é o que envolve o uso de diversos métodos focados no mesmo tópico.” (BABBIE, 1999, p. 74).

A pesquisa nas Ciências Sociais está assentada em duas linhas, isto é, a teoria e os métodos de pesquisa. Segundo Baquero (2001), isso tem gerado uma ideia equivocada de que teoria e métodos são independentes e que a integração dos mesmos somente pode ser viável num



nível elevado de abstração. Para o autor, isso tem levado os alunos a optar ou por disciplinas de teoria, ou de método, sendo estas últimas vistas com desconfiança.

No presente trabalho enfrentaremos o desafio de colocar em prática a unidade entre a teoria e o método, os quais são inseparáveis. Esse desafio está posto ao processo de formação de bons pesquisadores que devem desenvolver a habilidade de integrar esses dois elementos dos fenômenos sociais.

O contexto dinâmico da pesquisa exige do pesquisador a capacidade de dominar e saber integrar teoria e método. Nas ciências sociais, os fatos não falam por si mesmos. Assim, é fundamental a integração entre os dados, que expressam as informações sobre o mundo empírico; a teoria, que nos apresenta explicações lógicas sobre o mundo empírico; e o método que nos viabiliza as formas adequadas para obter informações úteis para explicar os fenômenos sociais (BAQUEIRO, 2001, p. 28)

Segundo o autor, para a pesquisa se materializar é necessário o cientista social identificar um problema e buscar solucionar o mesmo, ou seja, a pesquisa diz respeito à construção do conhecimento original, no interior de um conjunto de regras e princípios científicos. Este conhecimento, que pode ser de ordem teórica ou empírica, sendo que estas dimensões não estejam dissociadas uma da outra. Com isso, na pesquisa social, observamos a articulação de três elementos, isto é, o marco teórico, os objetivos e a metodologia.

Nesse sentido, retomamos aqui a **pergunta de pesquisa** que orienta a investigação, a partir de constatações, empíricas e teóricas, no debate da democracia: qual a práxis democrática brasileira, na atualidade, dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA, em Salvador, Bahia?

Assim, realizar pesquisa requer não apenas a coleta de dados, mas, além disso, analisá-los à luz de uma teoria e um determinado método, expressando a organicidade entre a pergunta formuladora da pesquisa e a realidade abordada.

Com isso, o **objetivo geral** da pesquisa trata de analisar a práxis democrática brasileira, na atualidade, dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA, em Salvador, Bahia. Também retomamos aqui os **objetivos específicos** da investigação, a saber: **a)** caracterizar a concepção de democracia vinculada à literatura sobre a democracia mínima e participativa; **b)** levantar a compreensão da democracia brasileira em diálogo com a literatura sobre a crise da democracia, internacionalmente e no Brasil; **c)** identificar a prática democrática dos estudantes.

Neste estudo realizamos um levantamento de dados empíricos a partir da aplicação de questionário. Neste caso o próprio pesquisado preencheu as respostas, caracterizando o tipo de

questionário autoadministrado (ANEXO I), que foi disponibilizado online, através da plataforma Google Forms, para estudantes dos cursos de graduação existentes na Faculdade de Educação (FACED), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O método de processamento dos dados foi definido antes de desenhar a técnica adequada de coleta de dados, neste caso, o questionário.

Segundo Parizot (2015), a pesquisa por questionário tem sido vista, sob alguns olhares, como modelo padrão, isto é, ideal para uma pesquisa científica em ciências sociais devido ao caráter estatístico de sua exploração. Um dos principais interesses da pesquisa por questionário é o fato deste instrumento reunir uma grande quantidade de informações, que podem ser factuais ou subjetivas, junto a um significativo número de indivíduos.

Apesar do objetivo de tais pesquisas envolverem a medição da frequência de características (situações, comportamentos, opiniões ou atitudes, etc.) numa dada população, as ciências humanas e sociais visam principalmente analisar as relações entre estas características. Para a autora, “Todas as temáticas e problemáticas podem a priori ser objeto de uma pesquisa por questionário. A opção de recorrer a este expediente, ou não, depende principalmente da maneira como é colocada a questão da pesquisa – bem como da população estudada.” (PARIZOT, 2015, p. 85).

A pesquisa por questionários, conforme Parizot (2015), às vezes, passa por críticas como a de não ser capaz de refletir suficientemente sobre o que as pessoas fazem ou pensam, visto que podem induzir respostas ou devido às pessoas não responderem de forma sincera, podendo deformar a realidade voluntariamente.

Porém, a autora destaca que toda a arte de construir uma pesquisa e redigir o questionário passa por, precisamente, contornar estes tipos de obstáculos, tentando se alcançar respostas que reflitam maximamente a situação das pessoas questionadas.

Contudo, não existem regras metodológicas imutáveis, visto que cada pesquisa é particular; sendo necessário, frequentemente, adaptar os instrumentos que serão utilizados. Por isso, Parizot (2015) destaca algumas principais dimensões que exigem a atenção particular do pesquisador que realizará uma pesquisa por questionário.

Dentre os tipos de questionários, distinguem-se dois grandes tipos, isto é, o questionário que é aplicado por um pesquisador, e outro, no qual o próprio pesquisado preenche as respostas, o chamado questionário autoadministrado. Nessa pesquisa utilizamos o segundo modelo.

Segundo Parizot (2015, p. 88), “As pesquisas autoadministradas reduzem as obliquidades ligadas à presença de um pesquisador e apresentam a vantagem de custos de execução menores.”. As pesquisas autoadministradas podem oferecer uma maior liberdade de escolher quando responder (podendo retornar à uma questão várias vezes), ou por permitir que o entrevistado se

sinta mais à vontade na abordagem de temas pessoais, não precisando dirigir-se diretamente ao pesquisador.

Em relação à **construção do roteiro de questionário**, este não pode ser a primeira etapa de uma pesquisa, pois deverá ser realizada apenas depois do trabalho de construção do objeto e da problemática de pesquisa. Pressupõe um conhecimento prévio do domínio da pesquisa e do 'terreno', ou seja, da população que será envolvida no estudo (PARIZOT, 2015).

É importante destacar que a qualidade das respostas depende também das questões apresentadas. Assim, a redação é uma etapa primordial e requer um tempo significativo na sua elaboração, além de várias versões sucessivas até que culmine com uma versão final satisfatória. Isto é, "A construção do instrumento necessita de uma atitude reflexiva, do bom-senso e de uma interrogação sistemática sobre os efeitos potenciais de cada opção adotada." (PARIZOT, 2015, p. 90).

A autora sublinha que o **tamanho da amostra** é relativamente importante sendo uma condição necessária a esta metodologia, visto que não é adequado considerar tal pesquisa caso não seja possível interrogar mais de 200 pessoas, visando obter resultados estatisticamente significativos. Outro elemento que corresponde ao fundamento da metodologia, da pesquisa por questionário, é da padronização que é essencial para garantir a comparabilidade das respostas entre os diferentes pesquisados.

Os critérios de escolha da Faculdade de Educação foram definidos tanto por motivos acadêmicos quanto pessoais. Na primeira dimensão, trata-se desta unidade por centralizar cursos de formação de professores. Isto é, futuros educadores, futuros formadores das novas gerações, que atuarão no sistema de ensino brasileiro, que podem apresentar, ou não, algum nível de ceticismo em relação às práticas da democracia. O estudo da práxis democrática desses estudantes em formação também pode contribuir para o aprofundamento dos temas em debate sobre a formação de professores no Brasil.

Uma segunda dimensão, pessoal, se deu pelo fato de a FACED/UFBA centralizar três cursos de formação [Pedagogia; Ciências Naturais; Educação Física], dentre um dos quais tenho ligação direta, visto já ter formação inicial em Educação Física. Soma-se, ainda, o fato de eu atuar como profissional naquela unidade, já possuindo um maior conhecimento e aproximação com o local a ser envolvido como lócus de pesquisa.

A **seleção da amostra** ocorreu por forma de conveniência, isto é, uma amostra não-probabilística, ou amostra de conveniência, na qual a escolha dos respondentes ocorre com base em sua conveniência e disponibilidade (CRESWELL, 2010).

Quanto ao **processamento dos dados coletados** na pesquisa, passa pelo planejamento adequado da investigação. Conforme Babbie (1999), o esquema de códigos para as categorias do estudo deverá ser adequado aos conceitos teóricos que estão sendo usados na pesquisa, passando por organizar um esquema de codificação bem desenvolvido que será delineado a partir do seu objetivo de pesquisa.

Na fase da pesquisa que dá suporte à análise quantitativa, devem-se traduzir as respostas do questionário aplicado através de um processo chamado codificação. Na análise de conteúdo, a codificação é algo inerente à coleta de dados ou à observação. Já quando se usa outros métodos de pesquisa, geralmente é preciso realizar a codificação após os dados terem sido coletados. Trata-se da tarefa de reduzir uma grande variedade de itens idiossincráticos de informação a um conjunto mais reduzido, mais limitado de atributos que compõe uma variável (BABBIE, 1999, p. 288).

Assim, mesmo que o esquema de codificação deva ser ajustado para satisfazer os requisitos particulares da análise, é importante prestar atenção à regra geral de codificar os dados de modo mais detalhado do que o pesquisador planeja usar na análise. Isto se deve ao fato de que se os dados forem codificados com alto grau de detalhamentos, as categorias codificadas podem ser combinadas em qualquer análise que não venha necessitar necessariamente um alto grau de detalhamento. Mas caso os dados sejam codificados em poucas categorias, mais abrangentes, posteriormente não é possível recriar os detalhes originais durante o processo de análise.

As categorias de código devem ser exaustivas e mutuamente excludentes, no qual, cada parte de uma pergunta de um questionário, deve se encaixar numa e somente numa categoria, evitando problemas que surgem quando uma resposta possa parecer se encaixar igualmente em mais de uma categoria de código ou quando não se encaixe em nenhuma.

As categorias codificadas darão resultado a um produto final do processo de codificação que é a conversão dos itens de dados em códigos numéricos. Os códigos expressam os atributos que compõem uma variável que é caracterizada num arquivo de dados. Esse produto final, chamado de livro de códigos, “(...) é um documento que descreve as localizações das variáveis e lista os vínculos entre os códigos e os atributos que compõem as variáveis.” (BABBIE, 1999, p. 291). Assim, o livro de códigos tem como função ser o guia de codificação, além de localizar as variáveis e interpretar os códigos no arquivo de dados no processo de análise.

Ainda, após termos o conjunto de dados que representa a informação coletada na pesquisa, é necessário um passo seguinte que se trata da limpeza dos dados, isto é, a eliminação de erros, os quais são inevitáveis e podem resultar numa leitura incorreta dos dados.

Apresentamos, a seguir, o detalhamento que envolveu o método da pesquisa desenvolvido, conforme segue.

**População:** alunos dos cursos da graduação da Faculdade de educação (Educação Física, Ciências Naturais, Pedagogia Diurno, Pedagogia Noturno), ativos e não ativos no semestre letivo de 2022.1. O total da população para a qual foram enviados os *emails* foi de 1048 pessoas, os quais tivemos acesso através do Colegiado de Curso, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 1** – População envolvida na pesquisa.

CURSOS DETALHAMENTO	PED Diurno	PED Noturno	EF	CN	TOTAL FACED
	Alunos Inscritos em Disciplinas	375	212	180	92
Não Inscritos em Disciplinas	138	103	127	84	452
<b>Total por Curso:</b>	<b>513</b>	<b>315</b>	<b>307</b>	<b>176</b>	<b>1311</b>
Lista de E-mails Total:	564		316	168	1048

**Fonte:** dados da pesquisa sistematizados pela autora.

**Amostra:** prevista a coleta de 200 respostas, mas alcançado o total de 108 respostas aos questionários, conforme mostra o quadro abaixo:

**Tabela 2** – Amostra da pesquisa.

CURSOS	NÚMEROS	PERCENTUAL
EF	36	33,3%
CN	10	9,3%
PED Diu	55	50,9%
PED Not	7	6,5%
<b>Total Geral</b>	<b>108</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Considerando as observações de Parizot (2015), acerca do tamanho da amostra, que afirma a necessidade mínima de 200 pessoas para a garantia de resultados estatisticamente significativos, estaremos realizando aproximações, quando da análise e discussão dos resultados, visto termos atingido somente o número de 108 questionários aplicados.

**Acesso aos estudantes:** Foi solicitado aos respectivos Colegiados de Cursos as informações sobre a totalidade de estudantes, bem como o banco de dados com *e-mails* para que o formulário da pesquisa pudesse ser enviado.

**Análises:** esforço concentrado na análise das questões dedicadas aos elementos chaves da pesquisa, isto é: **1)** a concepção dos modelos de democracia vinculados com a literatura sobre a democracia mínima e participativa; **2)** a compreensão da democracia brasileira em diálogo com a literatura sobre a crise da democracia, internacionalmente e no Brasil; **3)** a caracterização da prática democrática dos estudantes.

O processamento dos dados foi realizado através do programa Excel, a partir da codificação e sistematização resultados encontrados, expressando os mesmos através de diferentes formas gráficas e ou tabelas. Já a análise e discussão envolveu o confronto entre os dados teóricos e empíricos, verificando os nexos e relações entre as categorias em debate.

**Dilemas da Pesquisa:** O contexto da pesquisa se apresentou como fator dificultador para a coleta de dados. Apesar de termos conseguido fácil acesso aos contatos eletrônicos dos estudantes, disponibilizados através da Secretaria dos Colegiados de cursos da FACED, tivemos dificuldades em alcançar a participação da população envolvida na pesquisa.

Talvez possamos levantar alguns fatores como o risco intrínseco à esta forma de aplicação de questionário [*online*], através do envio de mensagem via correio eletrônico. Este meio nos parece apresentar tendência de obter pouco engajamento das pessoas para responder pesquisas neste formato. Este fator se evidenciou em nossa pesquisa, considerando que obtivemos um baixo volume de respostas nos primeiros 25 dias de aplicação dos questionários, evidenciando um baixo engajamento dos envolvidos.

A partir disso, buscamos algumas estratégias como contatos pessoais com professores, solicitando que reforçassem com os seus estudantes para que participassem da pesquisa recebida pelo *e-mail*. Ainda, contato com representantes de Centros Acadêmicos para que reforçassem tal pedido através dos grupos de contatos telefônicos do aplicativo *Whatsapp*.

Sem ainda alcançar muito respaldo no recebimento de respostas, reenviamos outras duas levadas de mensagens, após aproximadamente 25 e 35 dias do primeiro envio. Porém, neste momento, anunciamos um sorteio que ocorreria para os participantes da pesquisa e, assim, obtivemos a duplicação do recebimento de respostas alcançando o total de 108 participantes ao final de aproximadamente 50 dias de coleta de dados.

Um segundo fator, que talvez possa ter interferido na participação da pesquisa, talvez seja o fato de que os meses de maio e junho, quando da coleta dos dados, ter sido um período do último terço do semestre letivo o qual tende a ser mais sobrecarregado de tarefas e atividades acadêmicas. Isto pode ter impulsionado a não priorização, por parte dos estudantes, à tarefa de responder a um questionário de pesquisa.

A seguir passaremos para a caracterização da amostra envolvida na pesquisa.

### 3.1.1 Caracterização da Amostra Participante da Pesquisa<sup>14</sup>

Em relação à caracterização da amostra da pesquisa, do total dos 108 participantes, a maioria deles se encontra na **faixa etária** entre **19 a 24 anos [56,1%]** e **25 a 34 anos [24,3%]**, seguido da faixa de **35 a 44 anos com [13,1%]**. Em relação à identificação de **gênero** temos **[70,4%] mulheres** (cis ou trans); **[28%] de homens** (cis ou trans) e **[0,9%] não-binário**.

A distribuição dos **estudantes por curso** apresentou a maioria dos estudantes do curso de Pedagogia Diurno, conforme a seguinte distribuição: **Pedagogia Diurno [50,9%]**; **Educação Física [33,3%]**; **Ciências Naturais [9,3%]**; e **Pedagogia Noturno [6,5%]**. Já a **fase do curso** dos estudantes **41,7% [45]** se encontram na **fase inicial** (1º; 2º semestre); **36,1% [39]** em **fase intermediária** (3º, 4º; 5º; 6º semestre); e **22,2 % [24]** na **fase final** (7º ou 8º semestre).

Já a **identificação racial** da amostra da pesquisa apresentou a maioria preto/a e está assim caracterizada: **preto/a 40,7% [44]**; **pardo/a 32,4% [35]**; **branco/a 21,3% [23]**; **indígena 2,8% [3]** e **amarelo/a 0,9 % [1]**.

Em relação à **renda média familiar**, nos últimos cinco anos, os dados mostraram que aproximadamente **75% dos núcleos familiares dos estudantes sobreviveu, nos últimos cinco anos com até três (03) salários mínimos** atingindo renda máxima de R\$3.300,00. Isto é, o total de **37%** dos participantes apresentou renda média, nos últimos 05 anos, de até um **salário-mínimo**

---

<sup>14</sup> O detalhamento gráfico dos dados referentes à amostra da pesquisa consta no Apêndice B deste trabalho visto que aqui buscamos apresentar tais dados de forma sucinta e apenas descritiva.

(até R\$1.100,00); **38,9%** até três salários-mínimos (R\$1.101,00 a R\$3.300,00). Já **10,2%** teve **renda média de três a cinco salários mínimos** (R\$ 3.301 a R\$5.500,00) e **13,9%** **alcançou renda acima de cinco salários-mínimos** (R\$5.501,00 acima). Os dados tendem a demonstrar que aproximadamente 3/4 das famílias dos estudantes vive em condições de baixo poder aquisitivo.

Na tabela abaixo, podemos observar este recorte por curso. Apesar da amostra ser reduzida, os estudantes do curso noturno predominam nas duas primeiras faixas de até três salários mínimos. Mas, mesmo os estudantes dos cursos diurnos, também predominam nas duas primeiras faixas de renda, conforme tabela a seguir.

**Tabela 3** – Distribuição, por curso, das faixas de renda salarial da amostra.

CURSO RENDA	EF	CN	PED	PED	Total Ge- ral
			Diu	Not	
Até 01 mín. (R\$1.100,00)	14,8%	5,6%	13,9%	2,8%	37,0%
Até 03 mín. (R\$1.101,00 a R\$3.300,00)	5,6%	3,7%	26,9%	2,8%	38,9%
De 03 a 05 mín. (R\$ 3.301 a R\$5.500,00)	7,4%	0,0%	1,9%	0,9%	10,2%
Acima de 05 mín. (R\$5.501,00)	5,6%	0,0%	8,3%	0,0%	13,9%
<b>Total Geral</b>	<b>33,3%</b>	<b>9,3%</b>	<b>50,9%</b>	<b>6,5%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Um estudo da Tendências Consultoria, de abril de 2022 (INFOMONEY, 2022) apontou a seguinte estratificação dos domicílios no respectivo ano, considerando a renda mensal domiciliar: Classe A: 2,8% da população com renda mensal domiciliar superior a R\$22mil; Classe B: 13,2% com renda entre R\$7,1mil e R\$22 mil; Classe C: 33% da população renda entre 2,9 e R\$7,1 mil; e classes D/E: 50,7% da população com renda domiciliar até R\$2,9 mil.

Segundo a matéria, os mais pobres – classes D e E, com renda mensal até R\$2,9 mil – continuarão ser mais da metade da população até 2024, com o crescimento da economia tendendo a favorecer inicialmente as classes sociais mais altas – classe A.

Percebemos que a amostra da pesquisa retrata esta realidade. Sob tal estratificação, observamos que **37%** da amostra da pesquisa se encontra nas **classes D/E**; **49,1%** se encontra na **classe C**; e os restantes **13,9%**, que aponta renda acima de 5 salários mínimos, pode estar localizada en-



tre a classe **C, B** ou, raramente, **classe A**. Em suma, contata-se que **89,1%** da amostra está localizada nas **classes C, D/E**

Em matéria que destaca que os rendimentos dos brasileiros caíram 8,7% no primeiro trimestre de 2022, com as mulheres sofrendo maior redução do que os homens em relação aos rendimentos efetivos, Tokarnia (2022) também sublinha os dados publicados, em junho de 2022, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), Contínua Rendimento, realizada pelo IBGE, relativa a todas as fontes de 2021, foi evidenciado que, naquele ano de pandemia da Covid-19, o rendimento médio dos brasileiros teve queda para o menor patamar registrado desde 2012. Isto é, o rendimento médio real domiciliar, per capita em 2021 foi de R\$1.353. Já, em 2012, primeiro ano da série da pesquisa, o rendimento era de R\$1.417. E, em 2020, no primeiro ano da pandemia, foi de R\$1.454. Em 2022, o rendimento per capita médio do país ficou em R1.625,00.

Destacamos ainda que a pesquisa a referida PNAD/IBGE citada, evidencia que a renda na população residente das regiões Norte e Nordeste tem sido, em geral, menor que as demais regiões do país. Na Bahia, esse rendimento foi de R\$ 1.010, sendo o quarto menor índice do país, empatado com Pernambuco. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), do IBGE (2022).

Ou seja, os dados mostram uma redução geral do poder aquisitivo das famílias brasileiras nos últimos anos, desembocando no empobrecimento das condições de vida da população do país. A exemplo da amostra da pesquisa foi observada que **89,1%** da amostra localiza-se nas **classes C, D/E**.

No próximo tópico apresentamos os dados referentes à como os estudantes concebem a democracia, bem como a forma como vivenciam as possibilidades da mesma em suas dinâmicas de vida.

### 3.2 A CONCEPÇÃO DE DEMOCRACIA E A PRÁXIS DEMOCRÁTICA DOS ESTUDANTES DA FACED/UFBA

Este tópico visa levantar a compreensão da democracia brasileira em diálogo com a literatura sobre a crise da democracia e democracia no Brasil, bem como identificar a práxis democráti-

ca dos estudantes. Assim, está subdividido em três partes apresentando os resultados encontrados, conforme segue.

### **3.2.1 Para Começar a Falar Sobre Democracia – qual a concepção sobre a democracia brasileira dos estudantes da Faculdade de Educação?**

Inicialmente iremos tratar das concepções apresentadas pelos estudantes a partir de seus acúmulos e aprendizados, visando dialogar com as reflexões teóricas da pesquisa que também tem como base duas referências sobre o tema da democracia, isto é, o modelo de democracia participativa e o minimalista, conforme debatido no capítulo primeiro deste trabalho.

A primeira questão abordada visou evidenciar a concepção de democracia dos estudantes sob a questão aberta “o que é democracia para você?”. As respostas evidenciaram cinco (05) diferentes categorias, elaboradas a partir da síntese e unificação das respostas dos participantes.

A categoria que teve um maior percentual de expressão [51,9%] evidenciou a compreensão de democracia enquanto um “**sistema político de garantia de direitos [e deveres]**, dentre os quais foram citados os direitos sociais, a igualdade, de expressão, voto, liberdade de escolha, equidade, alteridade e direito de ir e vir.

Outra categoria, que obteve o segundo maior percentual [19,4%], foi o entendimento de democracia enquanto “**regime político com representantes eleitos pelo povo e participação ativa do povo**”. Esta categorização sintetizou todas as respostas que apontavam a democracia como forma de governo onde o povo participa de ativamente da política, tanto por meio de representantes eleitos quanto por diferentes maneiras. Assim, nos parece se aproximar de um modelo de democracia participativa.

A terceira categoria com maior votação foi [16,7%] foi sintetizada como “**forma de governo com escolha de representantes/dirigentes eleitos pela maioria**, governo da maioria; opinião da maioria como regra geral para todos”, aproximando-se de uma perspectiva de democracia representativa, de um modelo minimalista desta concepção.

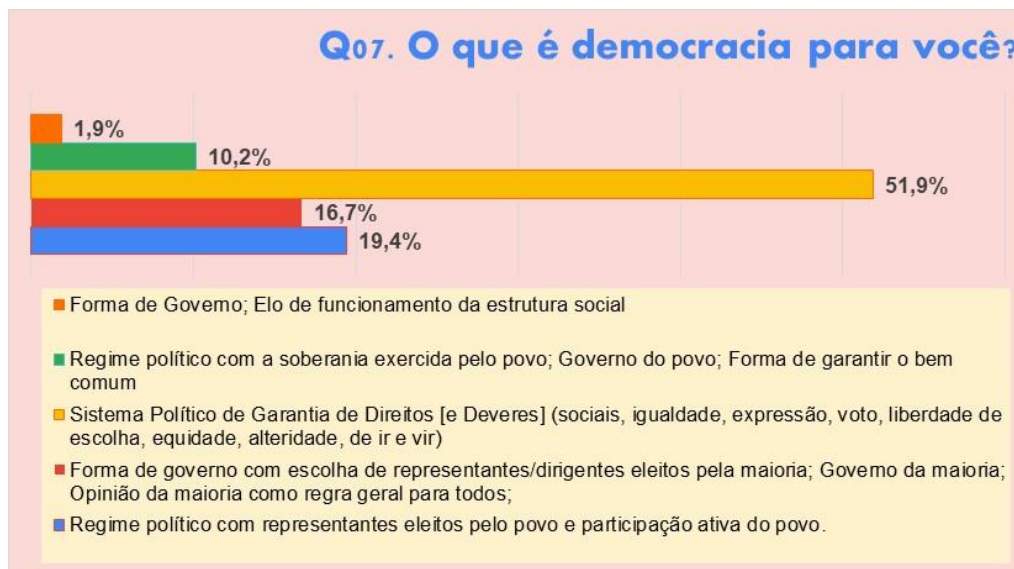
A quarta categoria foi expressada como “**regime político com a soberania exercida pelo povo; governo do povo; forma de garantir o bem comum**” foi apresentada por [10,2%] da amostra, aproximando-se de uma concepção clássica de democracia enquanto ‘governo do povo’.

A quinta categoria, com o menor percentual de expressão [1,9%], foi apresentada como “**forma de governo; elo de funcionamento da estrutura social**”, que caracterizamos como uma

perspectiva neutra de conceção por não qualificar exatamente qual o tipo de forma de governo caracteriza o sistema democrático.

Estas diferentes categorias podem ser expressas graficamente a seguir:

**Gráfico 5** - Categorização sobre a compreensão de democracia dos estudantes.

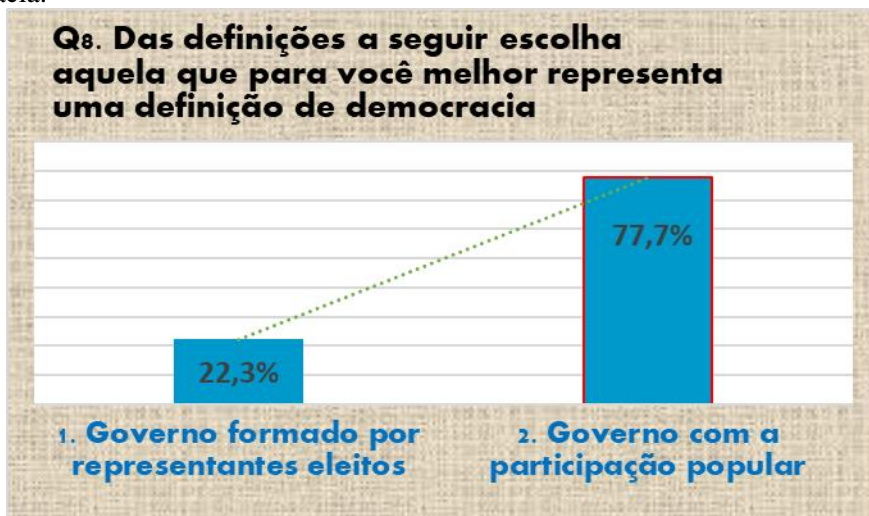


Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Já a questão fechada, subsequente, apresentou aos estudantes a escolha de uma das opções que melhor representa a definição de democracia, dando-lhes as opções de escolha entre “um governo representado por representantes eleitos” ou “um governo de participação popular”.

O resultado mostrou que 77,7% da amostra assinalou que um governo com a participação popular melhor representa a definição de democracia. Já aproximadamente um quarto da amostra, isto é, 22,3% define que a melhor definição de democracia é aquela com um governo de representantes eleitos. Isto pode ser visto no gráfico abaixo:

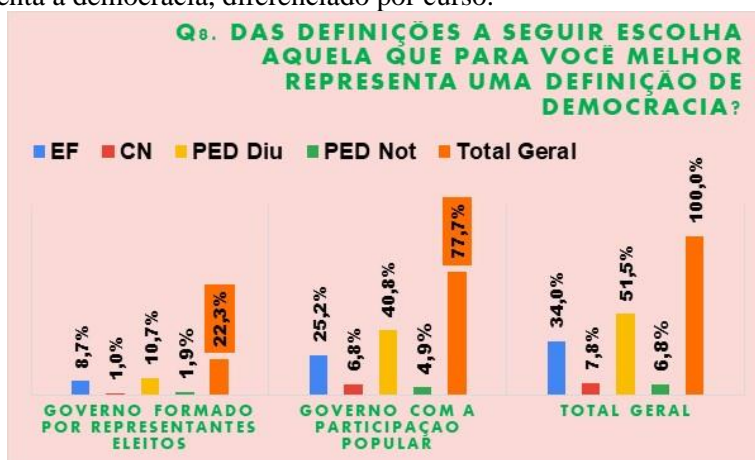
**Gráfico 6** – Representação do percentual válido referente à opção que melhor representa a democracia.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Podemos também detalhar estes dados a partir das respostas dos estudantes por curso, conforme segue:

**Gráfico 7** – Representação do percentual válido referente à opção que melhor representa a democracia, diferenciado por curso.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Observamos que um percentual significativo [22,3%], próximo de um quarto da amostra, demonstra uma definição de democracia próxima à concepção minimalista como sendo um método de escolha, através do voto, de lideranças representantes eleitos, tendendo a vê-las, pressupondo a livre concorrência, entre possíveis candidatos, escolhidos através do voto do eleitorado.

Já, aproximadamente três quartos da amostra [77,7%] destaca que a melhor definição que representa a democracia é aquela de um governo com a participação popular. Isto é, concepção que se aproxima do modelo participativo de democracia, no qual a participação é base para a organização e sustentação do sistema democrático, e tem uma função central no processo educativo, em sentido amplo, podendo impactar tanto na dimensão psicológica das pessoas quanto na sua aquisição de habilidades e procedimentos da sociabilidade democrática.

Em relação ao debate sobre a importância de critérios, para caracterizar uma democracia, os estudantes responderam a partir da seleção das opções que apontavam “1. Não acho que seja necessário”, “2. É importante que isso seja garantido” ou “3. É obrigatório que isso seja garantido”, opinando em seis (06) itens. Destes, três deles estavam ligados à concepção minimalista de democracia e, outros três, vinculados à concepção participativa.

Observamos que todos os itens propostos, de definição de uma democracia, obtiveram o maior percentual na opção “obrigatório garantir”, como sendo elemento obrigatório a ser garantido para caracterizar um sistema democrático. Vejamos:

**Tabela 4** - Percentual dos critérios de caracterização da democracia pelos estudantes

Q9. Na sua opinião, qual é a importância dos itens a seguir para caracterizar a uma democracia?	1. A existência de eleições livres, justas e regulares	2. A participação direta de cidadãos e de grupos organizados (sociedade civil) nos processos políticos	3. A extensão do sufrágio universal, isto é, do direito ao voto de forma ampla	4. A utilização do voto popular direto para registrar também as opiniões dos cidadãos sobre um determinado assunto através do voto	5. Liberdade de imprensa, das pessoas para discutir assuntos políticos em casa e na esfera pública, bem como liberdade de expressão acadêmica e cultural	6. A consulta rotineira das organizações da sociedade civil pelos elaboradores de políticas públicas
NÃO NECESSÁRIO	0,9%	2,8%	2,8%	4,7%	1,9%	3,8%
IMPORTANTE GARANTIR	16,8%	39,3%	25,5%	41,5%	19,0%	36,8%
OBRIGATÓRIO GARANTIR	82,2%	57,9%	71,7%	53,8%	79,0%	59,4%
Total Geral	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora. **Índice de concepção da tabela:** Azul – Concepção Minimalista [Impares]; Verde – Concepção Participativa [Pares]

Contudo, no interior da opção “obrigatório garantir”, os maiores percentuais foram nos itens ligados à concepção minimalista de democracia [eleições livres, justas e regulares; direito ao voto de forma ampla; liberdade de imprensa e de expressão]. Já os itens pares [2;4;6], ligados à concepção de democracia participativa, apresentam percentuais menores de importância ao olhar dos estudantes, quando se trata da obrigatoriedade de garantia para caracterização de um sistema democrático.

Já no interior daquilo que é “importante garantir”, encontramos aquelas características da concepção participativa [a participação direta dos cidadãos; o uso do voto para registrar opiniões dos cidadãos sobre assuntos; a consulta rotineira da sociedade civil por aqueles que formulam políticas públicas] apresentando maiores percentuais. Isto parece nos demonstrar que, aos olhos dos estudantes, os aspectos ligados a uma concepção participativa de democracia podem ser ‘importantes’, para caracterizar um sistema democrático, mas não são necessariamente ‘obrigatórios’.

Contudo, tentando evitar uma análise que caia numa lógica dualista, podemos entender que os elementos que caracterizam o modelo minimalista [eleições livres, justas e regulares; direito ao voto de forma ampla; liberdade de imprensa e de expressão], não deixam de estar também constituindo a concepção do modelo participativo.

Contudo, o modelo democrático participativo, coloca também como centrais, e não secundários, os elementos da participação direta dos cidadãos; do uso do voto para registrar opiniões dos cidadãos sobre assuntos e a consulta rotineira da sociedade civil por aqueles que formulam políticas públicas. Isto é, queremos dizer que para caracterização, e valorização, do modelo democrático participativo, todos os seis elementos deveriam ter um mesmo peso de importância e garantia.

Os resultados evidenciam que os quesitos vinculados à perspectiva da democracia participativa – participação direta do cidadão; uso do voto para registro de opinião dos cidadãos; consulta rotineira da sociedade civil para elaboração de políticas públicas – parecem ser apenas importantes de serem garantidos, mas sem uma obrigatoriedade assegurada, nos parecendo ficarem secundarizados frente a definição do que caracteriza um sistema democrático.

Ainda, de forma gráfica podemos melhor visualizar que os maiores percentuais de obrigatoriedade de garantia inclinam-se para os itens ligados à concepção minimalista de democracia.

**Gráfico 8** – Representação do percentual de critérios para a caracterização da democracia.

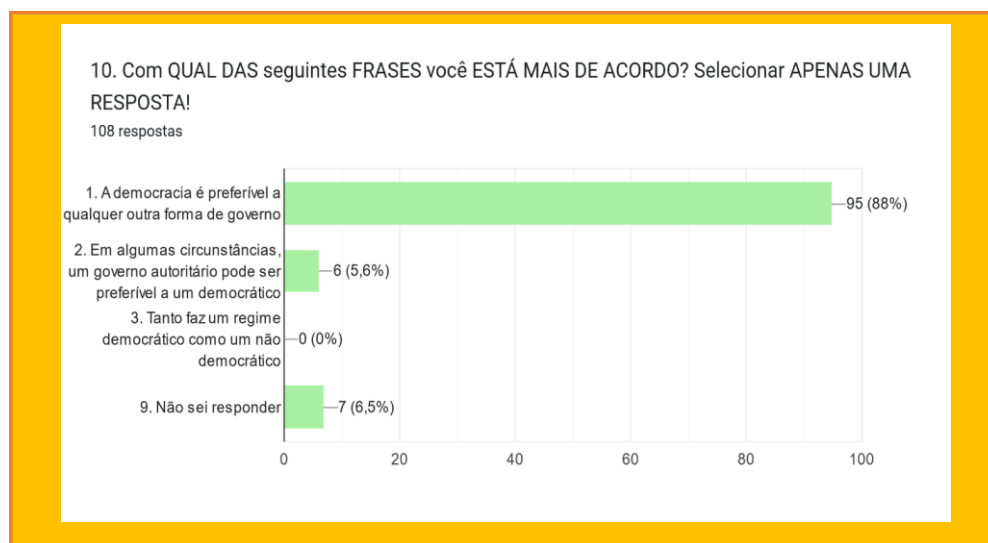


Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora. **Índice:** **Azul:** Concepção Minimalista [**Impares**]; **Verde:** Concepção Participativa [**Pares**]

Passando para outra questão, relacionada ao apoio à democracia, que é um indicador sobre o tipo de regime, os estudantes foram questionados sobre qual afirmação estaria mais de acordo, dentre alternativas sobre governos democrático ou autoritário [Questão 10<sup>15</sup>]. Observamos que **88% da amostra** posicionou-se pelo sistema democrático de governo, preferível a qualquer outra forma. Enquanto isso, aproximadamente 6 estudantes [5,6%] afirmaram que, em algumas circunstâncias, um governo autoritário poderia ser preferível a um democrático. Observemos na expressão gráfica a seguir:

<sup>15</sup> A questão 10 foi baseada e reproduzida a partir da referência da pesquisa do LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 18.

**Gráfico 9** – Representação do percentual de critérios para a caracterização da democracia.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Este resultado, entre os estudantes universitários que compuseram a amostra, parece contrapor-se com os dados do último relatório da pesquisa do Latinobarômetro<sup>16</sup>, decorrida em 17 países entre outubro de dezembro de 2020 e publicado em 2021, que não se limitam à pesquisa entre extrato universitário, mas envolve a população em geral.

É importante destacar que os dados da pesquisa se evidenciam em tempo em que a pobreza na América Latina atinge aproximadamente 50 milhões de habitantes, ao final do primeiro ano da pandemia de Covid-19, que abalou o mundo desde o início de 2020. Os dados do início do ano de 2021 mostraram que a América Latina apresentou uma das maiores taxas de mortalidade pela pandemia, com 8% da população mundial, mas com 20% dos contagiados e 30% dos falecidos em consequência da Covid-19, demonstrando as debilidades dos Estados Latino-americanos (LATINOBARÓMETRO, 2021).

No informe Latinobarómetro 2021, os dados referentes a evolução do apoio à democracia na América Latina mostram que, ao final de 2020, observa-se uma queda do apoio à democracia

---

<sup>16</sup> A Corporação Latinobarómetro trata-se de “[...] un estudio de opinión pública que aplica anualmente alrededor de 20.000 entrevistas en 18 países de América Latina representando a más de 600 millones de habitantes. Corporación Latinobarómetro es una ONG sin fines de lucro con sede en Santiago de Chile, única responsable de la producción y publicación de los datos. La Corporación Latinobarómetro investiga el desarrollo de la democracia, la economía y la sociedad en su conjunto, usando indicadores de opinión pública que miden actitudes, valores y comportamientos. Los resultados son utilizados por los actores socio políticos de la región, actores internacionales, gubernamentales y medios de comunicación.” Fonte: CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. Página Oficial. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp> . Acesso em 20 fev. 2023.



relativo ao que vinha sendo registrado na última década até 2018. Isto é, **entre 2010 e 2018** o apoio à democracia havia caído de **63% para 48%**, registrando-se o índice de **49% em 2020** (LATINOBARÓMETRO, 2021).

Dentre as explicações para esta redução do apoio à democracia na América Latina o referido informe aponta os protestos ocorridos em países como Chile, Colômbia e Equador ao final de 2019, resultado das desigualdades, discriminações e pobreza, bem como o estancamento da economia.

Ainda, os abalos políticos com a eleição de presidentes ligados à direita ou extrema direita, a exemplo dos casos do Equador (2021) e Brasil (2018); a derrota do governo nas eleições de constituintes para a Convenção que redigia a nova Constituição, no caso do Chile; ou as mudanças bruscas no Peru que levaram a desaparecer 16 partidos políticos, são importantes razões que explicam a crise de apoio aos regimes democráticos.

Confirmando esta análise, Bruna Maciel (2021), em seu artigo “A Onda Conservadora latina: eleições no Equador”, ao tratar da eleição no segundo turno do ex-banqueiro Guillermo Lasso, representante da direita contra um candidato da esquerda, no Equador, em 11 de abril de 2021, afirmava que

Tendo conseguido a vitória, o presidente eleito Guillermo Lasso se unirá a outros nove políticos proeminentes de direita e centro-direita na presidência de países latino-americanos, incluindo Iván Duque, na Colômbia, Mario Abdo Benítez, no Paraguai, e Jair Bolsonaro, no Brasil. A erupção de crises econômicas, políticas e, recentemente, sanitárias, desenvolveram um cenário favorável para a ascensão dessas lideranças, contrárias àquilo que vinha prevalecendo na América Latina durante as décadas anteriores. A eleição de Lasso é a apenas a manifestação mais recente de uma “onda conservadora” latina que prevalece nos últimos anos (MACIEL, 2021, s.p.).

Segundo Latinobarómetro (2021), “*En ese contexto, el 49% de los latinoamericanos apoya la democracia, un 13% el autoritarismo y se mantiene alta la población al que el régimen de gobierno le es indiferente con un 27%. Desde que comenzaron las protestas en 2010 la democracia ha perdido en total 14 puntos porcentuales de apoyo*” (2021, p. 18).

É importante ainda destacar a análise do caso brasileiro que parece ter apesentado um histórico de reduzido apoio à democracia na região. Conforme a pesquisa,

*En el caso de Brasil los mejores momentos de la democracia se produjeron durante el gobierno de Luis Ignacio Lula da Silva, de 2003 a 2010, cuando el apoyo alcanza un 55%, lo que contrasta con el 40% en 2020. Históricamente Brasil es el país de la región que tiene un apoyo a la democracia más bajo y*

*débil. Nunca alcanza el 60% a diferencia de otros países. Brasil se mantiene en un sopor democrático de baja intensidad donde el apoyo ha llegado al 30% en 2001 en el gobierno de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). En el año de la pandemia y con la llegada de Bolsonaro hay un aumento de seis puntos porcentuales desde el 34% en 2018 al 40% en 2020. Un impacto similar al del inicio de AMLO en México. El populismo de Bolsonaro no produjo ninguna luna de miel democrática. Brasil atraviesa por una compleja debilidad de sus instituciones bajo Bolsonaro que está preocupado de su sucesión, toda vez que su contendor Lula da Silva fue exonerado de los cargos y compite como favorito a las elecciones próximas (LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 23).*

Os dados do Latinobarómetro (2021, p. 40), específicos ao que se refere ao ano de 2020, mostram que no Brasil, o apoio a democracia alcançava apenas 40% da população em confronto com 60% de não apoiadores. Assim, o Brasil ficou colocado dentre os países com as democracias mais vulneráveis da América Latina.

Segundo análise do Latinobarómetro (2021), em 2020, a pandemia de Covid-19, observou-se uma diminuição da percepção sobre as garantias cívicas e políticas, bem como as garantias econômicas e sociais, afetando também o aumento da fragilidade das democracias na região. Segundo o indicador, a participação política, a liberdade de expressão, a igualdade de gênero e o meio ambiente, são aspectos da vida latino americana que alcançaram pontos mínimos em 2020, indicando uma deterioração que via bem mais além da recessão econômica e dos problemas sanitários.

Os inúmeros protestos ocorridos na América Latina têm como base dos movimentos os protestos pela garantia dos direitos sociais, que agregam demandas pelas liberdades perdidas na pandemia e maior liberdade política, expressando reivindicações por uma melhor democracia.

Esta análise tende a corroborar com a explicação da literatura acerca da chamada “crise da democracia”, conforme podemos observar no capítulo anterior deste trabalho monográfico. Os dados acima mostram que menos da metade da população apoio a democracia na América Latina, sendo 49% a média latino-americana, e apenas 40% na média de apoio no Brasil.

Estes dados podem somar-se com a análise de Levitsky e Ziblatt (2018) que caracterizam o período de 1990-2015 como o quarto de século mais democrático da história mundial, mas com uma crescente percepção de recuo da democracia em todo o mundo, expressando uma recessão democrática. No debate dos autores sobre um possível colapso das democracias tradicionais, destacam que uma das maneiras de arruinar e desmantelar uma democracia, na atualidade, tem sido através das ações de líderes eleitos.

Os autores afirmam que, desde o final da Guerra Fria, a grande parte dos colapsos democráticos não foi gerada por generais ou soldados, mas pelos governos eleitos. Isto é, as urnas podem ser, hoje, o início de possíveis retrocessos democráticos, muitos governos tem subvertido a democracia com ações vistas como ‘legais’, sendo aprovadas pelos legislativos e aceitas pelos tribunais.

As análises de Levitsky; Ziblatt (2018), sobre como as democracias morrem, afirmam também que os autocratas eleitos, muitas vezes, também tentam silenciar figuras expressivas no campo cultural, artístico, intelectual, desportista, etc. cuja popularidade ou expressão possa vir ameaçar seu governo. Ou, ao contrário, preferem cooptar estas personalidades visando uma acomodação e respaldo, desde que atuem supostamente distantes da política. Ou ainda, criam trincheiras no poder tais como reformas da Constituição, do sistema eleitoral e de instituições, enfraquecendo-as na sua capacidade de oposição e permitam virar o jogo contra os seus ‘rivais’.

No Brasil, esta tônica tornou-se bastante comum na ação do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), reforçando e aprofundando o ataque ao sistema democrático brasileiro, que já havia sido golpeado em 2016, com o impedimento da então presidenta Dilma Roussef, durante a metade do seu segundo mandato. Este último período histórico, vivido no Brasil nesta última década (2013-2023), pode ter contribuído para a redução intensa do apoio à democracia. Podemos dizer que muitas das ações deste último governo, intensificaram o esvaziamento substancial do sistema democrático brasileiro, sem que a mesma fosse extinta formalmente.

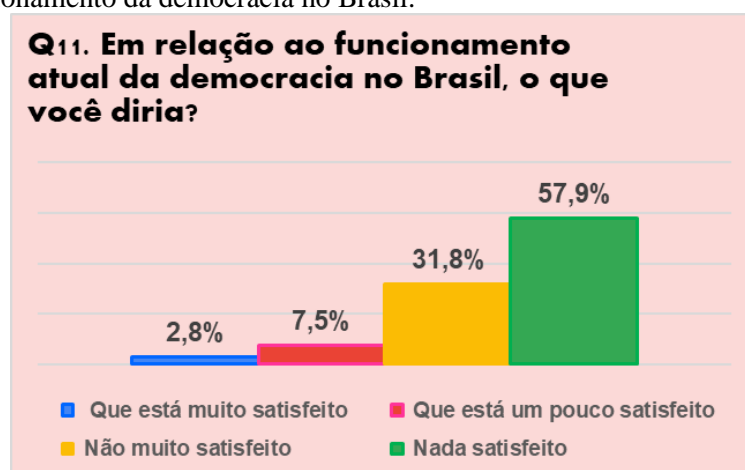
Tendemos a concordar que esse índice inédito de um dos menores percentuais de apoio à democracia da América Latina, no caso brasileiro, pode passar, conforme análise de Balestrin (2018), pelo recuo democrático introduzido nas ‘pós-democracias’ com a ruptura, fragilização ou relativização dos princípios básicos dos sistemas democráticos, ocorrendo por dentro das próprias instituições democráticas, sem que se recorra ao recurso da violência, tal qual durante os golpes militares, já vividos nos países latino-americanos. Caracterizou-se assim, o esvaziamento da política somada à colonização da economia, expressando as disputas entre a democracia e o neoliberalismo, entre o povo (soberania popular) e a elite (governo), bem como do nacional e do global.

Passaremos para o subtópico seguinte visando ampliar como os estudantes caracterizam a democracia no Brasil.

### 3.2.2 Caracterizando a Democracia brasileira sob o olhar dos estudantes universitários da FAGED/UFBA

O debate do apoio à democracia pode ser vinculado à questão relativa ao indicador de desempenho da atual democracia no Brasil. Quando questionados “Em relação ao funcionamento atual da democracia no Brasil, o que você diria?<sup>17</sup>”, temos a seguinte configuração:

**Gráfico 10** – Representação do percentual de satisfação com o funcionamento da democracia no Brasil.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

A questão da satisfação indica como os governantes estão atuando em relação às demandas da população, mais do que um indicador político partidarista como aprovação do governo. Trata-se de como anda a democracia, se funciona ou não, para as pessoas, o governo e a forma como se usa o poder (LATINOBARÓMETRO, 2021).

Os dados relativos aos estudantes envolvidos no estudo mostraram que apenas 2,8% está muito satisfeito e 7,5% está pouco satisfeito, totalizando **10,3% que demonstra algum grau de satisfação** com a atual democracia. Já em algum grau de insatisfação temos 31,8% não muito satisfeitos; e 57,9% nada satisfeitos, totalizando uma **insatisfação de 89,7%** dentre os estudantes universitários.

Tratando-se de América Latina, segundo Latinobarómetro (2021),

*Desde 2013 viene subiendo la insatisfacción con la democracia del 51% al 70% en 2020, después de alcanzar su punto más alto en 2018 con un 72%. Al mismo tiempo, solo un 49% apoya la democracia, es decir, hay un 23% de latinoamericanos (resta de 72-49) “insatisfechos” con una democracia a la que*

<sup>17</sup> A referida questão foi baseada e reproduzida desde a referência da pesquisa do LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 38.

*no apoyan. Esa es la mayor fuente de protesta para las democracias latino-americanas. (LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 38).*

Os dados evidenciam que o mal estar ocorre com os que governam, mais do que com as democracias em si. Dentre os países que apresentam maior satisfação com sua democracia está Uruguay (68%), El Salvador (46%) e República Dominicana (39%). Ainda, 13, dos 18 países envolvidos no levantamento, apresentam uma satisfação inferior a um terço da população (LATINOBARÓMETRO, 2021). Este é o caso do Brasil que apresenta um percentual de 21% de sua população referente à satisfação com sua democracia no ano de 2020.

Quando comparamos os dados da média brasileira da população, em relação à satisfação com a democracia, com índice de apenas 21% da população satisfeita, em 2020, observamos que essa média cai pela metade quando comparada à avaliação dos estudantes universitários brasileiros da amostra. Isto é, conforme os resultados da pesquisa, apenas 10,3%, dos estudantes demonstrou algum grau de satisfação.

Este dado é bastante interessante pois pode evidenciar a diferença, e importância, da ampliação da formação crítica de nossa população. Compreendemos que esse percentual bastante baixo de insatisfação com a democracia no Brasil na atualidade pode passar por um maior grau de acesso ao conhecimento, e maior criticidade, frente aos fatos da realidade do país.

Esta análise pode se apoiar em algumas das respostas, em questão aberta<sup>18</sup>, quando solicitados a explicar o motivo de sua avaliação sobre o funcionamento da democracia no Brasil. Observemos algumas, que expressam um certo predomínio das respostas, à esta questão:

Apesar de oficialmente termos a Democracia como regime político no Brasil desde o final do século passado, no momento atual do país, com olhar direto ao governo atual vigente (2018 - 2022), é notável a falta de respeito com as decisões e necessidades básicas da população brasileira. A falta de investimento nas principais áreas da sociedade (Saúde, Educação, Segurança Pública, apenas para citar algumas delas), escassez ou inexistência de políticas públicas voltadas aos mais que precisam, descontinuidade de programas públicos de transferência de renda, favorecimento de grupos e minorias político-partidárias em favor aos interesses pessoais e, essencialmente, com pleitos eleitorais (ainda mais marcado por conta do ano de eleição presencial de 2022), dentre outros absurdos, permeiam a justificativa para a resposta anterior, sintetizada como "nada satisfeito" em relação ao funcionamento atual da democracia no Brasil (Respondente 06).

---

18 Trata-se da questão 12 do questionário [12. Explique o motivo da sua avaliação na resposta da questão anterior. (Resposta Aberta / Longa)]. Destacamos que não tivemos como aprofundar a categorização e análise desta questão aberta devido aos limites de tempo e condições para esta sistematização.

A democracia no Brasil é pura fachada, existe apenas na hora das eleições. Depois disso, ficamos reféns das decisões deles, temos dificuldade de monitorar o trabalho de quem nós representamos e não podemos votar nas pautas que terão impacto nas nossas próprias vidas (Respondente 25).

As instituições que garantem o pleno funcionamento da democracia, isso é, os 3 poderes, o exército e as forças policiais estão profundamente corrompidos ou colaborando com facções criminosas ou a elite financeira, favorecendo a interesses desses e não da população (Respondente 45).

A democracia aparece de forma utópica, a participação política das cidades é quase uma ilusão, inexistente (Respondente 57).

O funcionamento da democracia no Brasil é uma vergonha. Enquanto as leis funcionam para alguns, punindo pessoas marginalizadas que historicamente lutam para sobreviver no país; os grandes empresários/políticos continuam ganhando poder e lucrando cada vez mais. Logo, é evidente que nem todos são vistos nem tratados como iguais perante as leis. São diversos motivos que mostram isso, como por exemplo, o golpe que Dilma sofreu tendo seu impeachment concretizado em 2016, enquanto o atual presidente que fez e faz absurdos, já tendo mais de 90 pedidos de impeachments contra ele e até agora nada. As leis no Brasil só funcionam quando convêm aos interesses da classe opressora (Respondente 68).

No Brasil vivemos numa pseudo democracia, vide um governo que sofreu um golpe de estado em 2016 (Respondente 71).

A participação popular nas decisões é mínima (Respondente 88).

Podemos perceber uma leitura e avaliação bastante crítica destas análises que são expressas com base em fatos políticos e sociais, decorridos nos anos recentes no Brasil, que podem explicar e justificar as respostas dadas à satisfação com a democracia brasileira.

Já vimos anteriormente, conforme Ballestrin (2018), que o Brasil teve sua democracia substancialmente esvaziada, sem que fosse formalmente extinta, tal como um dos traços fundamentais nos processos de desdemocratização contemporâneos. Na leitura da autora, o Brasil se mostra um exemplo de que as agendas neoliberal e neoconservadora, sendo contrariadas, podem provocar uma ruptura democrática com aparência democrática. Este contexto, caracterizado por Ballestrin (2018), pode caracterizar as razões para as avaliações da democracia brasileira, pelos universitários da amostra.

Nessa direção explicativa, também podemos retomar o estudo de Moisés (2008), já pontuado nesse trabalho, o qual investigou o grau de adesão dos brasileiros ao regime democrático. A análise abordou duas perspectivas, isto é, a democracia como um ideal ou como um sistema prático. O autor explica que tanto a tradição da cultura política, quanto o desempenho

das instituições públicas, podem influenciar nessa relação dos cidadãos com o regime democrático. Conforme o autor é mescla das orientações valorativas com as orientações pragmáticas que criam ambiente para a definição das atitudes e percepções intersubjetivas dos indivíduos frente ao regime político.

Para Moisés (2008), a qualidade da democracia influencia tanto a experiência, quanto a avaliação e a percepção das pessoas sobre as instituições democráticas. Esse fator pode reforçar as tendências da cultura política no Brasil de desvalorização das instituições de representação política, tal como partido e parlamento. No seu trabalho, o autor afirma a hipótese de que a variação dos índices de adesão à democracia, bem como de confiança política no país depende, tanto da cultura política como do funcionamento das instituições democráticas.

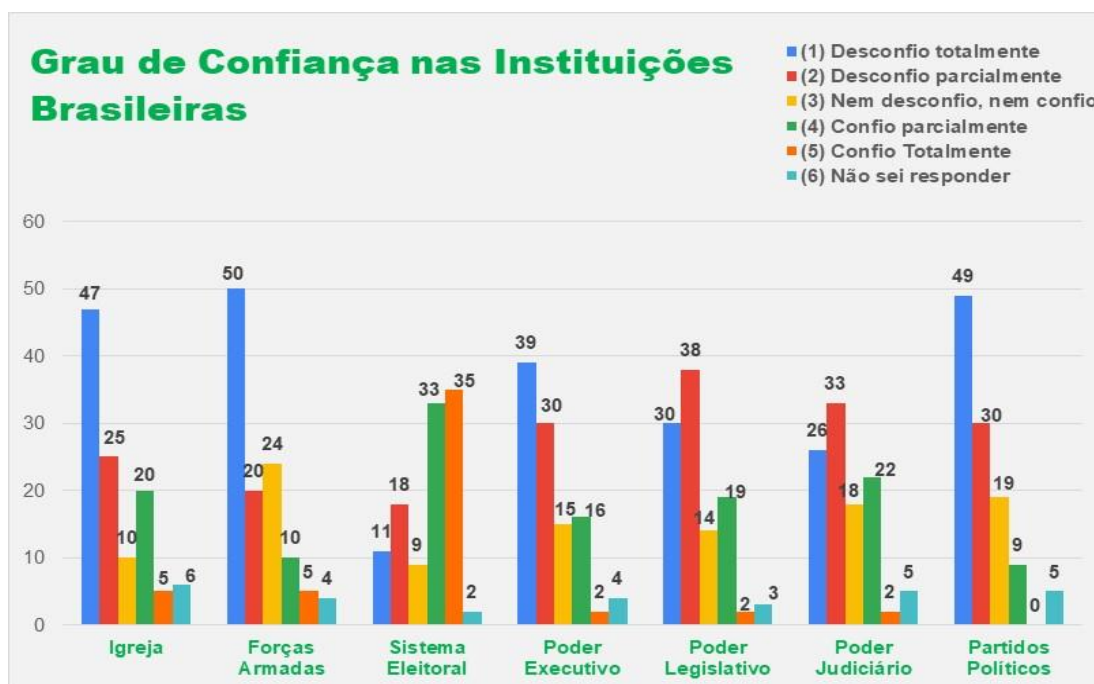
Essa explicação nos ajuda a compreender melhor as respostas anteriores sobre a avaliação da democracia, pelos estudantes universitários, e também pode contribuir para compreendermos os dados relativos à próxima questão, que trata do grau de confiança nas instituições brasileiras. As respostas da pesquisa, entre os universitários, também apontaram que o maior grau de desconfiança, total e parcial, está entre os partidos políticos; além de apresentar altos índices de desconfiança também ente os poderes executivos, legislativo e judiciário.

Vejamos isso na questão que tratou do grau de confiança nas instituições brasileiras: Q.13 - Indique na escala a seguir seu GRAU DE CONFIANÇA nas seguintes instituições brasileiras. Você deverá escolher APENAS UMA OPÇÃO POR COLUNA!<sup>19</sup>. Observemos o gráfico com as respostas sistematizadas:

---

<sup>19</sup> A referida questão foi baseada e reproduzida desde a referência da pesquisa do LATINOBARÓMETRO, 2021, p. 63.

**Gráfico 11** – Representação, em números, do grau de confiança nas instituições brasileiras



**Fonte:** dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Os dados acima indicam que, dentre os estudantes universitários participantes da pesquisa, os maiores graus de **desconfiança total** passam pelas instituições das **forças armadas [50]; partidos políticos [49] e igreja [47]**; seguidos por **poder executivo [39], poder legislativo [30], poder judiciário [26]**.

Já o **somatório de desconfiança total e parcial** evidencia que os partidos políticos são aqueles que apresentam a maior desconfiança entre os estudantes: **partidos políticos [79]; igreja [72]; forças armadas [70]; poder executivo [69]; poder legislativo [68]; poder judiciário [59]; por último, o sistema eleitoral [29]**.



**Tabela 5** - Grau de desconfiança, total e parcial, nas instituições brasileiras.

<b>DESCONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES</b>			
<i>Graus</i>	<b>Desconfio</b>	<b>Desconfio</b>	<b>Total</b>
<i>Instituições</i>	<b>totalmente</b>	<b>parcialmente</b>	
<b>Partidos Políticos</b>	<b>49</b>	<b>30</b>	<b>79</b>
<b>Igreja</b>	<b>47</b>	<b>25</b>	<b>72</b>
<b>Forças Armadas</b>	<b>50</b>	<b>20</b>	<b>70</b>
<b>Poder Executivo</b>	<b>39</b>	<b>30</b>	<b>69</b>
<b>Poder Legislativo</b>	<b>30</b>	<b>38</b>	<b>68</b>
<b>Poder Judiciário</b>	<b>26</b>	<b>33</b>	<b>59</b>
<b>Sistema Eleitoral</b>	<b>11</b>	<b>18</b>	<b>29</b>

**Fonte:** dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Por outro lado, o **grau de confiança**, considerando o somatório da confiança **total e parcial**, temos o sistema eleitoral, o maior grau de confiabilidade, e os partidos políticos com o menor somatório, entre os universitários: **sistema eleitoral [68]; Igreja [25]; poder judiciário [24]; poder legislativo [21]; poder executivo [18]; forças armadas [15]** e; por último, **partidos políticos [9]**.

**Tabela 6** - Grau de confiança, total e parcial, em números, nas instituições brasileiras.

<b>CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES</b>			
<i>Graus</i>	<b>Confio par-</b>	<b>Confio</b>	<b>Total</b>
<i>Instituições</i>	<b>cialmente</b>	<b>Totalmente</b>	
<b>Sistema Eleitoral</b>	<b>33</b>	<b>35</b>	<b>68</b>
<b>Igreja</b>	<b>20</b>	<b>5</b>	<b>25</b>
<b>Poder Judiciário</b>	<b>22</b>	<b>2</b>	<b>24</b>
<b>Poder Legislativo</b>	<b>19</b>	<b>2</b>	<b>21</b>
<b>Poder Executivo</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>18</b>
<b>Forças Armadas</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>15</b>
<b>Partidos Políticos</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>9</b>

**Fonte:** dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Destaca-se que o **menor índice de desconfiança** foi apresentado pelo **sistema eleitoral**, apresentando o menor número de 29 pontos na desconfiança total e ou parcial. Isso mesmo diante do fato de que o sistema eleitoral vinha sendo intensamente atacado no Brasil, durante o ano de 2022, pelo então presidente da república de extrema direita que visava desqualificar as instituições ligadas ao sistema eleitoral como Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao mesmo tempo, o **sistema eleitoral foi a que apresentou maior grau de confiança total [35] e parcial [33] alcançando 68 pontos** de confiança dentre as instituições analisadas.

Isto demonstra que, em tempo que enfrentou fortes tentativas de desqualificação, o sistema eleitoral brasileiro segue garantindo confiança de parte significativa da amostra, o que pode ser resultado também de um sólido histórico de qualidade e confiança que esta instituição possui no Brasil.

Segundo Latinobarómetro (2021), a América Latina é a região mais desconfiada da terra, ao ser comparado com a África, Ásia e países árabes, desde a comparação com o Estudo Mundial de Valores (*World Value Survey*) e com os Barômetros de Opinião (*Global Barometers*).

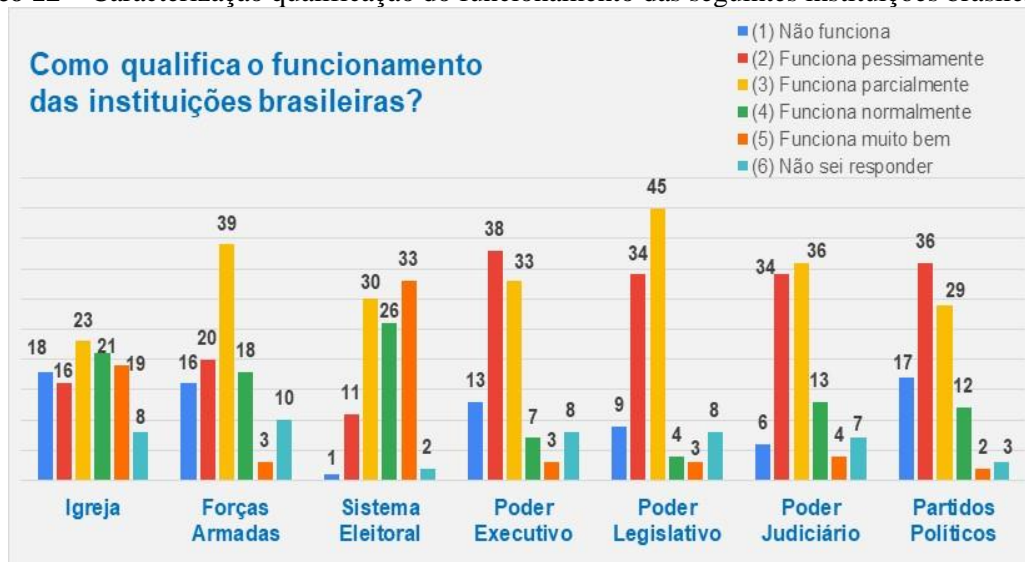
Os números que indicam o somatório da **confiança total e parcial** indicam que a **igreja** apresentou **61%**; as **forças armadas 44%**, a **política com 36%**, o **presidente, 32%**; a **instituição eleitoral 31%**. Enquanto isto, outras quatro instituições importantes da democracia aparecem no final da lista com governo [27%]; poder judicial [25%]; parlamento [20%] e partidos políticos [13%].

No informe do Latinobarómetro (2021) sobre a confiança nestas instituições na América Latina, observamos o que parece ser uma razão inversa em comparação ao resultado da amostra entre estudantes universitários da FACED/UFBA pois, no que diz respeito ao sistema eleitoral, este aparece em primeiro lugar na preferência de confiança. Enquanto a instituição eleitoral, na média latino-americana aparece em quinta colocação na ordem de preferência.

Outra diferença abrupta em relação à confiança foi a colocação das forças armadas que está em segundo lugar, em grau de confiança, na média latino-americana em contraposição ao penúltimo lugar dentre a confiança dos universitários brasileiros. Na colocação comparativa, em relação ao grau de confiança nas duas amostras; se aproximam em posição de escolha as instituições como a igreja; colocada em primeiro lugar nos dados latino americanos e segundo lugar entre os estudantes. Já o grau de confiança em relação aos partidos políticos é semelhante, tanto na média das pesquisas com a população latino-americana quanto entre os universitários, estando em último lugar em ambas amostras.

Passando para outro tema que envolve a qualidade de funcionamento das instituições brasileiras, parece predominar uma avaliação de que estas funcionam péssima ou parcialmente. Vejamos a seguir:

**Gráfico 12** – Caracterização qualificação do funcionamento das seguintes instituições brasileiras.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Na análise comparativa em relação à avaliação do mau funcionamento (péssimamente ou parcialmente), observamos que os maiores índices de mau funcionamento estão colocados para o parlamento brasileiro, sob a forma dos poderes legislativo, executivo e judiciário, bem como aos partidos políticos e as forças armadas. Já o sistema eleitoral e a igreja aparecem com os menores indicativos de mau funcionamento.

**Tabela 7** - Caracterização da qualidade do mau funcionamento das instituições no Brasil.

<i>Instituições</i>	<i>Graus</i>	Funciona péssimamente	Funciona parcialmente	Total
<b>Poder Legislativo</b>		<b>34</b>	<b>45</b>	<b>79</b>
<b>Poder Executivo</b>		<b>38</b>	<b>33</b>	<b>71</b>
<b>Poder Judiciário</b>		<b>34</b>	<b>36</b>	<b>70</b>
<b>Partidos Políticos</b>		<b>36</b>	<b>29</b>	<b>65</b>
<b>Forças Armadas</b>		<b>20</b>	<b>39</b>	<b>59</b>
<b>Sistema Eleitoral</b>		<b>11</b>	<b>30</b>	<b>41</b>
<b>Igreja</b>		<b>16</b>	<b>23</b>	<b>39</b>

Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Em contraponto, a avaliação das instituições relativa ao funcionamento normal ou muito bem, ocorre uma espécie de inversão destacando-se o sistema eleitoral em primeiro lugar e a igreja em segundo lugar. Já as forças armadas aparecem bem avaliadas quanto ao seu funcionamento colocada em terceiro lugar, porém com apenas um terço da pontuação comparado ao sistema eleitoral. Vejamos na tabela a seguir.

**Tabela 8** - Caracterização da qualidade do bom funcionamento das instituições no Brasil.

<i>Instituições</i>	<i>Graus</i>	<b>Funciona normalmente</b>	<b>Funciona muito bem</b>	<b>Total</b>
<b>Sistema Eleitoral</b>		<b>26</b>	<b>33</b>	<b>59</b>
<b>Igreja</b>		<b>21</b>	<b>19</b>	<b>40</b>
<b>Forças Armadas</b>		<b>18</b>	<b>3</b>	<b>21</b>
<b>Poder Judiciário</b>		<b>13</b>	<b>4</b>	<b>17</b>
<b>Partidos Políticos</b>		<b>12</b>	<b>2</b>	<b>14</b>
<b>Poder Executivo</b>		<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>
<b>Poder Legislativo</b>		<b>4</b>	<b>3</b>	<b>7</b>

Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Ao observarmos os últimos dados encontrados, que abordam os números acerca do grau de confiança nas instituições brasileiras; e a caracterização qualificação do funcionamento das seguintes instituições brasileiras; observamos que o partido político é a instituição que tem o menor grau de confiança entre a amostra de universitários. Ao mesmo tempo, o sistema eleitoral brasileiro foi o que apresentou o maior grau de confiabilidade entre as instituições analisadas. Ainda no somatório total e parcial de desconfiança, os partidos políticos novamente se apresentam como a instituição que tem o maior grau de desconfiança entre os estudantes.

Ainda, na avaliação dos estudantes sobre a qualidade do funcionamento das instituições brasileiras, tanto o parlamento brasileiro como os partidos políticos estão entre as instituições apontadas com o maior índice de mau funcionamento, isto é, de forma parcial ou péssima.

Diversos fatores podem estar atrelados a este tipo de avaliação. Entendemos que as argumentações de Janine Riberio (2019), apresentadas anteriormente, podem contribuir com o início de algumas explicações. Este tipo de avaliação pode estar ligado ao histórico político do país que, para o autor, sempre dependeu de líderes autoritários, populistas e exaltados, elegendo

em 2018 um governo de extrema direita, com uma adesão dos setores políticos de direita, sem preocupação alguma com direitos humanos, ambientais, ou independência de sua política externa. Este pleito eleitoral também demonstrou enfraquecimento da esquerda democrática, em relação ao número de representantes eleitos, bem como o fortalecimento do número de representantes dos partidos conservadores.

Para Janine Ribeiro (2019), esse contexto, a partir de 2018, desequilibrou o quadro partidário brasileiro, o qual possui 30 partidos políticos, dos quais apenas três tiveram relevância nos últimos anos, sendo um de centro-esquerda, o PT; um de centro, o PSDB; e o terceiro, o MDB que atua para dar governabilidade e segundo os interesses corporativistas do momento.

Para o autor, a história recente evidenciou a corrupção, o patrimonialismo e a desigualdade, enquanto um projeto meticulosamente elaborado de Estado. Assim, a desigualdade e a corrupção são existentes porque planejadas, tornando o país um sucesso na desigualdade, na exclusão social e na corrupção. Esse processo explicitou a redução das liberdades pessoais e políticas, os direitos sociais dos mais pobres, no âmago daquela que poderia ser a grande democracia dos trópicos.

O estudo de Paiva; Braga; Pimentel Jr. (2007), parece demonstrar que o quadro partidário brasileiro pode apresentar problemas bastante profundos. Os autores desenvolveram estudo com o objetivo de analisar os partidos desde o ângulo da representação, visando verificar em que medida os partidos políticos brasileiros têm sido instrumentos balizadores na formação da preferência eleitoral, bem como na estruturação do voto.

Dentre os achados da pesquisa, foi demonstrada a dificuldade do eleitorado de diferenciar os partidos. Conforme os autores, “(...) se em 2002 era possível observar a clivagem governo X oposição, esta desapareceu em 2006. Se o eleitorado não diferencia os partidos, torna-se difícil o estabelecimento de preferências partidárias minimamente consistentes para balizar a escolha eleitoral.” (PAIVA; BRAGA; PIMENTEL Jr., 2007, p. 405).

Assim, “Na medida em que os partidos políticos são instituições cruciais para o funcionamento da democracia representativa, os laços pouco estáveis entre os partidos e o eleitorado aqui verificados e a baixa confiança depositada naqueles, levam a ver com preocupação seu impacto a médio prazo para a legitimidade da ordem democrática” (PAIVA; BRAGA; PIMENTEL Jr., 2007, p. 405).

Enfim, os índices de avaliação acima, a respeito dos partidos políticos, certamente têm origem multifatorial e histórica. Poderíamos apontar, dentre um dos fatores dos anos recentes, por exemplo, seria o golpe parlamentar vivido pelo governo de Dilma Roussef (2011-2014; 2015-2016), em 2016, que sucumbiu os 54,5 milhões de votos que a elegeram, também pode ter sido um

fator que levou a extrema descrença e desconfiança, na política e nos sujeitos que a representam de forma direta, isto é, os partidos políticos.

Ou ainda, os fatores que observamos tais como um quadro partidário no Brasil extremamente difuso, com poucos partidos de expressão e representação nacional, com a maioria destes partidos atuando de forma intensamente corporativa com práticas políticas como lobbies e projetos ou emendas elaboradas visando defender interesses individuais e ou corporativos de setores da elite política, econômica, religiosa e ou armamentista. Essa expressão, conforme já abordamos, pode ser exemplificada através da chamada “Bancada BBB”.

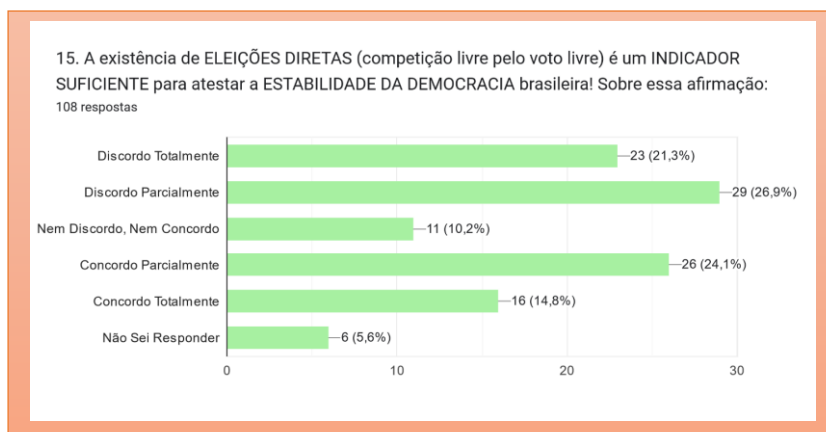
Enfim, o quadro partidário brasileiro vive tal situação de grande descrédito e preocupante nos últimos anos, apresentando baixos índices de credibilidade junto à opinião pública, apesar de deterem o monopólio das candidaturas eleitorais no país. Os índices de confiança social, entre as instituições, os partidos têm apresentado índices muito baixos e, geralmente, predominam nos últimos lugares, ou em último lugar, de confiança nas pesquisas realizadas. E este distanciamento parece não ser algo exclusivo do Brasil, tal como demonstram os dados referentes à América Latina. Ainda, o relatório sobre o índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 2002, que teve como tema central a Democracia, os partidos políticos tiveram índices de confiança menores do que a igreja, as forças armadas ou a televisão.

Destacamos que a amostra, composta por estudantes cursando o ensino superior, tem acesso às diferentes leituras críticas da realidade brasileira e foram espectadores atentos aos fatos políticos dos anos recentes no país, no interior das universidades públicas brasileiras.

Neste caso, a educação e a democratização da sociedade são processos reais, concretos e interdependentes, visto que educação e democracia estão inteiramente imbricadas, um não se transforma, ou pode se transformar, sem o outro, visto que são relações as dialéticas que fazem a mediação entre educação e a democratização social (FLORESTAN FERNANDES, 1989).

Ao tratarmos da questão de indicadores para atestar a estabilidade da democracia brasileira, perguntamos aos participantes da pesquisa se a existência de eleições diretas (competição livre pelo voto) é indicadora suficiente para a estabilidade da democracia. Sobre a questão, constatamos os seguintes resultados:

**Gráfico 13** – Indicadores da estabilidade da democracia no Brasil.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

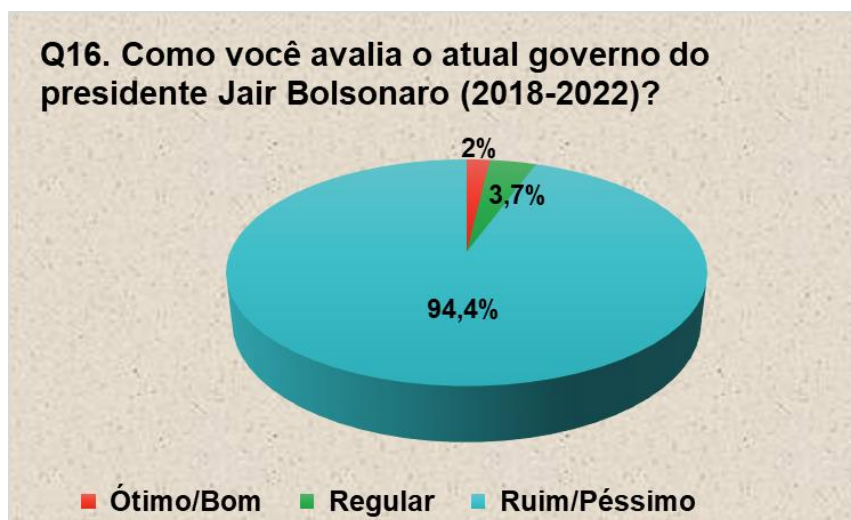
Observamos que o percentual de discordância [total e parcial] desta afirmação totaliza 48,2%, isto é, aproximadamente metade da amostra. Enquanto aqueles que concordam [parcial ou totalmente], que as eleições diretas são indicador suficiente para atestar a estabilidade da democracia, alcança 38,9%. Este último percentual pode ser considerado significativo.

Retomando o debate teórico acerca dos modelos de democracia, os dados tendem a nos indicar que aproximadamente metade da amostra discorda da afirmativa de que as eleições diretas são indicador suficiente para a estabilidade da democracia. Nesse sentido, esse dado pode nos dar elementos para aproximações com a concepção e um modelo participativo, na qual a forma de governos democrática requer a existência de uma sociedade participativa.

Já, aproximadamente 40% tendem a concordar [parcial ou totalmente] com a afirmativa de que a existência de eleições diretas é suficiente para garantia da estabilidade democrática no país. Assim, este dado pode nos indicar aproximações de uma concepção minimalista de democracia, a qual afirma as lideranças políticas como tendo um papel crucial na organização da vontade do eleitorado, já que toda ação coletiva necessita de uma liderança capaz de canalizar as preferências das pessoas em fatores políticos. Nesse caso, o processo eleitoral pode canalizar a vontade das pessoas para alcançar determinado resultado.

Outra questão<sup>20</sup>, colocada aos participantes, foi sobre a avaliação do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), na qual observamos que os resultados extrapolaram intensamente a média em relação às pesquisas com população brasileira em geral. Observemos o gráfico abaixo:

**Gráfico 14** – Avaliação do atual governo do Brasil referente ao ano da pesquisa em 2022.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora. Obs.: Foram considerados no gráfico apenas o percentual válido, desconsiderando-se as respostas nr/ns.

Esse resultado da avaliação do governo como ruim/péssimo demonstrou um percentual praticamente em dobro quando considerados resultados de pesquisas com a população do país em geral. Isso pode demonstrar a leitura bastante crítica dos estudantes universitários frente às práticas políticas daquele presidente e de seu desempenho na função de presidenciável.

No período em que o presidente Jair Bolsonaro havia completado três anos e três meses de governos, no mês de abril de 2022, a pesquisa Datafolha, que entrevistou a população do Estado de São Paulo com 16 anos ou mais, em abril de 2022, constatou que **49% dos entrevistados** avaliaram o governo como **ruim ou péssimo**; **23% como regular**; e **28% como ótimo ou bom** (DATAFOLHA, 2022).

Noutra pesquisa anterior de avaliação do governo Bolsonaro, realizada de 13 a 15 de **dezembro de 2021**<sup>21</sup>, o presidente atingia a pior avaliação de seu mandato. Nesta foram ouvidas

<sup>20</sup> A questão “Q16. Como você avalia o atual governo do presidente Jair Bolsonaro (2018-2022)?” teve como referência a pesquisa de opinião do Instituto de Pesquisas Datafolha, à qual será tomada como referência para análise comparativa em relação à amostra deste trabalho.

<sup>21</sup> KAYE, Gustavo. Datafolha: **Bolsonaro mantém pior avaliação do governo, com 53% de reprovação**. Rio de Janeiro, 17 dez. 2021. Disponível em: <https://www.agendadopoder.com.br/politica/datafolha-bolsonaro-mantem-pior->



3.666 pessoas, em pesquisa realizada em 191 cidades do país. Conforme os resultados da pesquisa, os entrevistados consideraram o governo **como ótimo/bom** foi de **22%**; enquanto **24% como regular**; e **53% como ruim/péssimo**. Já os demais 1% não opinou.

Já na última pesquisa de avaliação Datafolha, realizada nos dias 19 e 20 de **dezembro de 2022**<sup>22</sup>, com 2.026 brasileiros maiores de 16 anos, em 126 municípios brasileiros, foram **39%** aqueles que avaliaram **como ótimo/bom**; **24% como regular**; e **37%** avaliaram **como ruim ou péssimo**.

Destacamos que esta pesquisa realizada em dezembro de 2022 os dados podem ter se apresentado melhores, quando comparados aos de dezembro de 2021, visto estarmos num período de grande esforço, realizado pelo então presidente Jair Bolsonaro, no sentido de promover ações, vinculadas às políticas sociais, intencionalmente para beneficiar diferentes setores da população, em busca de sua reeleição ao cargo de presidente<sup>23</sup>.

Este período antecedia o pleito eleitoral, que ocorreria em outubro de 2022, e passou a ser um período no qual a máquina do Estado brasileiro foi intensamente voltada aos esforços de reeleição do então presidente.

Podemos citar o intenso uso da máquina pública ações como o orçamento secreto distribuindo bilhões em verbas a parlamentares aliados para utilização em seus redutos locais; ampliação do Auxílio Brasil com aumento do valor para R\$600,00 até dezembro de 2022; criação de benefícios para taxistas e caminhoneiros pago entre agosto e dezembro de 2022; dentre outras coisas (BRASIL DE FATO, 2022).

Acerca dos dados gerais, apresentados neste tópico, temos acordo com a análise da realidade brasileira de Janine Ribeiro (2019). Para o autor, com o regresso do Brasil nos três anos

---

[avaliacao-do-governo-com-53-de-reprovacao/?gclid=Cj0KCCQiA3eGfBhCeARIsACpJNU\\_Q3UNOQTEPIdeMf-YfIVHmb\\_oMFY0RnY2KKcTENvo-iW9LvD3QwjcaAkV0EALw\\_wcB](https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/12/30/datafolha-divulga-ultima-pesquisa-de-avaliacao-do-governo-jair-bolsonaro.ghtml). Acesso em: 22 fev. 2023.

<sup>22</sup>Dados do Instituto de Pesquisas Datafolha disponíveis em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/12/30/datafolha-divulga-ultima-pesquisa-de-avaliacao-do-governo-jair-bolsonaro.ghtml>.

Acesso em: 22 fev. 2023.

<sup>23</sup> Em matéria da BBCNews Brasil, Thais Carrança (2022) destacava: “Jair Bolsonaro (PL) é o primeiro presidente brasileiro a não ser reconduzido ao cargo desde que foi aprovada a emenda constitucional que permitiu a reeleição, em 1997. O presidente, no entanto, não poupou esforços na tentativa de se manter no poder, tendo emendado a Constituição para permitir a manutenção de um "estado de emergência" no ano eleitoral, que possibilitou a criação de uma série de benefícios sociais e a realização de despesas acima do permitido pelo teto de gastos — regra que limita o crescimento do gasto do governo à inflação do ano anterior. Em busca da reeleição, o governo distribuiu bilhões de reais a parlamentares através do chamado "orçamento secreto", reduziu impostos sobre combustíveis, ampliou o Auxílio Brasil para R\$ 600 e o Vale Gás, e criou benefícios para caminhoneiros e taxistas.”

que sucederam o golpe parlamentar, ocorrido em 2016, tivemos a sensação que o país se tornou terra arrasada, na qual as esperanças cederam lugar a ilusões perdidas.

Nesse contexto, a política também se tornou um problema, acentuando a aversão aos políticos. Contudo, a contradição se explicita já que os eleitores condenam os políticos por seus fracassos dos últimos anos, mas, ao mesmo tempo, chamam os mesmos políticos no momento de enfrentar e resolver os problemas sociais.

Para o autor, uma sociedade que se apresenta mal politizada acaba por reduzir a política aos políticos, aos profissionais. Assim, não pensa que a política é aquilo que ela, ou o que todos fazem, quando se caracterizam como cidadãos reais; mas terceiriza a política e, conseqüentemente, resta-lhe apenas a opção de decepcionar-se com ela. Para Janine Ribeiro (2019), ou os cidadãos se apoderam da política, empoderando-se politicamente, ou esta jamais os satisfará, restando sempre a frustração.

### **3.2.3 A Atuação e Participação Política – caracterizando a prática política/democrática dos estudantes universitários da FAGED/UFBA: sobre ativismo, participação, políticas públicas, voto nas últimas eleições**

A parte da pesquisa relacionada ao levantamento da atuação e participação política dos estudantes pode evidenciar alguns dados interessantes.

Inicialmente foi questionado se o estudante é ativista ou participante de algum tipo de movimento social ou político, com resposta única entre sim ou não. Rapidamente destacou-se o resultado de que 81,5% da amostra respondeu que não é filiado, ativista ou participa de movimento social ou político partidário, como centros acadêmico, partido político, associação de bairro, igreja, coletivos culturais, movimento social, etc. Observemos esse dado graficamente a seguir:

**Gráfico 15** – Percentuais de participação e ou ativismo da amostra.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

O percentual de 19,4%, que respondeu sim a essa questão, informou que os partidos/organizações coletivas aos quais eram filiados/militantes estavam: partidos políticos [Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido dos Trabalhadores (PT); Juventude Socialista do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), União da Juventude Socialista (UJS)] – 5 respondentes; Igreja [católica, evangélica] – 07 respondentes. As demais citadas, que tiveram uma citação cada, foram: Associação de Estudantes da Ilha de Itaparica; Associação de Bairro; Coletivo de Estudantes Quilombolas da UFBA; Centro Acadêmico; Coletivo Cultural; Movimento Social; Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA); Associação Quilombola; Casa do Mensageiro; Movimento Social de Casas Estudantis. Cabe destacar que, alguns dos respondentes, citaram mais de uma entidade/associação na qual tinha vínculos.

Em relação ao espectro ideológico da organização política, daqueles que afirmaram participar de organizações coletivas, praticamente todos responderam localizarem-se na extrema-esquerda [8,3%] e no centro-esquerda [8,3%]. Um dos estudantes localizou sua organização no espectro ideológico do centro [0,9%], conforme podemos ver na tabela abaixo.

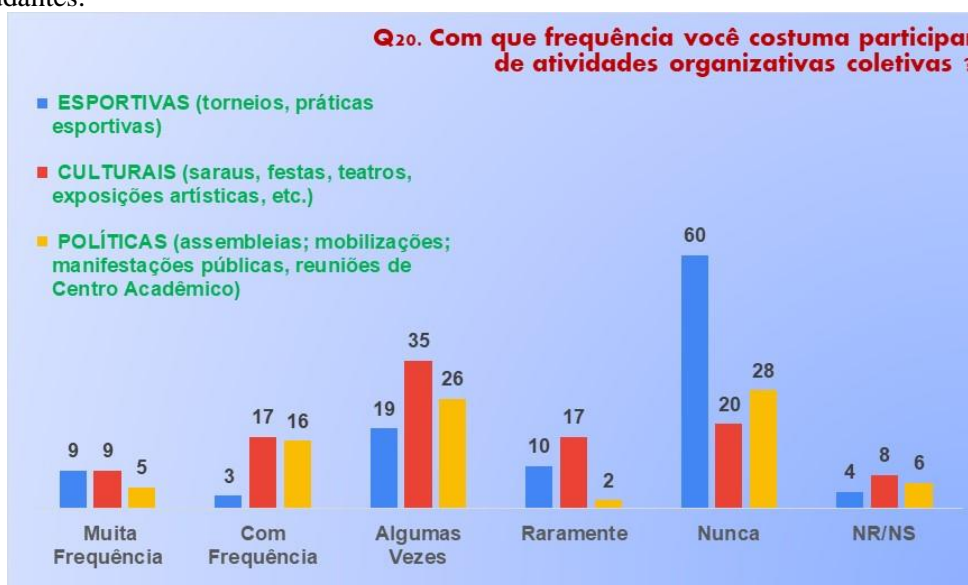
**Tabela 9** - Caracterização do espectro ideológico das organizações nas quais os estudantes participam

<b>Q19. Se você informou o nome de um partido/organização política, informe o espectro ideológico do/a mesmo/a</b>		
<b>1. Extrema-esquerda</b>	<b>8,3%</b>	<b>9</b>
<b>2. Centro Esquerda</b>	<b>8,3%</b>	<b>9</b>
<b>3. Centro</b>	<b>0,9%</b>	<b>1</b>
<b>4. Centro Direita</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>
<b>5. Extrema Direita</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>
<b>9. nr/ns</b>	<b>82,4%</b>	<b>89</b>
<b>Total Geral</b>	<b>100,0%</b>	<b>108</b>

Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Ao serem questionados sobre a frequência na qual os estudantes costumam participar das atividades organizativas (esportivas, culturais ou políticas) na universidade é possível observar um baixo índice de participação, conforme segue:

**Gráfico 16** – Caracterização da frequência de participação em atividades coletivas dos estudantes.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora. **Obs:** (1) Com **Muita Frequência** = toda semana; (2) **Com Frequência** = pelo menos uma vez ao mês; (3) **Algumas Vezes** = pelo menos uma vez ao semestre; (4) **Raramente** = 1 ou 2 vezes durante o curso todo).

O gráfico demonstra que apenas **23 estudantes** participam de diferentes modalidades de atividades **com muita frequência**. Já a participação pelo menos uma vez ao mês – **com frequência**, aumenta para **36 estudantes** respondentes. A participação em **pelo menos uma vez ao semestre** ampliou para **80** sinalizações da amostra. A **participação rara**, que trata de 1 ou 2 vezes durante todo o curso, foi sinalizada por **29 estudantes** e todos os **108** estudantes apontaram **nunca participar**, de algumas de **alguma das três modalidades**, ao longo do curso, sejam as esportivas [60]; culturais [20] e ou políticas [28].

Com estes dados observamos que o maior grau de engajamento em participação se deu na frequência de pelo menos uma vez por semestre dentre as três modalidades esportivas [19], culturais [35] e políticas [26]. Nos chama também a atenção o alto índice indicativo em relação aos estudantes nunca participarem de alguma das modalidades.

Talvez o índice mais elevado de nunca ter havido participação em atividades esportivas ao longo do curso, com 60 indicações, pode ser observado pela baixa cultura esportiva, tanto na cidade quanto na própria universidade, na qual observamos uma baixa mobilização e incentivo aos estudantes para as práticas esportivas, ou a existência de projetos de extensão para a prática e ou aprendizagem das práticas corporais.

Soma-se a isso a falta de instalações esportivas na universidade, a qual conta apenas com um centro esportivo que possui quadras de cimento a céu aberto, um campo com pista de atletismo, e uma quadra de areia para a prática do voleibol, além de uma sala básica para as aulas de musculação. A universidade não conta com ginásio fechado, não possui piscina própria, espaços adequados para a prática de ginástica ou quadras de qualidade que possam permitir a prática permanente de atividades corporais e esportivas. O próprio curso de Educação Física, também lotado na Faculdade de Educação, tem sido impactado diretamente com a falta de instalações, ao longo dos anos, no que diz respeito ao desenvolvimento do trabalho pedagógico para a formação de professores da área com a qualidade necessária.

Os dois últimos dados apresentados acima, levantando se o estudante é ativista ou participante de algum tipo de movimento social ou político; ou sobre a frequência na qual os estudantes costumam participar das atividades organizativas (esportivas, culturais ou políticas) na universidade, nos levam a reforçar alguns dos debates dos autores apresentados neste trabalho.

Entendemos que os espaços sociais, particulares e singulares, como a universidade, pode expressar um grau do comportamento dos indivíduos, na totalidade social na qual o sujeito está inserido. Assim, não há analisar a expressão deste comportamento, sem relacioná-lo com a

questão da possível mudança, na democracia contemporânea, do caráter dos partidos políticos que corresponde a uma transformação da democracia de representativa para plebiscitária.

Conforme nos explica Urbinati (2013), a democracia contemporânea tem se demonstrado como um novo plebiscitarismo de audiência, que agrega um aglomerado de indivíduos partícipes de um ator não coletivo, que vive no seu espaço doméstico privado, e atua apenas como receptor ou espectador de um espetáculo, recitado por personagens políticos e, ao mesmo tempo, encenado por técnicos da comunicação midiática (URBINATI, 2013).

Nesta nova configuração, atribui-se grande importância conquistada pelos meios de comunicação, também em suas formas transnacionais, com monopólios que aprofundam uma versão plebiscitária da democracia de audiência. O impacto antidemocrático tem sua expressão através da perda dos eleitores das possibilidades de formação de juízos críticos, já que tomam postos de meros espectadores. Com isso assistimos a política se tornar mais vulnerável sob uma democracia menos democrática (URBINATI, 2013).

A relação que fazemos com amostra da pesquisa, na qual 80,6% afirma não ser afiliado, ativista ou participar de algum movimento social, ou partido político, pode evidenciar a expressão do que Urbinati (2013) caracteriza como erosão do partido-organização, não com o seu fim em si, mas o fim enquanto uma organização que visava uma inserção na sociedade, em busca da construção de um consenso e da afirmação de um projeto. Em oposição, o declínio dessa forma de partido evidenciou a expressão do partido na sua forma eleitoralista, dedicado exclusivamente à reprodução em si mesmo, interno às instituições, como reproduzidor da classe política.

Os dados que demonstram também os baixos índices de participação dos estudantes, em relação às atividades esportivas, culturais ou políticas, torna-se bastante preocupante e pode reafirmar as tendências de estarmos vivendo uma democracia nas formas de um plebiscitarismo de audiência já que, é através da participação local que o indivíduo pode ‘aprender a democracia’, numa pequena escala, na qual o povo pode ter alguma possibilidade de aprender a exercitá-la em escalas sociais maiores (STUTART MILL apud PATEMAN, 1992). Conforme exposto pelos autores, na discussão teórica dos modelos de democracia, a participação pode ter um efeito de integração e contribuir na aceitação das decisões coletivas, e tem como principal função o processo educativo para aquisição de práticas de habilidade e procedimentos democráticos.

Em relação à organização coletiva dos estudantes e a participação dos mesmos na fomentação destas entidades como os centros acadêmicos, observamos que se expressa entre

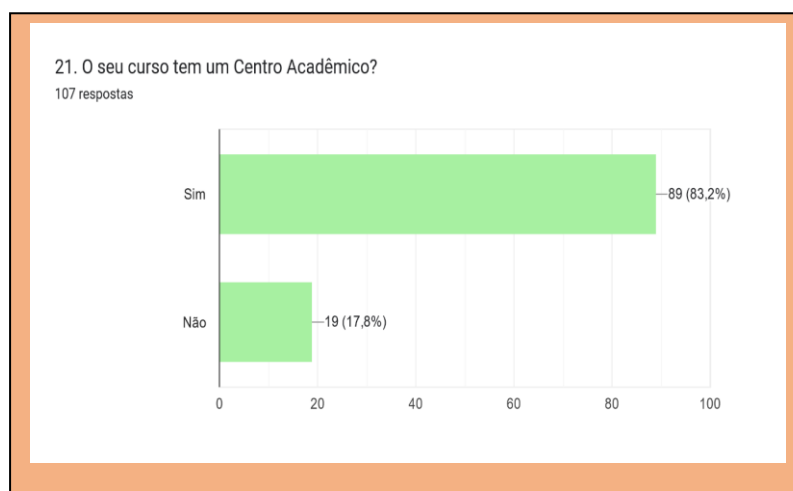
uma pequena parcela dos estudantes o desconhecimento sobre a existência, ou não, de centro acadêmico no seu curso.

Na atual configuração sobre a existência de centro acadêmico, em relação aos quatro cursos existentes na FACED/UFBA consta que apenas três cursos – Ciências Naturais, Pedagogia Diurno e Pedagogia Noturno – possuem a entidade organizada. Já o curso de Educação Física, possui apenas uma associação atlética e teve seu Centro Acadêmico fechado nos últimos anos. Porém este foi reativado em 2021, o qual talvez ainda não esteja com atividades rotineiras e tenha ainda sua existência desconhecida por parte de alguns estudantes.

Contudo, observamos um percentual significativo de estudantes, dos diferentes cursos, que afirmam desconhecer a existência de Centro Acadêmico. Enquanto a maioria dos estudantes de Educação Física, que teve recentemente sua entidade reativada, afirmaram a sua existência.

Já, a associação atlética do Curso de Educação Física pode estar sendo vista, pelo coletivo de estudantes do curso, como sendo também uma representação de centro acadêmico. Já os cerca de 10 estudantes que afirmam não existir centro acadêmico nos outros três cursos, parecem desconhecer a existência dessa entidade coletiva e suas ações. Observemos os dados a seguir, na forma gráfica que se configura desconsiderando as respostas “9. ns/nr”.

**Gráfico 17** – A existência de Centro Acadêmico no curso a partir da visão dos estudantes.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Já essa distribuição panorâmica, por curso, está assim caracterizada:

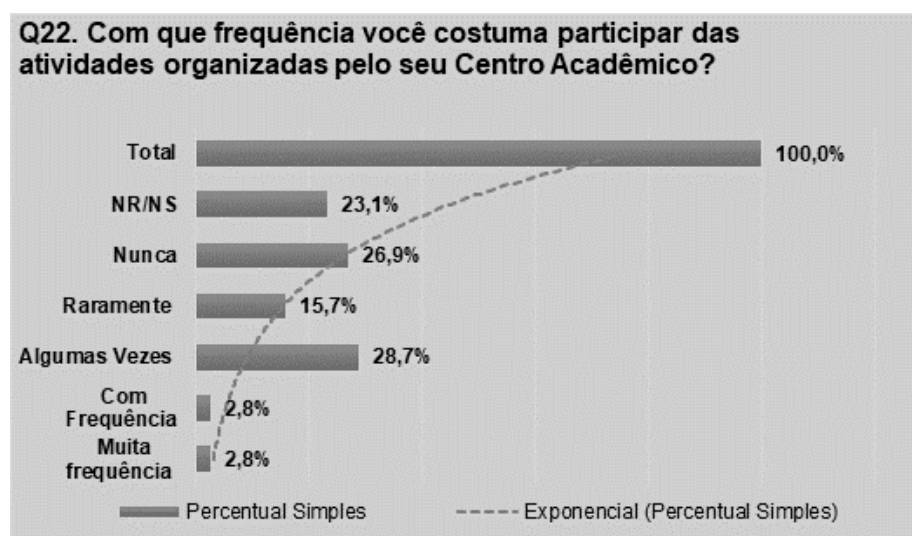
**Tabela 10** - Caracterização do conhecimento dos estudantes sobre a existência de centro acadêmico.

Q21. O seu curso tem um Centro Acadêmico?	1. Educação Física	2. Ciências Naturais	3. Pedagogia Diurno	4. Pedagogia Noturno	Total Geral
Sim	25% [27]	7,4 [8]	43,5% [47]	5,5% [6]	81,4% [88]
Não	7,4% [8]	1,8% [2]	6,4% [7]	0,9% [1]	16,6% [18]
nr/ns	0,9 [1]	0,0%	0,9% [1]	0,0%	1,8% [2]
Total Geral	33,3 [36]	9,2% [10]	50,9% [55]	6,4% [7]	100% [108]

Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Ao serem questionados sobre a frequência em que costumam participar das atividades organizadas pelo seu centro acadêmico, observamos o seguinte percentual, considerando apenas o percentual simples.

**Gráfico 18** – Frequência de participação em atividades organizadas pelo Centro Acadêmico



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora. **Obs:** (1) Com **Muita Frequência** (toda semana); (2) **Com Frequência** (pelo menos uma vez ao mês); (3) **Algumas Vezes** (pelo menos uma vez ao semestre); (4) **Raramente** (1 ou 2 vezes durante todo o curso).

A predominância da participação em **algumas vezes**, isto é, pelo menos uma vez ao semestre – **28,7% [31]** - nas atividades organizadas pelo centro acadêmico, já nos anuncia um percentual significativo de baixa participação. Ainda, quase a metade do percentual simples, totalizando **42,6%** estão distribuindo entre aqueles que **nunca** - 26,9% [29], ou **raramente** – 15,7% [17] participam.

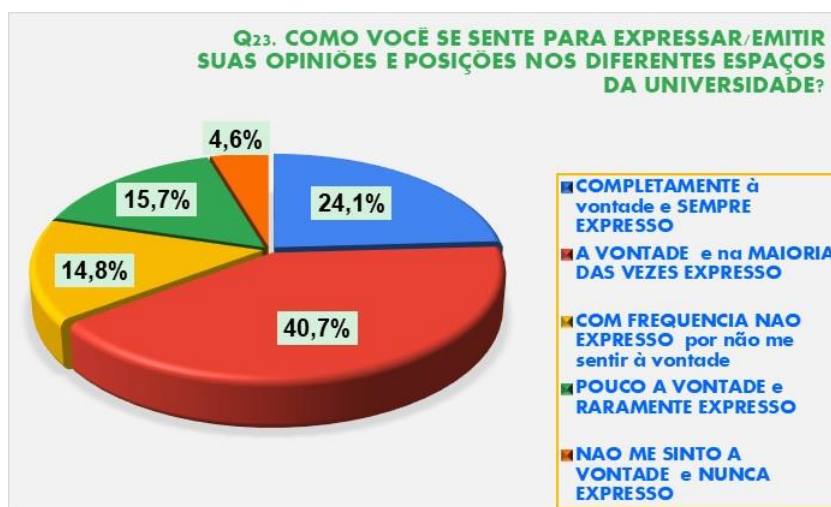


Já a **participação com frequência** – 2,8% [3] – e **de muita frequência** – 2,8% [3] somam **5,6%** caracterizando um baixo índice de participação efetiva dentro a amostra da pesquisa no que trata de ações coletivas promovidas pelos centros acadêmicos dos cursos envolvidos na amostra.

Noutra questão colocada aos estudantes, lhes foi perguntado como eles se sentem para expressar e ou emitir opiniões nos distintos espaços da universidade. As respostas foram positivas com um total de **64,8%**; dentre aqueles que **se sentem completamente à vontade e sempre se expressam** [24,1%] somados aos que **se sentem à vontade e se expressam na maioria das vezes** [40,7%].

Já os estudantes **que com frequência não se expressão por não se sentirem à vontade** [14,8%]; aqueles que **se sentem pouco à vontade e raramente se expressam** [15,7%]; e aqueles que **não se sentem à vontade e nunca se expressam** [4,6%]; **totalizam um percentual de 35,1%** da amostra. Graficamente, os dados podem ser assim visualizados:

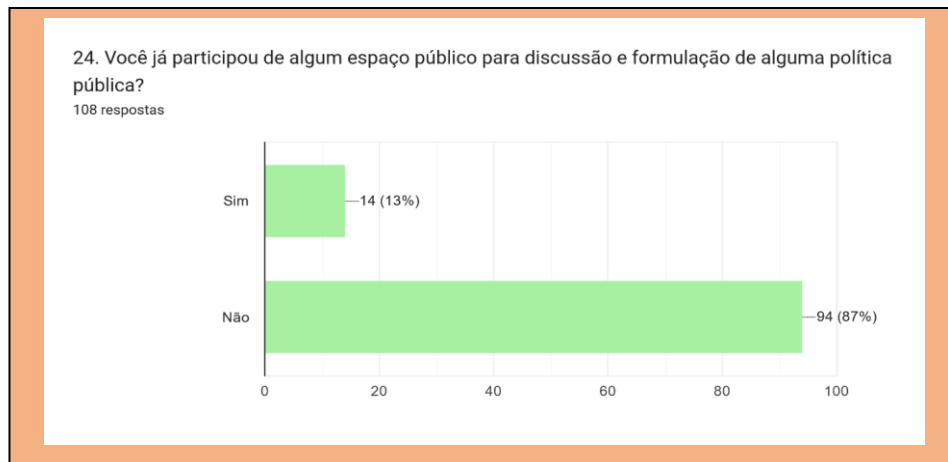
**Gráfico 19** – Percentual válido dos estudantes em relação a como se sentem para expressar suas opiniões na universidade.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

No debate sobre **a participação em espaços públicos**, para discussão e ou formulação de algum tipo de política pública, os dados mostraram que **87% dos entrevistados não passaram por tal experiência de participação**. Enquanto 13% da amostra afirma já ter participado de tal tipo de atividade. Os dados podem ser visualizados a seguir:

**Gráfico 20** – Percentuais de participação em espaços para elaboração de política pública.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

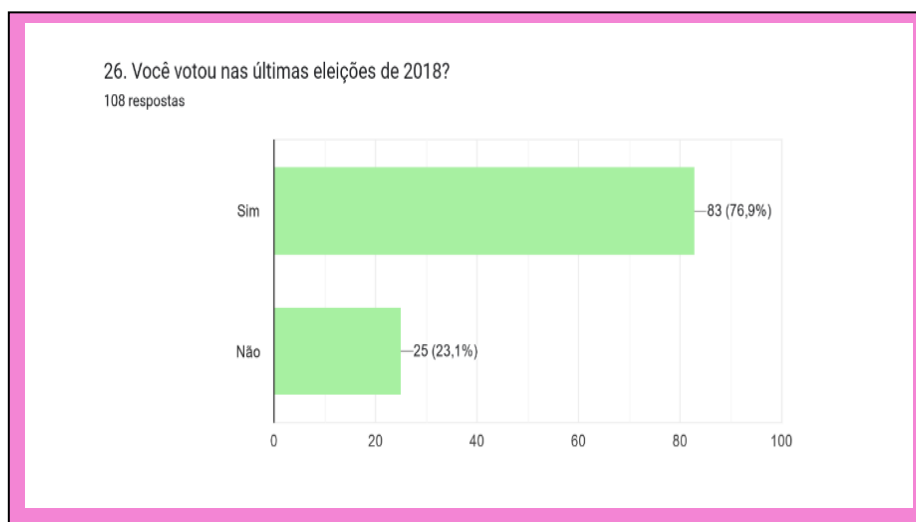
Aos que afirmaram ter participado, ainda foi questionado qual o tipo de espaço que participaram. Dentre o percentual dos 13% que afirmam ter participado de espaços públicos, para discussão e ou formulação de alguma política pública, destacamos duas modalidades, entre espaços na universidade e espaços sociais fora da universidade.

Na primeira categoria, dos espaços na universidade, temos as seguintes citações: fundação de diretório acadêmico durante o curso de graduação; representação estudantil junto ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) e reuniões do Colegiado do Curso; congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE); “política de cotas no aulão do Enem”; Projeto Universidade para Todos (UPT) da UNEB; congressos, simpósios, debates.

Em relação aos tipos de espaços extra universidade temos: “transporte público da minha cidade”; “reunião que acontece em minha aldeia”; Conselho de Saúde; sindicato, cooperativa; “Assembleia na Câmara dos Vereadores”; “política de saneamento básico”; e; “Participei de diversas reuniões para instalação do Centro De atendimento ao autista e também para promoção do meu projeto: cuidar de quem cuida que visa atender mulheres mães e cuidadoras de Pessoas com deficiência, principalmente autismo”.

Ao abordarem a questão da participação no último pleito eleitoral ocorrido no Brasil, em 2018, na resposta à questão se haviam votado, observamos que aproximadamente um quarto dos estudantes abstiveram-se de votar naquele ano:

**Gráfico 21** – Percentuais válido sobre a participação na eleição de 2018.



Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

Podemos observar um percentual significativo, em relação a abstenção do voto no pleito de 2018, com um total de **23,1% de estudantes que não participaram da votação**, por diferentes motivos.

O percentual de abstenção de 23,1% foi justificado por diferentes motivos. Dentre os que não participaram da votação em 2018, os motivos identificados que os levou a não votar foram:

**Tabela 11** - Caracterização dos motivos que levaram a não votar na eleição de 2018.

Q27. Se sua resposta anterior foi “não”, identifique o MOTIVO que o levou a NÃO VOTAR na última eleição de 2018?	Percentual	Números
Não possuía candidatos definidos e por isso não votei	0	0
Não acredito que meu voto possa mudar alguma coisa no país	0	0
Não estava com a documentação em dia	3,7%	4
Estava fora do meu município eleitoral	0,9%	1
Outros Motivos? Qual?	18,5%	20
Não se aplica.	76,9%	83
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>108</b>

Fonte: dados da pesquisa sistematizados pela autora.

No total dos 23,1% dos que não votaram, temos 3,7% [4] que não votou por não estar com a documentação em dia; 0,9% [1] pelo fato de estar fora do seu município eleitoral. Neste caso o percentual de 18,5% [20] do total dos não votantes assinalaram outros motivos para não terem votado, os quais não foram inquiridos aos participantes da pesquisa.

Esta taxa, dentre a amostra da pesquisa, apesar de ser uma aproximação de dados e pouco significativa, parece estar um pouco acima dos dados que mostram um aumento intenso de abstenção de participação nas eleições de 2018 dentre os brasileiros, já que os dados das eleições de 2018 demonstraram que 21,3% dos eleitores deixaram votar.

Nas eleições de 2018, os votos brancos nulos e abstenções alcançaram um recorde desde a redemocratização do Brasil. Nas eleições presidenciais de 1989, os brancos e nulos somaram 5,8% [4 milhões de pessoas], e as abstenções alcançaram 14,4% do eleitorado [aproximadamente 12 milhões].

No segundo turno das eleições de 2018, os votos **brancos e nulos somaram 9,5%** [11 milhões de brasileiros], ao passo que **21,3% dos eleitores** [31 milhões] **deixaram de ir votar**, abstendo-se de tal obrigação. O somatório atinge **30,8%, ou o total de 41 milhões de brasileiros dentre os votos brancos, nulos e abstenções, dentre os 147,3 milhões de eleitores aptos no país** (VEJA, 2018).

Tais números podem representar desconfiança e descrédito na política considerando todo o contexto político à época, de extrema polarização, falta de debates entre os candidatos e uma desqualificação do próprio processo da campanha entre os candidatos.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período de fechamento deste trabalho, durante o mês de julho de 2023, seguimos assistindo as complexidades, os desafios e a efervescência de nossa recente democracia brasileira. Mas nesse momento, cabe retomar nossa pergunta de pesquisa, bem como a hipótese do estudo para o exigido fechamento do presente trabalho.

Inicialmente, retomamos a questão sobre a práxis democrática brasileira, na atualidade, dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA que nos levou, no interior da teoria política, ao debate do estado da arte sobre o tema da crise da democracia no princípio do século XXI.

Os diversos estudiosos do tema parecem ter acordo de que os sistemas democráticos na atualidade passam por uma intensa crise, e destacam diferentes fatores causais, tais como: a intensificação das desigualdades sociais, oriundas das políticas neoliberais; a fixação da esquerda liberal ao multiculturalismo bem como às políticas identitárias; aumento de poder e importância às políticas de nacionalistas evangélicos e cristãos; a expansão de oligopólios de empresas midiáticas transnacionais; a difusão de ideais xenofóbicos de intolerância religiosa, racial, étnica ou de gênero; o racismo duradouro, a desigualdade neoliberal no norte global somada a imigração em massa do sul para o norte, intensificando ideologias de xenofobia do norte global; governos populistas que visam substituir o partido democrático pela democracia populista, que se baseiam na relação direta entre o líder e aqueles que o mesmo define como pessoas boas, somada a superlativa autoridade do público; e por políticas de parcialidade, não dissimuladas, supostamente direcionadas a uma ‘maioria’ parcial; dentre outros demais elementos.

No Brasil, centralmente no período de 2016-2022, tivemos experiências particulares, das crises pelas quais os sistemas democráticos tem passado. Em curto espaço de tempo, considerando o viés histórico, vivemos um intenso ataque às instituições democráticas como o ao sistema eleitoral e sistema judiciário; além de processos explícitos de ataques à imprensa e à algumas dimensões das liberdades políticas e civis; valorização da moralidade tradicional na sociedade; o incentivo ao armamento da sociedade civil através da aprovação de leis; relutância em aceitar a oposição; o aumento da corrupção e uso da máquina pública visando interesses corporativos; a intensificação de políticas neoliberais no campo econômico, demonizando o papel político e social do Estado e avançando com privatizações de empresas estatais; além de uma intensificação da destruição de políticas públicas na saúde – lembremos os dados citados no trabalho em relação à pandemia Covid-19 –; educação; meio ambiente; econômicas; agrícolas; de segurança, esporte e lazer, dentre outras.

Esta experiência histórica pode ter um viés de explicação, segundo o que vem ocorrendo nas democracias do mundo todo, conforme nos explicou Mounk (2019), que aponta dois acontecimentos aparentemente distintos. Um deles passa pelas preferências do povo que têm sido cada vez mais iliberais, frente aos eleitores que estão cada vez mais impacientes frente às instituições independentes e com menor tolerância aos direitos de minorias étnicas e religiosas. Esse fator se soma, ao segundo acontecimento no qual as elites têm assumido o controle do sistema político, tornando-o insensível às opiniões do povo, colocando em conflito o liberalismo e a democracia.

Os acontecimentos no Brasil, do último período, corroboram com a leitura de Brown (2019), sobre o fato de a racionalidade neoliberal ter preparado o terreno, para a busca de mobilizar e legitimar as forças antidemocráticas, nessa segunda década do século XXI. Concordamos com a autora quando afirma que a compreendermos das raízes e as forças da atual situação, é fundamental avaliar a cultura política e a produção subjetiva neoliberal, e não nos limitarmos a análise das condições econômicas que a geraram.

Exige avaliarmos que o avanço das formações políticas nacionalistas autoritárias brancas, teve suas origens, não apenas na raiva instrumentalizadas dos indivíduos, ressentidos racialmente e abandonados economicamente, mas vem sendo desenhada há três décadas através dos assaltos neoliberais à democracia, à igualdade e à sociedade.

Tais evidências teóricas, puderam ser observadas, em dados do estudo. Ao nos direcionarmos aos indivíduos da pesquisa, uma amostra de estudantes do ensino superior público brasileiro, estas reflexões teóricas nos remetem aos depoimentos de sua satisfação com a democracia, do qual 89,7% do total demonstrou graus de insatisfação em relação ao funcionamento da democracia no Brasil, e apenas 10,3% apresentou algum grau de satisfação.

Enquanto isso, a média da população brasileira, de acordo com os dados citados do Latinobarômetro (2021), anunciou que o Brasil está entre os países com o menor grau de satisfação, alcançando apenas 21% de sua população que afirma estar satisfeita com a democracia no país, em pesquisa referente ao ano de 2020. Isto quer dizer, ao mesmo tempo, que 79% da população brasileira, em média, estavam insatisfeitos com nossa democracia no ano de 2020.

As respostas abertas da amostra entre os universitários demonstram uma tendência de observar que a nossa democracia é uma “pseudo democracia”; é “pura fachada”; “aparece de forma utópica”; que seu “funcionamento é uma vergonha”; etc. Isto é, os dados tendem a se aproximar das análises dos autores citados no estudo.

Contudo, os resultados apontam que a práxis dos estudantes da FACED/UFBA se apresenta de forma contraditória, na sua unidade dos contrários. Ou seja, ao mesmo tempo em que os estudantes evidenciam uma análise bastante crítica da realidade brasileira, a partir da crítica aos elementos que compõem a democracia brasileira, observamos a ausência de uma prática político democrática desses sujeitos da amostra, com índices de participação política, e ou engajamento em grupos e ou coletivos organizados, extremamente baixos.

Os resultados tendem a nos mostrar que podemos estar vivendo um processo político transitório, de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência e a prática política aproxima do modelo democrático elitista, que essencialmente garante o direito de escolha de seus representantes através de eleições livres regulares.

Recuperando o pressuposto da pesquisa, entendemos que a práxis democrática, dos estudantes da FACED/UFBA, tende a se apresentar hegemonicamente próxima ao modelo de democracia elitista, conforme defendida por Joseph Schumpeter (1961), enquanto um sistema de garantia do direito de escolha de seus representantes, através dos processos de eleições livres regulares. Esta análise se baseia nos dados demonstrados pelo estudo.

Do mesmo modo, os elementos e fatos históricos demonstrados pela pesquisa, na história recente do Brasil, evidenciam o pressuposto de que o país pode estar vivendo um processo político transitório, passando de um sistema representativo democrático para a democracia de audiência, ou democracia de público. Isto é, reduzindo o sistema democrático a uma forma de plebiscitarismo, de baixa participação ativa; e com grande importância dada aos meios de comunicação dominantes, com seus monopólios, que intensificam a versão plebiscitária de uma democracia de audiência.

Ainda, os dados, somados aos elementos de análise teórica, mostram que esta democracia de audiência é acompanhada apenas de sujeitos espectadores, que não participam de nenhum espaço de tomada de decisão, mas apenas delegam as decisões aos seus representantes eleitos a cada novo período eleitoral. Tais processos tem intensificado a perda das pessoas de sua capacidade de formação de juízos críticos e tornando a política e a democracia mais vulneráveis e cada vez menos democráticas.

Caso essa constatação tenha realmente validade, estamos diante da necessidade histórica e urgente de que os sujeitos coletivos, colocados no campo político da esquerda brasileira, desenvolvam uma práxis que tenha como referência os grandes desafios colocados para as organizações populares da luta social.

Nesse sentido, trata-se de retomada de ações efetivas, referenciadas na construção de um projeto político para país balizado na igualdade social, humanista; que valorize os interesses coletivos acima dos individualistas, ou de setores vinculados ao mercado capitalista. Trata-se das diferentes organizações políticas, sujeitos coletivos de diferentes naturezas, que caracterizam os movimentos de luta social, retomem com urgência as práticas da formação política, da mobilização e da luta social, balizados por essa referência de projeto de país que enfrente os interesses da sociabilidade capitalista.

Trata-se da valorização, e não exploração, do trabalho humano; do acesso amplo e coletivo aos bens materiais gerais como alimentação, saúde, moradia, saneamento básico, educação, esporte e lazer, emprego, energia elétrica, comunicação, etc.

Os desafios para uma real democracia, conforme caracterizam os autores, mesmo diante dos limites e contradições da sociabilidade capitalista, estão postos na realidade do país, nas suas várias dimensões e possibilidades, não apenas ao sistema político. Entendemos que a natureza real da perspectiva democrática, necessita ser retomada, garantindo-se a igualdade de condições comuns a toda a população brasileira.

E ao perguntarmos sobre o futuro da democracia no mundo, e no Brasil, concordamos com Janine Ribeiro (2019), o qual destaca que não há mais democracia que não seja social, já que os direitos políticos nunca serão iguais se as pessoas não possuem igualdade de oportunidades e, isso, depende da configuração da sociedade. Ou seja, a democracia não se trata de um regime apenas do Estado, mas é também da sociedade.

Entendemos que a presente pesquisa apresentou algumas limitações, tal como o número de participantes da amostra e, até mesmo, um aprofundamento da análise e discussão dos dados ora apresentados. De qualquer modo, este trabalho se materializou com intensos aprendizados e reflexões que puderam andar a par e passo com o calor dos acontecimentos do país e na vivacidade dos fatos ligados à nossa jovem democracia.

Recomendamos possivelmente a ampliação deste tipo de estudo, com diferentes recortes populacionais, tal como este, com uma amostra entre estudantes universitários, ou demais setores sociais; visando estudos aprofundados, e comparados, que permitam contribuir com um maior, e melhor, entendimento das entranhas do sistema democrático brasileiro.

A fase histórica em que vivemos nos apresenta intensos desafios colocados à humanidade, às sociedades modernas e, particularmente, à sociedade brasileira. Um destes desafios nos leva a confrontar com qual o tipo, ou os tipos, de sistemas políticos, e suas formas de organização e



representação social, que poderão promover o desenvolvimento da espécie humana, sem que esta ameace a sua própria existência, bem como a existência dos demais seres vivos do planeta.

Cabe ao conjunto das sociedades contemporâneas a capacidade de decisão sobre qual caminho da encruzilhada deverá seguir em relação aos modelos de governos democráticos que melhor promova, às pessoas, o desenvolvimento de todas as suas potencialidades, no interior de uma sociedade que alcance a máxima do respeito, igualdade e democracia.

## REFERÊNCIAS

- APPADURAI, Arjun. Fadiga da Democracia. In: GEISELBERGER, Henrich. **A Grande Regressão** – Um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo, Estação Liberdade, 2019, p. 19-36.
- ALMOND, Gabriel a. & POWEL Jr., Bingham. **Uma Teoria de Política Comparada**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- ANTUNES, R. **Crise capitalista contemporânea e as transformações do mundo do trabalho. In: Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Capacitação em Serviço Social e Política social, módulo I. Brasília, CEAD, 1999, p. 19-31.**
- AGÊNCIA SENADO. **Branco dominam representação política, aponta grupo de trabalho. Disponível em : <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/26/brancos-dominam-representacao-politica-aponta-grupo-de-trabalho> . Acesso em 18 de out. 2022.**
- ARAÚJO FILHO, Valdemar F. de. **A Crise da Democracia Brasileira e os Limites dos Padrões de Incorporação Política Vigentes Durante do Governos do Partidos dos Trabalhadores**. In: Anais do 56º Congresso Internacional de Americanistas. Salamanca, Espanha, 15 a 20 de julho de 2018.
- BABBIE, E. A Ciência e as Ciências Sociais. In: **Métodos de Pesquisa de Survey**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999, p. 57-76.
- BALLESTRIN, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-americana de Ciência Política**, Pelotas, vol. 4, n. 2, 2018.
- BAQUERO, Marcello. **A pesquisa Quantitativa nas Ciências Sociais**. Série Graduação, n. 23, Porto Alegre, EDUFRGS, 2001, p. 28-81.
- BARBER, Benjamin R. **Democracy - participatory politics for a new age**. Los Angeles: University of California Press, 1984.
- BRAGA, Ruy e BIANCHI, Álvaro. **Depois de Junho: qual futuro para uma esquerda pós-petista?** In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia (orgs.). **Encruzilhadas da Democracia**. Porto Alegre, Zouk, 2017, p. 65-87.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo, Editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2023. **A Composição da Câmara** – Deputados que tomaram posse em 1o. de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/composicao-da-camara-2023/>. Consulta e 20 Jun. 2023.
- CANO, I. Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das Ciências Sociais no Brasil. **Sociologias**, v.14, n.31, p.94-119, 2012.
- CARRANÇA, Thaís. **Bolsonaro derrotado: 10 armas usadas sem sucesso na tentativa de reeleição**. BBCNEWS Brasil. São Paulo, 30 out. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63419897> . Acesso em: 23 fev. 2023.
- CODATO, Adriano Nervo. **O Golpe de 1964 e o regime de 1968: aspectos conjunturais e variáveis históricas**. Revista História: questões & debates. Curitiba, Editora UFPR, n. 40, p. 11-36, 2004.
- DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo, EDUSP, 1997.
- DATAFOLHA. **Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro**. São Paulo, abr. 2022. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2022/04/bolsonaro-e-reprovado-por-49-e-aprovado-por-28-em-sao-paulo.shtml> . Acesso em: 22 fev. 2023.
- DURAND PONTE, Victor M. **Determinantes e Consequências da Desconfiança no México**. In: MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e Confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: EDUSP, 2010, p. 243-272.
- FERNANDES, Florestan. A crise do ensino: contrastes do crescimento sem democracia – O novo ponto de partida. In: \_\_\_\_\_. **O desafio educacional**. São Paulo, Cortez: Autores Associados, 1989.
- FRIGOTTO, G. (org.). **Educação e Crise do Trabalho. Perspectivas de Final de Século**. Petrópolis/RJ, Vozes, 1998.

GZH. **Brasil teve 10% das mortes oficiais por covid-19 no mundo**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2023/05/brasil-teve-10-das-mortes-oficiais-por-covid-19-no-mundo-clhb5tf3o002l01jevg36l66u.html> . Acesso em: 01 jul. 2023.

IBGE/PNAD. **Rendimento de todas as Fontes 2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Brasília, DF, 10 jun. 2022. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjLhbS5wqn9AhX-GbkGHDhjDvoQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Flivros%2Fliv101709\\_informativo.pdf&usg=AOvVaw1ULqhKwRev4NjKsfoKTv4g](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjLhbS5wqn9AhX-GbkGHDhjDvoQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fbiblioteca.ibge.gov.br%2Fvisualizacao%2Flivros%2Fliv101709_informativo.pdf&usg=AOvVaw1ULqhKwRev4NjKsfoKTv4g) . Acesso em: 22 fev. 2023.

IDACE. **Estudo mostra o mapa da desigualdade da distribuição de terra no Brasil**. IDACE, Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.idace.ce.gov.br/2020/05/13/estudo-mostra-o-mapa-da-desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-brasil/#:~:text=O%20índice%20de%20Gini%20da,desigualdade%20do%20mundo%20neste%20t%20ema> . Acesso em 21 out. 2022.

INFOMONEY. **Classes D e E continuarão a ser mais da metade da população até 2024**. São Paulo, 26 abr. 2022. Caderno Desigualdade Social. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/classes-d-e-e-continuarao-a-ser-mais-da-metade-da-populacao-ate-2024-projeta-consultoria/> . Acesso em: 21 mar. 2023.

JANINE RIBEIRO, Renato. O Brasil Voltou Cinquenta Anos em Três. In: GEISELBERGER, Henrich. **A Grande Regressão** – um debate internacional sobre os novos populismos e como enfrentá-los. São Paulo, Estação Liberdade, 2019, p. 315-344.

LATINOBARÓMETRO. **Informe 2021**. Santiago, Chile, 2021. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp> . Acesso em: 03. abril 2022.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as Democracias Morrem**. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.

LESSA, S. **A ontologia de Lukács**. Maceió: EDUFAL, 1997.

MACIEL, Bruna. **A onda conservadora latina: eleições no Equador**. PET Relações Internacionais UNB. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <http://petrel.unb.br/destaques/132-a-onda-conservadora-latina-eleicoes-no-equador> . Acesso em: 22 fev. 2023

MANIN, Bernard. Metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 29, 1995.

MOISÉS, José Álvaro. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, Vol. 23, n. 66, 2008.

MIGUEL, Luis Felipe. Teoria Democrática Atual: esboço de mapeamento. **BIB**, São Paulo, n. 59, pp. 5-42., 1º. Semestre de 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. **A Democracia Elitista**. In: MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo, Unesp, 2014, p. 27-61.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia Fraturada: o golpe, os limites do arranjo concorrencial e a perplexidade a ciência política**. In: MIGUEL, Luis Felipe e BIROLI, Flavia (orgs. Encruzilhadas da Democracia. Porto Alegre, Zouk, 2017, p. 45-63.

MONTEIRO, M. M.; MOURA, J. T. Vaz de; LACERDA, A. D. F. Teorias da democracia e a práxis política social brasileira: limites e possibilidades. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n. 38, jan/abr 2015, p. 156-191.

MOTORYN, Paulo. **Bolsonaro usa máquina com pacote bilionário de 9 medidas eleitoreiras no 2º turno**. Brasil de Fato, Brasília, 15 out. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/15/bolsonaro-usa-maquina-com-pacote-bilionario-de-9-medidas-eleitoreiras-no-2-turno>. Acesso em: 23 fev. 2023.

MUNCK, Geraldo L. e LEFF, Carol Skalnik. Modos de Transição em Perspectiva Comparada. In: **Lua Nova**, n. 40/41, São Paulo, 1997.

MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

PAIVA, D.; BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL Jr. J. T. P. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Rev. Opinião Pública**, Campinas. Vol. 13, no. 2, nov. 2007, p. 388-408.

PARIZOT, Isabelle. A pesquisa por questionário. In: PAUGAM, S. (org). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 85-101.

PRZEWORSKI, Adam. Minimalist conception of democracy. In: SHAPIRO, Ian; HACKER-CORDON, Casiano. **Democracy's Value**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1999, p. 23-55.

SALES, Carla V. As Máscaras da Democracia: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos Dahlsianos. **Rev. Sociol. Política**, Curitiba, 24, p. 233-245, jun. 2005.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. São Paulo, Unesp, 2017.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. **Labirintos - dos gerais a nova república**. São Paulo, HUCITEC, 1996.

SANTOS, M. & GLASS, V. **Altas do Agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Böll, 2018.

SENADO NOTÍCIAS, 2022. **Bancadas do Senado estarão mais concentradas em 2023**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/31/bancadas-do-senado-estarao-mais-concentradas-em-2023> . Acesso em 12. mar. 2023.

SOARES, G. A. D. **O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil**. Sociologia, problemas e práticas, n. 48, p. 27-52, 2005.

STEPAN, Alfred. **O Corporativismo e o Estado**. In: STEPAN, Alfredo. Estado Corporativismo e Autoritarismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 71-98.

TATEMOTO, Rafael. Bancada BBB se reconfigura e pode ampliar influência nos próximos quatro anos. **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/12/bancada-bbb-se-reconfigura-e-pode-ampliar-influencia-nos-proximos-quatro-anos>. Acesso em 20 Out. 2022.

TSE. **Eleição Geral Ordinária 2022**. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultadoshttps://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados> . Acesso em mar. 2023.

TOKARNIA, Mariana. **Rendimentos de brasileiros caíram 8,7% no primeiro trimestre de 2022** - mulheres tiveram queda maior que os homens nos rendimentos efetivos. Agência Brasil, Brasília, 16 jun. 2022. Caderno Economia. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/rendimentos-de-brasileiros-cairam-87-no-primeiro-trimestre-de-2022> . Acesso em: 22 fev. 2023.

URBINATI, Nádia. **Da Democracia de Partidos ao Plebiscito da Audiência**. In: Lua Nova, São Paulo, Vol. 89, p. 85-105, 2013.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2006.

URBINATI, Nadia. **Me the People. How Populismo Transforms Democracy**. London, Englan, Harvard University Press, 2019.

VÁZQUESZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Praxis**. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.

VEJA. **Branços, nulos e abstenções batem recorde e somam 42 milhões de pessoas**. Revista Veja Online, São Paulo, 29 out. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/brancos-nulos-e-abstencoes-batem-recorde-e-somam-42-milhoes-de-pessoas/> . Acesso em: 25 fev. 2023.

## APÊNDICE A - Roteiro do questionário aplicado na pesquisa

### TEXTO DE APRESENTAÇÃO E TERMO DE CONSENTIMENTO E ESCLARECIMENTO AOS PARTICIPANTES

Este questionário é direcionado para discentes dos cursos de graduação da FACED/UFBA e faz parte da pesquisa **“A Democracia na Atualidade Brasileira: limites e desafios sob o olhar dos estudantes da Faculdade de Educação da UFBA”** e está vinculada ao Curso de Bacharelado em Ciência Política da UFBA.

Para responder ao questionário, leia o Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento indicando se concorda em participar da pesquisa.

### Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento

De acordo com os preceitos éticos da pesquisa, gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que **as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas de forma anônima, com o mais absoluto sigilo e confidencialidade**, de modo a preservar a sua identidade. As contribuições esperadas são fomentar a produção do conhecimento no campo da ciência política sistematizando dados para possíveis intervenções da comunidade acadêmica e social em geral.

(tempo médio de preenchimento: 10 minutos)

**Li o termo de Termo de consentimento e livre esclarecimento e aceito participar desta pesquisa \***

Sim  
Não

## QUESTIONÁRIO

### SESSÃO I - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

01. Quantos anos você tem? **(Obrigatória, Aberta Curta)**

---

02. Com qual gênero abaixo você mais se identifica? \*

Mulher (CIS ou TRANS)  
Homem (CIS ou TRANS)  
Não-binário  
Outro

03. Dos cursos abaixo qual você está cursando? **(Obrigatória, Lista Suspensa)**

- a) Educação Física
- b) Ciências Naturais
- c) Pedagogia Diurno
- d) Pedagogia Noturno

**04. Identifique a fase aproximada do curso em que você se encontra (Obrigatória, Caixa de Seleção)**

- a) Fase inicial do curso (1º; 2º semestre)
- b) Fase intermediária do curso (3º, 4º; 5º;6º semestre)
- c) Fase de conclusão do curso (7º. ou 8º. Semestre)

**05. Como você se auto identifica do ponto de vista racial? (Obrigatória, Lista Suspensa)**

- a) branca/o
- b) preta/o
- c) parda/o
- d) indígena
- e) amarela/o
- f) não sei responder

**06. Das faixas-de-renda abaixo em qual você está incluída (o)? Considere a renda familiar, a soma das rendas de quem compõe o núcleo familiar com você e partilham a mesma residência (ex: marido, esposa, pais, avós, etc). (Obrigatória, Lista Suspensa)**

- Até um salário-mínimo (até R\$1.100,00)
- Até três salários-mínimos (R\$1.101,00 a R\$3.300,00)
- De três a cinco salários mínimos (R\$ 3.301 a R\$5.500,00)
- Acima de cinco salários-mínimos (R\$5.501,00 acima)

## **SESSÃO II – PARA COMEÇAR VAMOS FALAR SOBRE DEMOCRACIA** **(compreensão/concepção sobre a democracia)**

**07. O que é democracia para você? (Resposta Aberta, Longa)**

---

**08. Das definições a seguir escolha aquela que para você melhor representa uma definição de democracia. (Obrigatória/ Caixa de Seleção / Resposta Única)**

- a) Um governo formado por representantes eleitos
- b) Um governo com a participação popular

09. Na sua opinião, qual é a importância dos itens a seguir para caracterizar a uma democracia? Utilize uma escala de 1 a 3, sendo 1 “Não acho que seja necessário”, 2 “É importante que isso seja garantido” e 3. “É obrigatório que isso seja garantido”. (resposta única – por linha)

	1. Não acho que seja necessário	2. É importante que isso seja garantido	3. É obrigatório que isso seja garantido	9. Não sei responder
A existência de eleições livres, justas e regulares				
A participação direta de cidadãos e de grupos organizados (sociedade civil) nos processos políticos, seja eleitoral ou não eleitoral				
A extensão do sufrágio universal, isto é, do direito ao voto de forma ampla				
A utilização do voto popular direto para registrar também as opiniões dos cidadãos sobre um determinado assunto através do voto (realização de plebiscitos, referendos, etc)				
Liberdade de imprensa, das pessoas para discutir assuntos políticos em casa e na esfera pública, bem como liberdade de expressão acadêmica e cultural				
A consulta rotineira das organizações da sociedade civil pelos elaboradores de políticas públicas				

Fonte: (Itens da pesquisa baseados em Coppedge et al., 2016b, p. 52). – V-DEM

Verde – Concepção Participativa ; Preto – Concepção Minimalista

10. Com qual das seguintes frases você está mais de acordo? (Obrigatória/ Caixa de Seleção / Resposta Única)

- a) A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo
- b) Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível a um democrático
- c) Tanto faz um regime democrático como um não democrático
- d) Não sei responder

(Fonte: Latino Barômetro\_ Apoio a Democracia, p. 26)

**SESSÃO III - AGORA VAMOS FALAR SOBRE A DEMOCRACIA NO BRASIL**  
**(compreensão sobre a democracia brasileira)**

11. Em relação ao funcionamento atual da democracia no Brasil, o que você diria? **(Obrigatória/ Lista Suspensa / Resposta Única)**

- a) que está muito satisfeito
- b) que está um pouco satisfeito
- c) não muito satisfeito
- d) nada satisfeito
- e) Não sei responder

*(Questão Latino Barômetro\_ Satisfação com a Democracia, p. 38)*

12. Explique o motivo da sua avaliação na resposta da questão anterior. **(Resposta Aberta / Longa)**

---

13. Indique na escala a seguir seu grau de confiança nas seguintes instituições brasileiras: **(Obrigatória/ Grade)**

<i>Instituições/ Graus</i>	Igreja	Forças Armadas	Polícia	Sistema Eleitoral	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Partidos Políticos
(1) Desconfio totalmente								
(2) Desconfio parcialmente								
(3) Nem desconfio, nem confio								
(4) Confio parcialmente								
(5) Confio Totalmente								
(6) Não sei responder								

14. Como você qualifica o nível de funcionamento das seguintes instituições brasileiras? **(Obrigatória/ Grade)**

<i>Instituições/ Graus</i>	Igreja	Forças Armadas	Polícia	Sistema Eleitoral	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Partidos Políticos
(1) Não funciona								
(2) Funciona pessimamente								
(3) Funciona parcialmente								
(4) Funciona normalmente								
(5) Funciona muito bem								
(6) Não sei responder								



**15. A existência de eleições diretas (competição livre pelo voto livre) é um indicador suficiente para atestar a estabilidade da democracia brasileira! Sobre essa afirmação: (Obrigatória/Caixa de Seleção / Resposta Única)**

- a) Discordo totalmente
- b) Discordo parcialmente
- c) Nem discordo, nem concordo
- d) Concordo parcialmente
- e) Concordo totalmente
- f) Não sei responder

**16. Como você avalia o atual governo do presidente Jair Bolsonaro (2018-2022)? (Obrigatória/Caixa de Seleção / Resposta Única)**

- a) Ótimo/Bom
- b) Regular
- c) Ruim/Péssimo
- d) Não sei responder

**SESSÃO IV - AGORA CONTE-NOS UM POUCO SOBRE SUA ATUAÇÃO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA (prática política/democrática)**

**17. Você é filiado/ativista ou participa de algum movimento social ou político partidário (centro acadêmico, partido político, associação de bairro, igreja, coletivos culturais, movimento social, etc.)? (Caixa de Seleção, Resposta Única)**

- a) Sim
- b) Não

**18. Se você respondeu SIM à questão anterior, informe o nome(s) do partido/organização coletiva ao qual você é filiado/militante. Caso contrário escreva NÃO SE APLICA: (Resposta Aberta, Curta)**

---

**19. Se você informou o nome de um partido/organização política, informe o espectro ideológico do/a mesmo/a: (lista suspensa, resposta única)**

- a) Extrema-esquerda
- b) Centro esquerda
- c) Centro
- d) Centro direita
- e) Extrema Direita
- f) não sei responder / não se aplica

20. Com que frequência você costuma participar de atividades organizativas coletivas (Esportivas, Culturais ou Políticas) na universidade? (Desconsidere o período da pandemia da Covid-19) (Grade)

Atividades/ Frequência	ESPORTIVAS (torneios, práticas esportivas)	CULTURAIS (saraus, festas, teatros, exposições artísticas, etc.)	POLÍTICAS (assembleias; mobilizações; manifestações públicas, reuniões de Centro Acadêmico)
(1) Com Muita Frequência (toda semana)			
(2) Com Frequência (pelo menos uma vez ao mês)			
(3) Algumas Vezes (pelo menos uma vez ao semestre)			
(4) Raramente (1 ou 2 vezes durante o curso todo)			
(5) Nunca			
(6) Não sei responder			

21. O seu curso tem um Centro Acadêmico? (Caixa de Seleção/ Resposta única)

- a) Sim
- b) Não

22. Se sim, com que frequência você costuma participar das atividades organizadas pelo seu Centro Acadêmico? (Caixa de Seleção, Resposta Única)

- (1) com muita frequência (toda semana)
- (2) com frequência (pelo menos uma vez ao mês)
- (3) algumas vezes (pelo menos uma vez ao semestre)
- (4) Raramente (1 ou 2 vezes durante o curso todo)
- (5) Nunca
- (6) Não sei responder

23. Como você se sente para expressar/emitir suas opiniões e posições nos diferentes espaços da universidade (sala de aula; em conversas com colegas, em eventos acadêmicos, dentre outros)? (Lista Suspensa, Resposta Única)

- a) Me sinto completamente à vontade e **sempre expresso** a minha opinião
- b) Me sinto a vontade e na **maioria das vezes** expresso a minha opinião
- c) **Com frequência não expresso** a minha opinião por não me sentir à vontade
- d) Me sinto pouco à vontade e **raramente** expresso a minha opinião
- e) Não me sinto à vontade e **nunca** expresso a minha opinião

24. Você já participou de algum espaço público para discussão e formulação de alguma política pública? (Caixa de Seleção, Resposta Única)

- a) Sim
- b) Não

**25. Se sim, qual? (Aberta / Curta)**

**26. Você votou nas últimas eleições de 2018? (Caixa de Seleção, Resposta Única)**

- a) Sim
- b) Não

**27. Se sua resposta anterior foi “não”, identifique o MOTIVO que o levou a NÃO VOTAR na última eleição de 2018? (Caixa de Seleção, Resposta Única)**

- a) não possuía candidatos definidos e por isso não votei
- b) não acredito que meu voto possa mudar alguma coisa no país
- c) não estava com a documentação em dia
- d) estava fora do meu município eleitoral
- g) Outros Motivos? Qual? \_\_\_\_\_

-----FIM DO QUESTIONÁRIO-----

MUITO OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO! AGRADECEMOS MAIS UMA VEZ SUA COLABORAÇÃO.

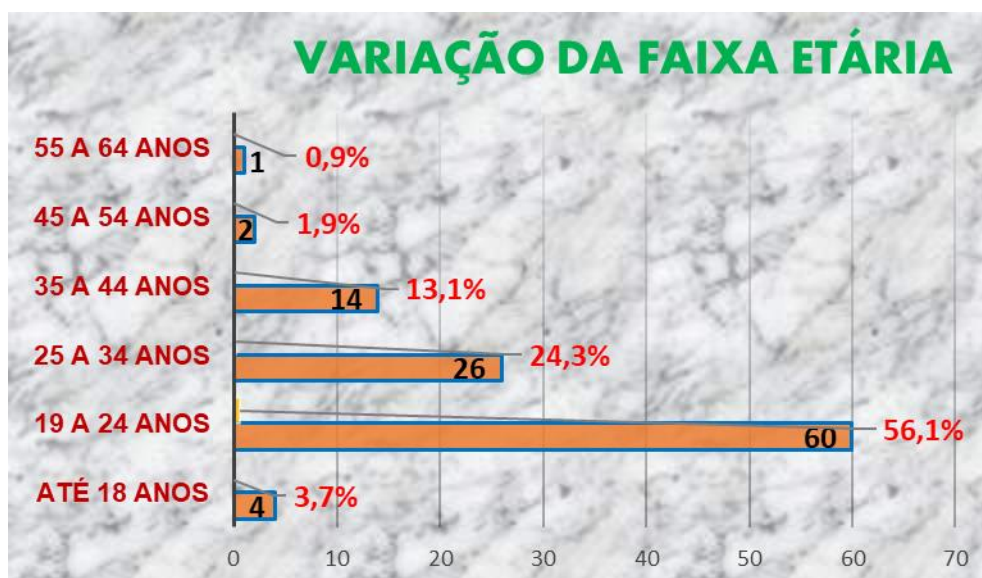
Caso tenha interesse em receber um relatório simplificado com os resultados do estudo, informe abaixo o seu email.

## APÊNDICE B - Caracterização gráfica da amostra da pesquisa

### 01. Quantos anos você tem?

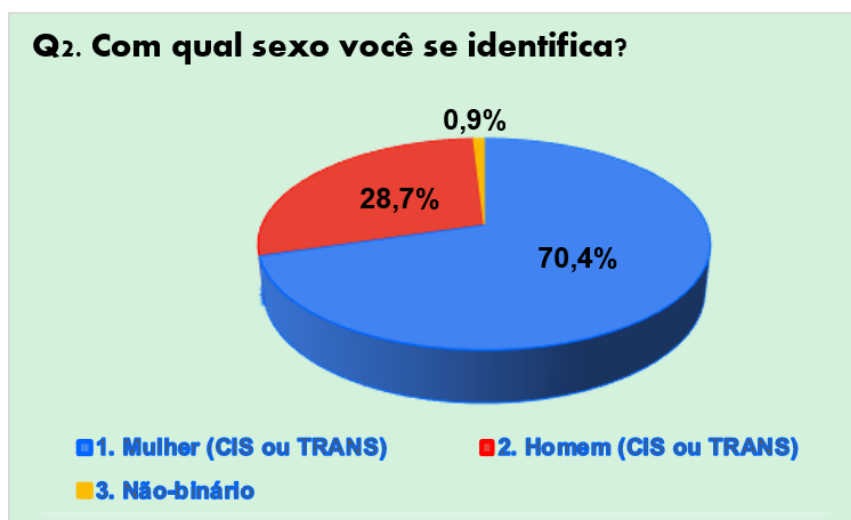
#### VARIAÇÃO DA FAIXA ETÁRIA DOS ESTUDANTES

Frequência de Faixas Etárias	Percentual Simples	Percentual Válido	Números
1. Até 18 anos	3,7%	3,7%	4
2. 19 a 24 anos	55,6%	56,1%	60
3. 25 a 34 anos	24,1%	24,3%	26
4. 35 a 44 anos	13,0%	13,1%	14
5. 45 a 54 anos	1,9%	1,9%	2
6. 55 a 64 anos	0,9%	---	1
9. NR/NS	0,9%	0,9%	1
<b>Total Geral</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>108</b>



02. Com qual gênero abaixo você mais se identifica? \*

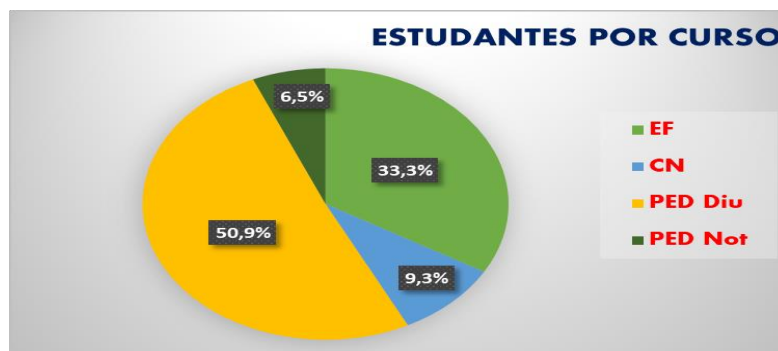
Q2. Com qual sexo você se identifica?	Percentual Simples	Números
1. Mulher (CIS ou TRANS)	70,4%	76
2. Homem (CIS ou TRANS)	28,7%	31
3. Não-binário	0,9%	1
Total Geral	100,0%	108



03. Dos cursos abaixo qual você está cursando?

### FREQUÊNCIA ESTUDANTES POR CURSOS

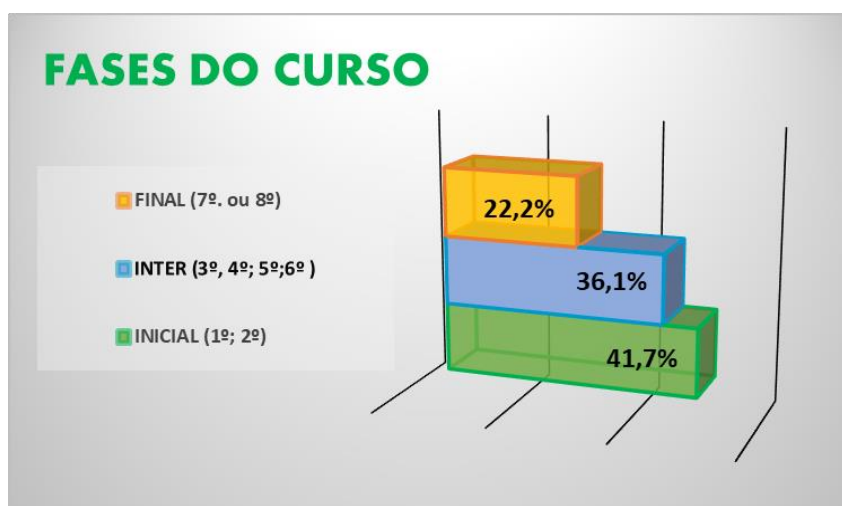
S	CURSO	NÚMEROS	PERCENTUAL
	EF	36	33,3%
	CN	10	9,3%
	PED Diu	55	50,9%
	PED Not	7	6,5%
	Total Geral	108	100,0%



04. Identifique a fase aproximada do curso em que você se encontra?

### FREQUÊNCIA DAS FASES DO CURSO

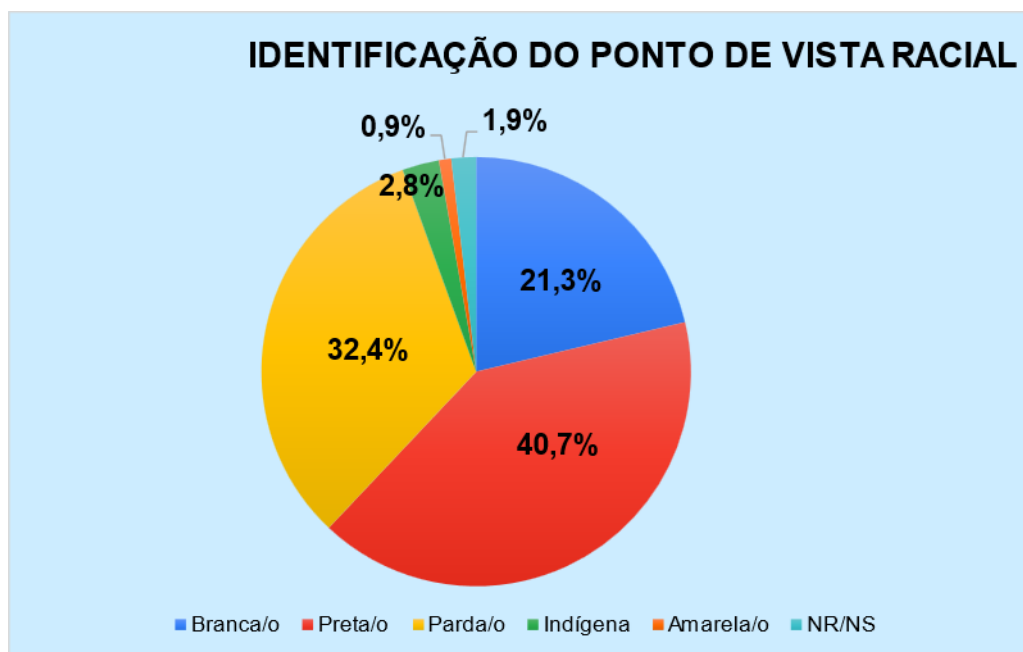
FASES DO CURSO	PERCENTUAL SIMPLES	NÚMEROS
INICIAL (1º; 2º)	41,7%	45
INTER (3º, 4º; 5º;6º)	36,1%	39
FINAL (7º. ou 8º)	22,2%	24
<b>Total Geral</b>	<b>100,0%</b>	<b>108</b>



## 05. Como você se auto identifica do ponto de vista racial?

### FREQUÊNCIA DA AUTO IDENTIFICAÇÃO RACIAL DOS ESTUDANTES

Q5. Como você se auto identifica do ponto de vista racial?	Percentual Simples	Números
Branca/o	21,3%	23
Preta/o	40,7%	44
Parda/o	32,4%	35
Indígena	2,8%	3
Amarela/o	0,9%	1
NR/NS	1,9%	2



faixas-de-renda abaixo em qual você está incluída (o)? Considere a renda familiar, a soma das rendas de quem compõe o núcleo familiar com você e partilham a mesma residência (ex: marido, esposa, pais, avós, etc).

### FREQUÊNCIA DA FAIXA DE RENDA DA AMOSTRA

06. Das faixas-de-renda abaixo em qual você está incluída (o)?	Percentual Simples	Números
Até 01 mín. (R\$1.100,00)	37,0%	40
Até 03 mín. (R\$1.101,00 a R\$3.300,00)	38,9%	42
03 a 05 mín. (R\$ 3.301 a R\$5.500,00)	10,2%	11
Acima de 05 mín. (R\$5.501,00)	13,9%	15
<b>Total Geral</b>	<b>100,0%</b>	<b>108</b>

